



FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS DE MARÍLIA  
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

ANA LAURA SILVA XAVIER

A PRESENÇA DO FEMININO NA BIBLIOTECONOMIA BRASILEIRA:  
ASPECTOS HISTÓRICOS

MARÍLIA-SP

2020

ANA LAURA SILVA XAVIER

A PRESENÇA DO FEMININO NA BIBLIOTECONOMIA BRASILEIRA:  
ASPECTOS HISTÓRICOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, da Universidade Estadual Paulista – UNESP Campus de Marília, para obtenção do título de Mestra em Ciência da Informação.

Orientadora: Profa. Dra. Deise Maria Antonio Sabbag

Financiamento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

MARÍLIA-SP

2020

X3p

Xavier, Ana Laura Silva

A presença do feminino na Biblioteconomia brasileira :  
aspectos históricos / Ana Laura Silva Xavier. -- Marília, 2020  
142 p. : il.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista  
(Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília  
Orientadora: Deise Maria Antonio Sabbag

1. História da Biblioteconomia. 2. Mulheres na  
Biblioteconomia. 3. Biblioteconomia brasileira. 4. Divisão  
Sexual do Trabalho. 5. Profissões feminizadas. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da  
Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

ANA LAURA SILVA XAVIER

A PRESENÇA DO FEMININO NA BIBLIOTECONOMIA BRASILEIRA:  
ASPECTOS HISTÓRICOS

Dissertação apresentada para obtenção do título de Mestra em Ciência da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília, na área de concentração Produção e Organização da Informação.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: \_\_\_\_\_

Profa. Dra. Deise Maria Antonio Sabbag

2º Examinador: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. Carlos Cândido de Almeida

3º Examinador: \_\_\_\_\_

Profa. Dra. Márcia Regina de Souza

1º Suplente: \_\_\_\_\_

Profa. Dra. Luciana de Souza Gracioso

2º Suplente: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. Walter Moreira

Marília, 30 de junho de 2020.

Para Clara Lauren, Emily, LÍvia Maria,  
Luana Simões e Vitória, vocês me inspiram a  
continuar.

## AGRADECIMENTOS

Uma das frases mais significativas da série *This Is Us* é: “Não há limão tão azedo que você não possa fazer algo parecido com limonada”. Transporte esse pensamento para o mestrado, pois por mais difícil que tenha sido, me propiciou aprendizados e experiências únicas. Com a ajuda de pessoas incríveis, “espremer limões” se tornou uma tarefa mais prazerosa; a todas e todos vocês: muito obrigada!

Ao meu namorado Fernando Cortês por me incentivar, apoiar, compreender as mudanças de humor e principalmente por não me deixar desistir. Muito obrigada!

À minha (linda, inteligente e criativa) irmã, Alice, por me lembrar de sonhar! Você sempre diz, o que eu preciso ouvir. Eu não tenho dúvidas de que você irá longe! Muito obrigada!

Às minhas primas Larissa e Clara. Larissa, você se tornou uma mulher incrível! Eu te admiro muito! Clara, você representa a geração de mulheres que o mundo precisa! Obrigada!

À minha linda família: minha mãe Janai, meu pai Marcos, minhas irmãs Júlia e Juliana, minhas avós Rosa e Zenaide, minha sobrinha Lívia, meus tios Ezequiel e Levi e minha tia Ângela: vocês me dão suporte para seguir. Obrigada por sempre acreditarem em meu potencial! Ao meu cunhado Rubinho (*in memoriam*), muito obrigada! Jamais nos esqueceremos de você!

À Família Pimenta por todo apoio e amizade que me destinam! Muito obrigada!

Aos meus amigos Camila e Thiago. Vocês dois me encorajaram a manter a cabeça erguida mesmo com as adversidades que o meio científico proporciona. Muito obrigada!

Às minhas colegas bibliotecárias Alessandra, Mariana e Patrícia; a equipe e aos usuários da Biblioteca Municipal de Marília por me acolherem tão bem no meio profissional! Obrigada!

Ao movimento *#LeiaMulheres*. Em especial, ao Leia Mulheres de Marília e o de Bauru!

À equipe da Biblioteca Unesp Marília por me auxiliarem com simpatia e competência!

Aos colegas de PPGCI: Bruna Campos, Bruna Daniele, Bruna Muniz, Graziela Lima, Jéssica Tolare, João Carlos, Luana Calcete, Marcos Vinícius. Muito obrigada!

Aos membros da banca: minha orientadora, Profa. Deise Sabbag, por acreditar na temática deste trabalho; Prof. Carlos, pela leitura minuciosa e pela oportunidade do estágio docência em sua disciplina; Prof. Márcia, por cada consideração feita; Profa. Luciana Gracioso e Prof. Walter Moreira pela disponibilidade na suplência. Muito obrigada!

Destaco que o presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Eu espero que as gerações futuras possam contar com esse “auxílio”, pois somente assim a Ciência Brasileira prosperará!

me levanto  
sobre o sacrifício  
de um milhão de mulheres que vieram antes  
e penso  
*o que é que eu faço*  
*para tornar essa montanha mais alta*  
*para que as mulheres que vierem depois de mim*  
*possam ver além*  
- legado  
(O que o sol faz com as flores, Rupi Kaur)

## RESUMO

Partiu-se do pressuposto que a Biblioteconomia brasileira contemporânea integra o *hall* de profissões feminizadas, visto que desde a década de 1930 a profissão concentra um alto número de mulheres. Entretanto, ao se delinear o percurso histórico da área, observou-se que inicialmente a profissão de bibliotecária/o foi protagonizada por homens devido à forte influência europeia que permeava a sociedade brasileira no decorrer do período colonial e republicano. Este aspecto agiu diretamente nas disciplinas ministradas e no público alvo do primeiro curso de Biblioteconomia do país, criado pela Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro em 1911. Assim, compreendeu-se como temática central “quando a Biblioteconomia brasileira se tornou uma escolha profissional para mulheres”. Para tanto, adotou-se uma abordagem qualitativa com objetivos exploratórios e procedimentos bibliográficos, documentais e históricos como modo de atingir o objetivo geral de evidenciar a presença de mulheres no percurso histórico da Biblioteconomia brasileira; e os objetivos específicos: a) Analisar a proporção de mulheres nas primeiras décadas de oferecimento do curso de Biblioteconomia do Rio de Janeiro (1911) e de São Paulo (1930); b) Destacar a participação e os cargos ocupados por mulheres na fundação de Escolas e Cursos, Associações, Órgãos de Classe e Sindicatos relacionados à Biblioteconomia no período de 1930 a 1970; c) Buscar e analisar quais os fatores que favoreceram para que a Biblioteconomia brasileira se consagrasse como uma profissão feminizada. Obteve-se como resultado que a Biblioteconomia se estabeleceu como escolha profissional para mulheres a partir de 1929 por intermédio do *Mackenzie College* em São Paulo, instituição esta que habilitou Adelpha Figueiredo, primeira mulher graduada em Biblioteconomia no Brasil, para organizar a biblioteca do Colégio e ministrar aulas no segundo curso profissionalizante em Biblioteconomia do país, tendo como enfoque a pragmática estadunidense. Concluiu-se que a partir deste momento, a profissão bibliotecária se consolidou como tecnicista, se aproximou do Magistério e foi inscrita no Setor Terciário da Economia, características estas que, segundo a ótica da Divisão Sexual do Trabalho, foram cruciais para que a profissão se consagre como feminizada. Além disto, notou-se uma escassez de documentos bibliográficos que tratassem das questões de gênero no âmbito da Biblioteconomia, visto que o fato de esta ser composta majoritariamente por mulheres representa a dificuldade de legitimação da profissão perante a sociedade, sendo fundamental o investimento de pesquisas na temática.

Palavras-chave: História da Biblioteconomia. Mulheres na Biblioteconomia. Biblioteconomia brasileira. Divisão Sexual do Trabalho. Profissões feminizadas.



## ABSTRACT

It was assumed that contemporary Brazilian librarianship is part of the hall of feminized professions, since the 1930s the profession has concentrated a large number of women. However, when outlining the historical path of the area, it was observed that initially the profession of librarian was carried out by men due to the strong European influence that permeated Brazilian society during the colonial and republican period. This aspect acted directly in the disciplines taught and in the target audience of the country's first Library Science course, created by the National Library in Rio de Janeiro in 1911. Thus, it was understood as a central theme "when Brazilian Library Science became a professional choice for women". To this end, a qualitative approach was adopted with exploratory objectives and bibliographic, documentary and historical procedures as a way to achieve the general objective of evidencing the presence of women in the historical path of Brazilian Library Science; and the specific objectives: a) To analyze the proportion of women in the first decades of offering the Librarianship course in Rio de Janeiro (1911) and São Paulo (1930); b) Highlight the participation and positions held by women in the foundation of Schools and Courses, Associations, Class Bodies and Unions related to Library Science in the period from 1930 to 1970; c) Search and analyze which factors favored the Brazilian Librarianship to become a feminized profession. As a result, Library Science was established as a professional choice for women from 1929 through Mackenzie College in São Paulo, which enabled Adelpha Figueiredo, the first woman graduated in Library Science in Brazil, to organize the library of the College and teach classes in the second professional course in Librarianship in the country, focusing on American pragmatics. It was concluded that, from this moment on, the librarian profession consolidated itself as a technician, approached the teaching profession and was enrolled in the Tertiary Sector of the Economy, characteristics that, according to the perspective of the Sexual Division of Labor, were crucial for the profession to become consecrate as feminized. In addition, there was a scarcity of bibliographic documents dealing with gender issues in the scope of Librarianship, since the fact that it is composed mainly of women represents the difficulty of legitimizing the profession before society and invest in research on this topic.

Keywords: History of Library Science. Women in Library Science. Brazilian librarianship. Sexual Division of Labor. Feminized Occupations.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 – Adelpha Figueiredo, primeira bibliotecária brasileira .....	12
Ilustração 2 – Jannice Monte-Mór, primeira diretora da Biblioteca Nacional .....	21
Ilustração 3 – Laura Russo, percussora para a regulamentação da profissão bibliotecária.	34
Ilustração 4 – Vista do Edifício em que funcionou a Biblioteca Nacional à Rua do Carmo .....	46
Ilustração 5 – Antigo prédio da Biblioteca Nacional à Rua do Passeio .....	47
Ilustração 6 – Mudança da Biblioteca Nacional do prédio da Rua do Passeio para a Avenida Rio Branco .....	50
Ilustração 7 – Manoel Cícero Peregrino da Silva .....	52
Ilustração 8 – Fachada da Biblioteca Nacional .....	53
Ilustração 9 – Sala do Curso de Biblioteconomia.....	54
Ilustração 10 – Mesa que presidiu a solenidade da inauguração do curso de Biblioteconomia na Biblioteca Nacional, em 10 de abril de 1915 .....	57
Ilustração 11 – Parte do auditório da lição inaugural .....	57
Ilustração 12 – Adelpha Figueiredo.....	74
Ilustração 13 – Biblioteca George Alexander .....	76
Ilustração 14 – Dorothy Gropp.....	76
Ilustração 15 – Rubens Borba de Moraes .....	79
Ilustração 16 – Primeira aula da Escola de Biblioteconomia em São Paulo .....	80
Ilustração 17 – Laura Russo .....	91
Ilustração 18 – Jannice e Lydia planejando o IBBD,1954 .....	95
Ilustração 19 – Lydia Sambaquy e Jannice Monte-Mór pela Europa .....	96
Ilustração 20 – Lydia Sambaquy, idealizadora do IBBD e precursora da Ciência da Informação no Brasil .....	102

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Publicações sobre Gênero e Biblioteconomia no Brasil.....	16
Quadro 2 – Documentos sobre o histórico da Biblioteconomia brasileira .....	18
Quadro 3 – Disciplinas do Curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional.....	55
Quadro 4 – Número de inscritos na Biblioteca Nacional de 1915 a 1923.....	58
Quadro 5 – Curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional de 1915 a 1923 .....	59
Quadro 6 – Disciplinas ministradas no Curso do Museu Nacional.....	59
Quadro 7 – Disciplinas do Curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional.....	60
Quadro 8 – Número de inscritos no Curso da Biblioteca Nacional a partir de 1932 .....	63
Quadro 9 – Número de formados no período de 1933 a 1943 .....	63
Quadro 10 – Professores a partir de 1944.....	66
Quadro 11 – Comparação das disciplinas ministradas no Rio de Janeiro e em São Paulo .	83
Quadro 12 – Alunos bolsistas no Curso de Biblioteconomia em São Paulo.....	86
Quadro 13 – Número de alunos inscritos nas Escolas de Biblioteconomia .....	88
Quadro 14 – Diretoras da Biblioteca Nacional.....	99
Quadro 15 – Metas atingidas e não atingidas na administração de Jannice Monte-Mór ....	100
Quadro 16 – Objetivos alcançados na pesquisa.....	106

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 GÊNERO, DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E BIBLIOTECONOMIA .....	22
3 A BIBLIOTECONOMIA BRASILEIRA É FEMININA?.....	35
3.1 A primeira Biblioteconomia brasileira .....	35
3.2 O Curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional.....	53
3.3 O Curso de Biblioteconomia do <i>Mackenzie College</i> .....	69
3.4 A expansão do ensino em Biblioteconomia no Brasil.....	87
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	103
REFERÊNCIAS .....	109
ANEXO A – Listagem dos alunos matriculados(as) e formados(as) no Curso da Biblioteca Nacional .....	129
ANEXO B – Reportagens de Jornal sobre a primeira turma formada em Biblioteconomia pelo Departamento de Cultura de São Paulo .....	134
APÊNDICE A – Trabalhos acadêmicos sobre as bibliotecárias citadas .....	138
APÊNDICE B – Principais fatos sobre a Biblioteconomia Brasileira .....	142

Ilustração 1 – Adelpha Figueiredo, primeira bibliotecária brasileira



Fonte: Acervo da Biblioteca Adelpha Figueiredo apud Mulin (2011).

## 1 INTRODUÇÃO

Escrever acerca dos caminhos percorridos pela Biblioteconomia em território brasileiro não consiste em uma prática inédita, pelo contrário, autores como Castro (2000), Fonseca (1979), Moraes (2006), Russo (1966) e Souza (1990) retrataram o processo de consolidação da área no país. Entretanto, nenhum destes trabalhos mobilizou em totalidade um importante aspecto: as mulheres que moveram e se movimentaram em conjunto com a Biblioteconomia brasileira. Fala-se em mover, pois a legitimação da profissão bibliotecária foi conduzida por mulheres e em se movimentar, visto que isto se dá concomitantemente com a conquista de direitos por estas mesmas mulheres.

Parte-se do pressuposto que a Biblioteconomia é considerada uma profissão feminina dado o número significativo de mulheres presentes na área (FERREIRA, BORGES e BORGES, 2010) e que ao mobilizar as questões de gênero no âmbito da profissão bibliotecária, entende-se “[...] a predominância feminina como um dos fatores que contribuem para ser uma carreira que não corresponde aos padrões sociais de uma profissão reconhecida, bem remunerada e de prestígio; portanto, tem o gênero como elemento estruturador de suas práticas (SOUSA, 2014, p. 234).

Todavia, ao observar o percurso histórico da Biblioteconomia no Brasil, constata-se que nem sempre foi essa a realidade. A tradição bibliotecária emergiu no país com a chegada das Ordens Religiosas por volta de 1546, tendo Antônio Gonçalves como o primeiro bibliotecário brasileiro (FONSECA, 1979; RASTELLI, CALDAS, 2017). Séculos mais tarde, em 1810, a instauração da Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro como parte dos esforços de Dom João para demarcar a nova capital do império português (AZEVEDO, 1976) fez com que a noção de biblioteca, de bibliotecário e de preservação do conhecimento se propagassem por todo o país.

Em 1911, a Biblioteca Nacional estabeleceu um novo marco para a história da área: a criação do primeiro curso profissionalizante em Biblioteconomia nos moldes da *École National de Chartres*, executado na gestão de Peregrino da Silva e previamente idealizado por Ramiz Galvão. O intuito básico consistia no aprimoramento dos funcionários da própria instituição (CASTRO, 2000; DIAS, 1991, 2015).

A Biblioteconomia praticada em solo brasileiro até este período foi fortemente definida pela tradição europeia. Assim, tanto o ideal de Biblioteca Nacional, de bibliotecário e a articulação do curso centram a Europa como referência comum. Conforme Macena (2010) e Neddell (1993), o Rio de Janeiro vivenciou, de 1898 a 1914,

a *belle époque* carioca, ainda que a influência de uma cultura europeia não seja restrita ao século XX, mas remonte ao período da colonização lusa.

Em 1929, a criação de um segundo curso em Biblioteconomia, organizado pelo *Mackenzie College* em São Paulo adota uma vertente tecnicista e estadunidense (SOUZA, 1990) de modo que, não só rompe com o paradigma europeu como também com o perfil bibliotecário até então existente:

[...] a profissão bibliotecária foi definida, sobretudo a partir do século XX, como uma profissão feminina. No começo de seu desenvolvimento, associada aos ideais de conhecimento e sabedoria, os postos nas bibliotecas eram ocupados por homens. Com o aumento da tecnicidade da profissão, conjugada à saída das mulheres do espaço privado para o mundo do trabalho (mundo este pautado pelas relações de gênero) e a aproximação da Biblioteconomia com a Educação, a profissão e os cursos formadores de bibliotecários passam a atrair um grande contingente feminino (PIRES, 2016, p.19).

Conforme Kramer (1983), a partir do século XIX a influência dos Estados Unidos no desenvolvimento da Biblioteconomia de outros países consistiu como uma prática comum. Tal fator foi crucial para que a Biblioteconomia se consagrasse como uma profissão predominantemente feminina, visto que desde 1887, Melvil Dewey admitia mulheres em seu curso de formação para bibliotecários.

As pesquisas que mobilizam a categoria gênero são escassas, dispersas e de difícil acesso na literatura brasileira (LETA, 2003). No âmbito da Biblioteconomia, são poucos os autores que se interessam pela temática (ESPIRITO SANTO, 2008). Tedeschi (2010, p. 03) afirma que os estudos de gênero contribuem de modo significativo para a historiografia contemporânea, pois “[...] além de tirarem as mulheres da invisibilidade no passado, colocam um conjunto de questões-reflexões metodológicas importantes”.

A partir disto, surge a presente pesquisa intitulada “A presença do feminino na Biblioteconomia brasileira: aspectos históricos”, cujo tema consiste na “compreensão dos fenômenos que levaram a Biblioteconomia a se tornar uma profissão feminizada no território brasileiro”. Centrou-se como **objetivo geral**: Evidenciar a presença de mulheres no percurso histórico da Biblioteconomia brasileira; e como **objetivos específicos**:

a) Descrever analiticamente o quantitativo de mulheres nas primeiras décadas de oferecimento do curso de Biblioteconomia do Rio de Janeiro (1911) e de São Paulo (1929);

b) Identificar participação e os cargos ocupados por mulheres na fundação de Escolas e Cursos, Associações, Órgãos de Classe e Sindicatos relacionados à Biblioteconomia no período de 1929 a 1971;

c) Analisar quais os fatores que favoreceram para que a Biblioteconomia brasileira se consagrasse como uma profissão feminizada no território brasileiro.

Compreende-se a Biblioteconomia conforme proposto por Cunha e Cavalcanti (2008, p. 5) e Ortega (2004, p. 1): “conjunto dos conhecimentos profissionais referentes a organização, administração, legislação, regulamentação e preservação das unidades do conhecimento registrado, atividade esta que tem se alterado com o tempo por meio da democratização do acesso à educação e à cultura”. Aborda-se o conceito de Biblioteconomia em referência aos seus três segmentos “ensino, profissão e mercado de trabalho” (JOB, OLIVEIRA, 2006, p. 259), visto que “Como qualquer outro campo de trabalho que adquiriu o **status** de profissão universitária, a Biblioteconomia pode ser estudada dos ângulos do ensino e da prática profissional” (SOUZA, 1990, p. 09, grifo do autor).

A ideia inicial para esta pesquisa surgiu ao final de minha graduação. No processo de escrita de meu Trabalho de Conclusão de Curso<sup>1</sup>, deparei-me com nomes como os de Celia Zaher, Hagar Gomes e Lydiá Sambaquy, personalidades essas raramente mencionadas a mim em sala de aula. Quando me candidatei ao mestrado, não hesitei: precisava nomear estas mulheres responsáveis pela Biblioteconomia que conhecemos hoje; necessitava registrar seus feitos, colocá-las como origem dos discursos. Mais que isso, tratava-se de um dever frente ao crescente conservadorismo político e social que tem assolado o Brasil nos últimos anos, principalmente no que diz respeito à temática de gênero.

Para tanto, emprega-se uma abordagem qualitativa com objetivos exploratórios e procedimentos bibliográficos, documentais e históricos como modo de atingir os objetivos propostos.

A pesquisa qualitativa pressupõe “[...] uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números” (KAUARK; MANHÃES; MEDEIROS,

---

<sup>1</sup> XAVIER, Ana Laura Silva. **O discurso da Ciência da Informação em 1980**: análise dos periódicos Ciência da Informação e Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG. 2017. 54 f. TCC (Graduação) - Curso de Biblioteconomia, Universidade Estadual Paulista (Unesp) Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, Marília, 2017.



2010, p. 26). No âmbito das Ciências Sociais, o caráter qualitativo representa um “[...] universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalizações de variáveis” (MINAYO, 1994, p. 21-22).

A pesquisa exploratória enfoca a “[...] maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. [...] o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições” (GIL, 2002, p. 41).

No que tange a metodologia, temos que a pesquisa bibliográfica remete a

[...] um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema. O estudo da literatura pertinente pode ajudar a planificação do trabalho, evitar publicações e certos erros, e representa uma fonte indispensável de informações, podendo até orientar as indagações (MARCONI, LAKATOS, 2003, p. 158).

A pesquisa documental supõe que “[...] a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias” (MARCONI, LAKATOS, 2003, p. 174), assim empregou-se artigos, documentos, entrevistas e livros que alicerçaram a pesquisa histórica, esta que, por sua vez, implica em “[...] estabelecer apontamentos das práticas e dos agentes que se encontram no tempo pretérito” (SILVA, AMORIM, 2017, p. 186).

O desenvolvimento da pesquisa pautou-se em três fases teórico-metodológicas. A **primeira fase** consistiu em uma revisão bibliográfica sobre gênero, divisão sexual do trabalho e profissões feminizadas por meio de levantamentos em bases de dados e obras de referência, sendo conduzida por autores como Abramo (2007), Almeida (1999), Araújo (2009), Hirata (2014), Hirata e Kergoat (2007), Kergoat (2007), Kergoat, Picot e Lada (2009), Lombardi (2017), Matos e Borelli (2012), Monteiro, Freitas e Daniel (2018), Pinto (2003), Saffioti (1987), Scott (1995), Souza e Guedes (2016), Teixeira (2006) e Yannoulas (1996, 2011, 2013).

Quadro 1 – Publicações sobre Gênero e Biblioteconomia no Brasil

Título	Autoria	Ano de publicação
Bibliotecária(o): profissão no feminino e o mercado	Miriam Botassi	1984

Bibliotecária: uma profissão feminina	Maria Marta Giacometti Maria de Fátima Velloso	1987
A feminização e a profissionalização do Magistério e da Biblioteconomia uma aproximação	Elizabeth M. Martucci	1996
Papéis de gênero e sua influência na formação acadêmica de mulheres estudantes de Biblioteconomia em Santa Catarina	Francisca Rasche	1998
O profissional da informação no mundo do trabalho e as relações de gênero	Mary M. Ferreira	2003
A força dos estereótipos na construção da imagem profissional dos bibliotecários	Maria T. M. T. Walter Sofia G. Baptista	2007
Mercado de trabalho e a desigualdade de gênero na profissão da(o) bibliotecária(o)	Mary M. Ferreira, Elinielle P. Borges, Luís C. Borges	2010
As relações de classe e gênero no mercado de trabalho do profissional bibliotecário no estado do Maranhão	Maria M. Ferreira, Marcos A. P. Veiga, Rafaela P. Teixeira, Raimunda L. Evangelista,	2012
Gênero e relações de poder na Biblioteconomia: FCI e BCE (1966 – 2014)	Niara P. R. Forrest	2014
O gênero na Biblioteconomia: percepção de bibliotecárias/os	Beatriz A. de Sousa	2014
Relações de gênero e a profissão bibliotecária na contemporaneidade: panorama	Hugo A. C. Pires	2016

nacional e os motivos da entrada masculina em curso majoritariamente feminino		
Enfrentando a violência contra as mulheres por meio da informação: o olhar dos/as estudantes de Biblioteconomia	Laizlla C. da S. Ferreira, Gisele R. Cortes	2017
Biblioteconomia: uma questão de gênero	Irajayna de S. L. Lobão, Jéssica G. David	2017
O protagonismo da mulher na Biblioteconomia e Ciência da informação	Franciele C. G. da Silva, Nathália L. Romeiro (org.)	2018
Gênero na Biblioteconomia: Região Centro-Oeste (1962-2018)	Esdra Basílio	2019

Fonte: elaborado pela autora.

Na **segunda fase** teórico metodológica tem-se a busca por documentos em seus múltiplos formatos (artigos, decretos, entrevistas, fotografias, livros, etc.) recuperados por meio de levantamentos bibliográficos em bases de dados, obras de referência e as próprias indicação de fontes bibliográficas disponíveis nos materiais empregados na fase anterior.

Empregou-se autores como Almeida (2012), Castro (2000), Dias (2009), Fausto (2010), Fonseca (1979, 2007), Grings (2018), Grossi (1995), Juvêncio (2016), Leite (1938, 1949, 1953), Moraes (2006), Mueller (1985), Mulin (2012), Ribeiro (2000), Sabbag (2009), Schwarcz (2002), Souza (1990), Weitzel (2009), Wrege (1993), além das fontes sinalizadas no quadro abaixo.

Quadro 2 – Documentos sobre o histórico da Biblioteconomia brasileira

<b>Título</b>	<b>Autoria</b>	<b>Ano de publicação</b>
Anais da Bibliotheca Nacional	Biblioteca Nacional	1911 a 1943
Guia da Biblioteca Nacional	Biblioteca Nacional	1960
A biblioteconomia brasileira: 1915-1965	Laura G. Russo	1966

Quem é quem na Biblioteconomia e Documentação no Brasil	Conselho Nacional de Pesquisas	1971
Ensino da Biblioteconomia no Brasil: relatório de pesquisa sobre o status quo das escolas de Biblioteconomia e Documentação, com ênfase na situação do pessoal docente (Volumes 1, 2 e 3)	Coordenação do Aperfeiçoamento De Pessoal de Nível Superior - CAPES	1978a, 1978b, 1978c
Biografia da Biblioteca Nacional (1807 a 1990)	Gilberto V. de Carvalho	1994
Bibliotecário: 50 anos de regulamentação da profissão no Brasil (1965-2015)	Sistema do Conselho Federal de Biblioteconomia - CFB	2015
Livro dos egressos da Escola de Biblioteconomia da UNIRIO	Marina Gomes de Moura Sâmia Chantre Dahás Simone da Rocha Weitzel	2016

Fonte: elaborado pela autora.

Por fim, a **terceira fase** teórico metodológica compreendeu a análise e discussão das considerações obtidas no decorrer das fases anteriores.

A pesquisa foi dividida em três capítulos principais, tendo a primeira fase teórico metodológica originado o capítulo 2 (dois) intitulado “Gênero, divisão sexual do trabalho e Biblioteconomia” em que se apresentou as noções que circundam as temáticas de gênero e da divisão sexual do trabalho. Buscou-se elucidar os impactos que tais conceitos possuem no âmbito da profissional bibliotecária no Brasil.

O capítulo 3 (três) “A Biblioteconomia é feminina?” foi derivado da segunda fase teórico metodológica e discorreu acerca do percurso histórico da Biblioteconomia no território brasileiro delineado a partir de quatro períodos:

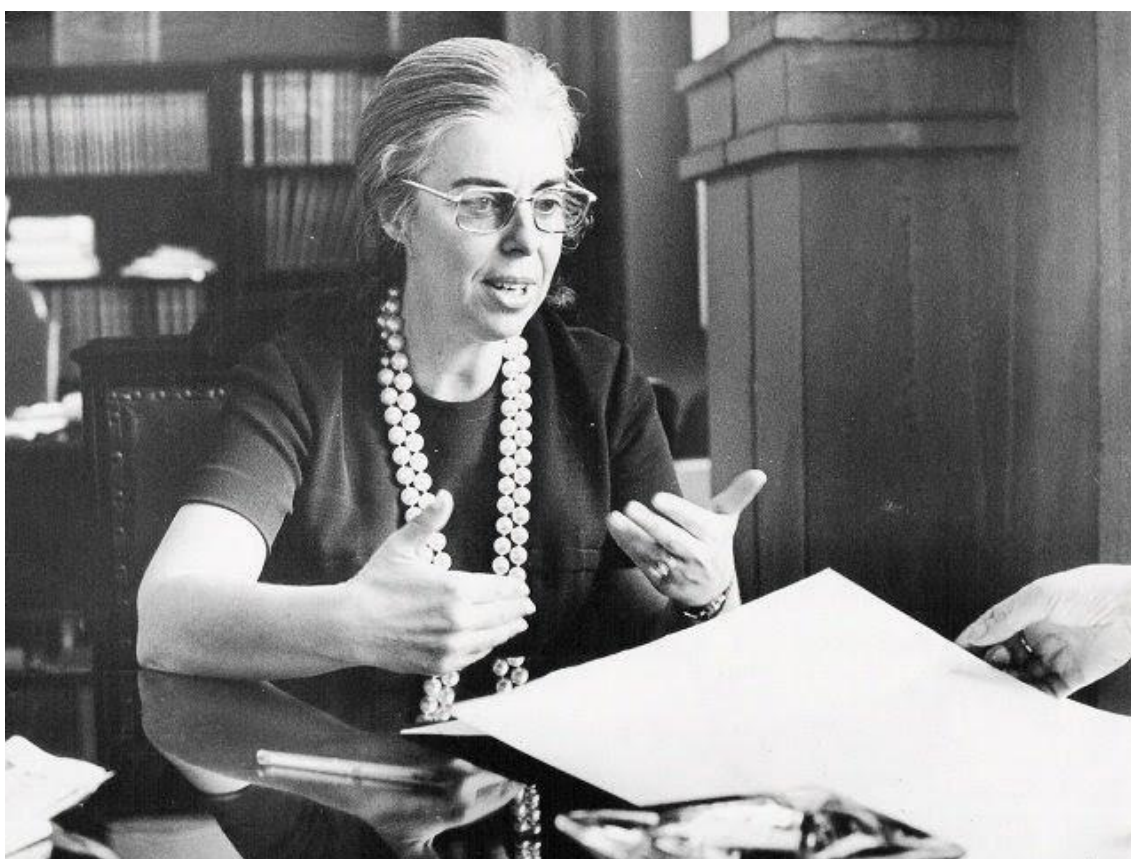
- **1546 a 1811 - Chegada das Ordens Religiosas até a criação da Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro:** subcapítulo 3.1 - A primeira Biblioteconomia brasileira
- **1911 a 1949 - Criação do primeiro Curso de Biblioteconomia no Rio de Janeiro até as primeiras mulheres bibliotecárias lecionarem neste curso:** subcapítulo 3.2 - O Curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional;

- **1929 1954: Criação do Curso de Biblioteconomia do *Mackenzie College*, em São Paulo até a oferta de bolsas pela Fundação Rockefeller:** subcapítulo 3.3 - O Curso de Biblioteconomia do *Mackenzie College*;

- **1940 a 1971: expansão do ensino em Biblioteconomia até a posse da primeira mulher como diretora da Biblioteca Nacional, a bibliotecária Jannice Monte-Mór:** subcapítulo 3.4 A expansão do ensino em Biblioteconomia no Brasil:

Por fim, tem-se o capítulo 4 (quatro) “Considerações finais” resultante da terceira fase teórico metodológica, momento este em que se aprofundou as circunstâncias que levaram a Biblioteconomia ao status de profissão feminizada no Brasil por meio das discussões levantadas nos capítulos anteriores.

Ilustração 2 – Jannice Monte-Mór, primeira mulher a ser diretora da Biblioteca Nacional



Fonte: Monte-mór, 2012<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Patrícia Monte-Mór é filha de Jannice Monte-Mór. É mestra em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1984) e especialista em Antropologia Visual. Atua como professora assistente no Departamento de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Em sua página no Facebook possui um álbum de fotografias em homenagem à sua mãe (INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS [2020?]).

## 2 GÊNERO, DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E BIBLIOTECONOMIA

Discute-se neste capítulo os aspectos centrais que envolvem a temática de gênero no âmbito da divisão sexual do trabalho, mais especificamente no que diz respeito a profissão bibliotecária no Brasil. Fazemos este recorte, pois tanto a Biblioteconomia quanto a Ciência da Informação podem se apropriar das múltiplas facetas que a temática de gênero possui, tais como acesso à educação e à saúde de meninas e mulheres, a violência de gênero, a desigualdade salarial dos profissionais, entre outros, visto tratarem de temas que possuem a informação como denominador comum, deste modo, podem contribuir para o avanço dos estudos de gênero no país.

Rasche (1995) afirma que as mulheres possuem ampla participação na construção da Biblioteconomia enquanto ciência e profissão, ainda que conforme Japiassú (1991) a Ciência se mostre como machista no decorrer de sua construção.

O processo de feminização ou de masculinização das profissões não são sempre considerados quando se busca compreender a evolução de um determinado grupo profissional, aspectos estes de extrema relevância que, muitas vezes, permanecem marginalizados ou ignorados nas análises (KERGOAT, PICOT, LADA, 2009). No âmbito da Biblioteconomia, empreender a temática de gênero se faz como fundamental, pois

[..] há que se repensar e que se rever os valores cujo percurso passa pela reconstituição histórica do curso de Biblioteconomia no Brasil e pela correlação de força que foram estabelecidas para a sua inserção nas chamadas profissões de cunho liberal e na consciência de que as relações de gênero, por serem hierarquizadas, é que tem colocado as mulheres em situação de desprestígio social, principalmente naquelas profissões onde há o predomínio do sexo feminino (FERREIRA, 2003, p. 190).

Destaca-se que qualquer discussão sobre profissão, mercado de trabalho e gênero devem englobar o viés da interseccionalidade. Mulheres de diferentes raças, classes sociais, orientações sexuais e religiões presenciam o peso do patriarcado de modo distinto. Ainda que as violências contra o gênero mulher perpassem todas aquelas que se definem como mulheres, por exemplo a violência sexual, existem outros tipos de violências que, além de condenar o corpo destas mulheres pelo gênero, possuem outras características como agravantes.

O termo interseccionalidade foi cunhado por Kimberlé W. Crenshaw (1989) para designar a interdependência nas relações de poder de raça, sexo e classe. Conforme Hirata

(2014) atingiu popularidade na segunda metade dos anos 2000, ainda que sua origem remonte ao movimento do *Black Feminism* da década de 1970 por meio de teóricas como Davis (2006), Collins (1990) e Dorlin (2007). Assim,

A interseccionalidade remete a uma teoria transdisciplinar que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado. Ela refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual. O enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais (BILGE, 2009, p. 70).

Abriu-se este parêntese, pois, no decorrer desta pesquisa lidou-se com a presença de mulheres no âmbito acadêmico, de modo que, narrativas de mulheres brancas, héteronormativas, oriundas das classes médias e altas foram majoritárias. Isto não significa que a Biblioteconomia é constituída somente por esta nuance de mulheres, ao contrário, a Biblioteconomia e a Ciência da Informação são áreas compostas por mulheres bissexuais, lésbicas, deficientes<sup>2</sup>, asiáticas, negras, indígenas sendo uma demanda emergente inscrevê-las no histórico não só destas áreas, mas no campo científico como um todo.

Sabe-se que a sociedade brasileira, como toda a cultura ocidental, foi historicamente pautada na soberania do masculino perante o feminino de modo que as profissões, ou mesmo o mercado de trabalho, são espaços permeados pela desigualdade entre homens e mulheres. Em vista disto,

A concepção do masculino como sujeito da sexualidade e o feminino como seu objeto é um valor de longa duração da cultura ocidental. Na visão arraigada no patriarcalismo, o masculino é ritualizado como o lugar da ação, da decisão, da chefia da rede de relações familiares e da paternidade como sinônimo de provimento material: é o “impensado” e o “naturalizado” dos valores tradicionais de gênero. Da mesma forma e em consequência, o masculino é investido significativamente com a posição social (naturalizada) de agente do poder da violência, havendo, historicamente, uma relação direta entre as concepções vigentes de masculinidade e o exercício do domínio de pessoas, das guerras e das conquistas (MINAYO, 2005, p. 23-24).

---

<sup>2</sup> Termo adotado conforme disponibilizado em SASSAKI, Romeu Kazumi. Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. In: VIVARTA, Veet. (Org.) **Mídia e Deficiência**. Brasília: Andi; Fundação Banco do Brasil, 2003. p. 160-165.



As representações sociais, também denominadas como estereótipos de gênero, atingem homens e mulheres no mercado de trabalho. São elementos que constituem a ordem de gênero, sendo a expressão mais visível das desigualdades, principalmente no que tange às mulheres trabalhadoras (ABRAMO, 2007; MONTEIRO, FREITAS, DANIEL, 2018).

Define-se gênero a partir de Scott (1995, p. 08) como “[...] um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, [...] uma forma primeira de significar as relações de poder”. A partir desta noção, tem-se um “[...] conjunto de práticas sociais que criam assimetrias entre o que é entendido como feminino ou como masculino, além de estabelecer parâmetros para as percepções e avaliações que as pessoas têm de si mesmas e dos outros” (BARRETO, 2014, p. 09). Trata-se de “[...] um produto cultural adquirido e transmitido nas estruturas sociais” (ALMEIDA: 1998, 43).

O conceito de gênero emergiu na década de 1960 e se consolidou em 1970 como parte dos avanços teóricos conquistados pelas lutas feministas, como meio de fundamentação para as mudanças sociais e políticas exigidas. Foi primeiramente empregado pelas feministas americanas que buscavam diferenciar as discriminações originadas no fato sexo presentes na sociedade (FORREST, 2014; PIRES, 2016).

Por meio do aparecimento do termo como um campo de saber, pode-se construir um diálogo entre o feminismo e o campo científico, principalmente no âmbito das Ciências Humanas (FORREST, 2014). Scott (1955, p. 85) afirma ainda que “O termo ‘gênero’ faz parte da tentativa empreendida pelas feministas contemporâneas para reivindicar um certo terreno de definição, para sublinhar a incapacidade das teorias existentes para explicar as persistentes desigualdades entre as mulheres e os homens”.

A consolidação destes mecanismos de diferenciação entre feminino e masculino permite que a sociedade delimite “[...] com bastante precisão, os campos em que pode operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que pode atuar o homem” (SAFFIOTI, 1987, p. 08). Assim, as profissões são apenas mais um espaço que legitima comportamentos adequados às mulheres:

Homens e mulheres não são uma coleção – ou duas coleções – de indivíduos biologicamente diferentes. Eles formam dois grupos sociais envolvidos numa relação social específica: as relações sociais de sexo. Estas, como todas as relações sociais, possuem uma base material, no caso o trabalho, e se exprimem por meio da divisão social do trabalho

entre os sexos, chamada, concisamente, divisão sexual do trabalho (KERGOAT, 2009, p. 67).

O termo “trabalho feminino” engloba polissemias, pois “[...] alguns confundem “trabalho feminino” com as funções domésticas e os cuidados com a família e a casa; já outros entendem que ele envolve as atividades remuneradas realizadas no próprio domicílio e mesmo a participação de mulheres no mercado de trabalho” (MATOS, BORELLI, 2012, p.127). Souza e Guedes (2016, p. 124) pontuam ainda que “A não consideração dos afazeres domésticos como trabalho silenciou e tornou invisível, por muito tempo, relações assimétricas e de poder entre os sexos”.

Além disto, a entrada de mulheres no mundo profissional não implicou na entrada de homens do mundo doméstico, ao contrário, as mulheres passaram a acumular jornadas duplas ou triplas:

O ingresso das mulheres no mundo econômico não equilibra as funções atribuídas aos sexos, ao contrário, reforça as desvantagens vividas pelas mulheres que atualmente compartilham com os homens, de forma equânime ou não, a provisão financeira da família juntamente com a responsabilidade da esfera reprodutiva. A saída do lar e as conquistas cada vez mais visíveis no âmbito público representaram uma revolução incompleta, uma vez que as mulheres ainda assumem praticamente sozinhas as atividades do espaço privado, o que perpetua uma desigual e desfavorável divisão sexual do trabalho para elas (SOUSA, GUEDES, 2016, p. 125).

As primeiras manifestações pela luta do direito à cidadania de mulheres remetem aos primórdios da Revolução Francesa, no século XVIII, em que a busca por reconhecimento legal fora de casa consistia como principal pauta. No entanto, foi na segunda metade do século XIX e nas primeiras décadas do século XX que o movimento se expandiu tendo como enfoque os direitos políticos representado no voto. A partir disto, o movimento sufragista se expandiu pela Europa e Estados Unidos e ocupou a primeira vaga de feminismo organizado pelo mundo (PINTO, 2003).

A inserção de mulheres no mundo do trabalho ocorreu principalmente com o advento da Revolução Industrial Inglesa no século XVIII, momento este de ascensão do capitalismo (TEIXEIRA, 2006). Conforme Matos e Borelli (2012) são diversos os motivos que levaram as mulheres a assumirem “funções produtivas”, assim

[...] abraçando habilmente as possibilidades existentes, ocupando brechas no mundo trabalho ou tomando para si postos e colocações antes vetados ou inacessíveis. Nesse processo, foram mais facilmente incorporadas ao mercado laboral quando assumiram ocupações para as

quais eram consideradas hábeis ou vocacionadas (fiar, tecer, costurar, cuidar, servir) e enfrentaram maiores dificuldades quando foi necessário superar os preconceitos existentes, sobretudo nos setores mais conservadores, tidos como tradicionalmente masculinos (MATOS, BORELLI, 2012, p.127).

A segregação histórica entre os direitos concedidos a homens e mulheres age como impulso para que as primeiras pautas femininas surjam. Assim, as mulheres passam a lutar pelo direito de estarem presentes em outras esferas além do âmbito privado, elas querem participar da política, da economia, do ambiente público. Para tanto, emergem as ondas feministas que, independente da época, pontuam sempre a igualdade entre os sexos.

As mulheres inicialmente ocuparam cargos e posições de baixa ou nenhuma qualificação, tendo como justificativa o fato de não deterem conhecimento técnico suficiente requeridos para posições mais altas. Ainda assim, o trabalho exercido fora de casa constituiu um fator decisivo para que as mulheres atuem em atividades profissionais nunca antes possíveis (TEIXEIRA, 2006). Isto ao falarmos de mulheres brancas, visto que

Proporcionalmente, as mulheres negras sempre trabalharam mais fora de casa do que suas irmãs brancas. O enorme espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras reproduz um padrão estabelecido durante os primeiros anos da escravidão. Como escravas, essas mulheres tinham todos os outros aspectos de sua existência ofuscados pelo trabalho compulsório. Aparentemente, portanto, o ponto de partida de qualquer exploração da vida das mulheres negras na escravidão seria uma avaliação de seu papel como trabalhadoras (DAVIS, 2006, p. 24).

Além da industrialização e do capitalismo, os períodos pós guerras também contribuíram para que as mulheres entrassem no mundo trabalho. Na Primeira Guerra Mundial, além dos postos de enfermagem, as mulheres também ocuparam cargos nas indústrias têxteis voltadas para a confecção de uniformes para soldados, paraquedas e outros artigos de vestuário. Na Alemanha, França e Inglaterra foram solicitadas a trabalharem nos meios rurais. A remuneração se dava por meio de uma refeição ou mesmo uma quantia irrisória de dinheiro (TEIXEIRA, 2006). Deste modo, pontua-se que

Mesmo em sociedades industriais, uma tão grande mobilização de mão-de-obra impõe enormes tensões à força de trabalho, motivo pelo qual as guerras de massa fortaleceram o poder do trabalhismo organizado e produziram uma revolução no emprego de mulheres fora do lar: temporariamente na Primeira Guerra Mundial, permanentemente na Segunda (HOBSBAWN, 1995, p. 51).

Araújo (2019) destaca que a participação de mulheres se tornou necessária na Segunda Guerra Mundial, a partir de 1939 na ocupação de cargos antes ocupados pelos homens, visto que com o avanço da guerra eram poucos aqueles que continuavam trabalhando na indústria. Para as mulheres, a guerra significava uma oportunidade de trabalho, de melhoria de vida e de conquista de direitos, um meio para se libertar da vida doméstica.

Entretanto, o trabalho foi questionado como elemento que comprometeria as “funções naturais” de mãe e esposa das mulheres (MATOS, BORELLI, 2012). Deste modo as mulheres adentraram principalmente as áreas com semelhanças em comum com a maternidade, organização e administração do lar:

Com a entrada feminina no mundo do capital, há também toda uma preocupação com a sua profissionalização e com suas escolhas. Logicamente que, se são as mulheres que maternam, que cuidam dos filhos, do marido, da casa, dos doentes e das hortas, o sistema capitalista tinha, portanto, que engajá-las em profissões afinadas com essas tarefas. Daí que em nível do senso comum, vão se justificando suas escolhas por: magistério, enfermagem, nutrição, biblioteconomia, que de alguma forma são extensões das atividades domésticas (FERREIRA, 2003, p. 190).

Fenômeno similar ocorre no ambiente universitário. Nascimento, Ferreira e Baptista (1997) e Ferreira (2010) explicitam que a maioria das mulheres que buscam a profissionalização privilegiam às áreas de educação, saúde e ciências sociais, profissões estas reconhecidas tradicionalmente como femininas: assistentes sociais, bibliotecárias, enfermeiras e professoras.

Essas profissões compõem o chamado setor terciário da economia, setor este que, segundo Perrot (2007) é o que mais emprega mulheres principalmente nas ocupações marcadas pelo caráter doméstico feminino em que a “[...] importância do corpo e das aparências; função das qualidades dita femininas, dentre as quais mais importantes são o devotamento, a prestimosidade, o sorriso, etc.” predominam (PERROT, 2007, p. 123).

A feminização, assim como a masculinização, reproduz internamente a divisão sexual do trabalho de modo que reconfiguram as relações de poder. Além disto, gera “[...] discriminações e violências simbólicas e explícitas contra as mulheres, que desvalorizam as profissionais e obstaculizam as suas carreiras” (LOMBARDI, 2017, p. 14). Pode-se compreender a feminização em dois aspectos centrais:

**a)** Significado quantitativo (feminilização): refere-se ao aumento de mulheres (pessoas de sexo feminino) na composição da mão de obra em uma determinada ocupação ou profissão (YANNOULAS, 1996, 2011; 2013);

**b)** Significado qualitativo (feminização propriamente dita): refere-se às transformações num determinado tipo de ocupação ou profissão, vinculadas às práticas sociais e simbólicas predominantes na época ou na cultura especificamente analisadas, e que rebatem numa mudança no significado da profissão ou ocupação (BANDEIRA, 1997; YANNOULAS, 2013).

A feminização de uma profissão não deve ser entendida exclusivamente como sinônimo de igualdade, visto que indica a exclusão de um sexo em relação a outro. Também não deve prescindir uma perspectiva histórica, visto se tratar de conquistas recentes em que a intensidade e o ritmo assumidos são diferentes para cada profissão (LOMBARDI, 2017). Ainda assim,

[...] pode ser, ao contrário, interpretada como uma vitória das mulheres em sua luta pelo acesso à igualdade – em direitos e em número –, no caso de uma entrada massiva das mulheres num grupo profissional. Em outros casos ainda, o processo de feminização pode ser analisado em relação à desvalorização de um exercício profissional e a uma perda de prestígio (KERGOAT, PICOT E LADA, 2009, p. 163-164).

O tema Divisão Sexual do Trabalho emerge como campo de estudos na França do início da década de 1970 sob a égide do movimento feminista, primeiramente na Etnologia e posteriormente na Sociologia e na História, nestas últimas adquire o valor de um conceito analítico. A divisão sexual do trabalho é consequência da divisão sexual estabelecidas nas relações sociais entre os sexos, relações estas recorrentes entre homens e mulheres. Essa divisão é moldada histórica e socialmente (HIRATA, KERGOAT, 2007; KERGOAT, 2009):

A divisão do trabalho proveniente das “relações sociais de sexo” reservou às mulheres a esfera reprodutiva e aos homens, a esfera produtiva, estabelecendo uma relação assimétrica entre os sexos que cria e reproduz concomitantemente as desigualdades de papéis e funções na sociedade. As relações sociais entre os sexos se apresentam desiguais, hierarquizadas, marcadas pela exploração e opressão de um sexo em contraponto à supremacia do outro (SOUSA, GUEDES, 2016, p. 125).

Assim, ainda que o século XIX e XX sejam cruciais para a conquista de direitos das mulheres, principalmente no âmbito da educação e do mercado de trabalho, destaca-se que o ideal de mulher presente no imaginário social remetia a características do século

anterior, uma figura doce, pacata, paciente. Assim, ao participar do espaço público, as mulheres não poderiam abrir mão de seus “atributos naturais”, de modo que passam a exercê-lo dentro e fora do lar. Somado a isso, tem-se as barreiras como cargos e salários mais baixos, jornadas duplas ou triplas, dificuldades de ascender em determinados nichos acadêmicos, etc., o que torna a entrada no mundo do trabalho mais difícil para as mulheres. Conforme Olinto (2004), esses fenômenos são reflexos diretos dos mecanismos de segregação que permeiam a sociedade no todo.

Tais fenômenos presenciados pelas mulheres podem ser compreendidos por meio da segregação horizontal determina que as escolhas de carreiras sejam segmentadas pelo gênero. Aliado a isto temos ainda a segregação vertical, circunstância esta que mantém as mulheres em posições subordinadas de modo que não progredam em suas escolhas profissionais (OLINTO, 2011). Assim,

[...] torna-se evidente que a maioria das mulheres está classificada em dois ou três setores de estudo, com poucas exceções esses são: educação, medicina e ciências sociais. São profissões que as mulheres tem escolhido tradicionalmente podendo daí concluir que não só as mulheres se encontram nessas carreiras, mas também que elas são majoritariamente femininas. As carreiras que atendem a essas condições são psicologia e farmácia, a essas carreiras femininas tradicionais devem se acrescentar-se a de professora, enfermeira, assistente social, bibliotecária, nutricionista (VEGA, 1988, p. 33).

Conforme Nascimento, Ferreira e Batista (1997), o fator determinante para que as mulheres optem por profissões tradicionalmente femininas tem como raiz a “vocação ao servir”, não que seja um dom natural, mas sim pela representação que tem de si e daquela profissão, além das condições objetivas que possuem para exercê-la. Nesse aspecto, as autoras sinalizam que as mulheres optam por carreiras menos competitivas, logo, de menor prestígio social e econômico, enquanto que com os homens ocorre o oposto: a competitividade e as vantagens econômicas atuam como molas propulsoras.

A primeira aproximação entre a desvalorização da profissão bibliotecária e o alto número de mulheres presentes na área foi feita no início da década de 1980 por Botassi (1984). Ao discutir sobre as poucas oportunidades de trabalho para o profissional, a autora conclui que um dos fatores consiste no fato de “[...] não sermos consideradas(os) profissionais e não termos autoestima, o que resulta na imagem da(o) bibliotecária(o) como profissional menor” (BOTASSI, 1984, p. 03). Em seguida, a autora complementa

Evidentemente, de acordo com a nossa história de vida, circunstâncias diferentes nos levaram à escolha do curso de Biblioteconomia. No

entanto, o motivo que nos levou à ela, para além das circunstâncias, foi o de termos escolhido uma profissão adequada “à nossa natureza” feminina, considerando que as (os) profissionais somos uma maioria de mulheres. Assim, enquanto mulheres, de acordo com a nossa formação, seríamos levadas a prestar serviços ou cuidados e, se não bibliotecárias, seríamos enfermeiras, assistentes sociais ou exerceríamos profissões “úteis” à sociedade, de “natureza” especificamente feminina. Transportamos, dessa maneira, nossa condição de mulher, colocada em posição inferior na sociedade, para nossa profissão (BOTASSI, 1984, p. 03).

Botassi (1984) evidencia a noção de que existem “profissões adequadas a natureza feminina”, sendo a Biblioteconomia uma delas. Ainda que diversos sejam os motivos para a entrada em um curso superior, a representação que possuem de si e da profissão acaba por ser um fator determinante na escolha da Biblioteconomia. Outro aspecto consiste que a inferioridade vivenciada pelas mulheres cotidianamente é transportada para o ambiente de trabalho.

Conforme sinalizado por Ferreira (2010), as bibliotecárias não relacionam a desvalorização social da profissão com a predominância de mulheres na área. Característica similar foi notada por Rasche (1995) que questionou se o fato de ser mulher influenciou na formação acadêmica de um determinado grupo de entrevistadas, a resposta unânime é negativa. Entretanto, a autora destaca que os seguintes comentários foram feitos:

[...] - discriminação no ambiente de trabalho; - homens bibliotecários se destacam mais, por se imporem enquanto profissionais, já que a profissão exige isso; - se tivesse marido e filhos acha que sim (marido e filho prendem a mulher); - os rapazes preferem a parte técnica; - a mulher tem mais facilidade no relacionamento com público; - a mulher está se sobressaindo hoje no ambiente de trabalho; - as pessoas têm preconceito com o curso; - os problemas da profissão são relacionados com a mulher; - se fosse só fazer "fichinhas sim" - administração e engenharia são cursos para homem; - ser um curso da área de educação (RASCHE, 1995, p. 92).

Olinto (1997) explana que as mulheres veem na profissão bibliotecária um espaço para desenvolver suas habilidades do âmbito privado:

A mulher na profissão de bibliotecária também pode estar procurando refletir de múltiplas formas as suas atividades no lar. Na organização e funcionamento da biblioteca se espelhariam as suas incumbências relativas à organização e funcionamento da casa; no interesse pelos livros estaria implícito o seu papel de produtora de cultura, aceitando chances restritas de carreira e de exercício de autoridade a bibliotecária estaria simbolizando a sua subordinação na esfera doméstica (OLINTO, 1997, p. 8).

Entretanto, conforme será discorrido na seção seguinte, a Biblioteconomia passou a ser uma escolha profissional a partir de 1929, anteriormente a profissão estava conjugada ao predomínio masculino. A razão para esta mudança consiste que, a partir de 1929, a Biblioteconomia brasileira foi influenciada pelos Estados Unidos.

No âmbito da estadunidense, a Biblioteconomia se aproxima da Pedagogia e do Magistério, ambas áreas feminizadas, visto tratarem da prestação de cuidados, principalmente no período da primeira infância:

levanta-se a feminização da biblioteconomia na mesma perspectiva do magistério, pois em princípio parece que o bibliotecário foi encarado como um professor informal, que exercia sua função de educador fora do espaço formalizado do ensino, ocorrendo um deslocamento físico da sala de aula para a biblioteca. Era preciso deslocar um professor para as funções de reunião, organização, armazenamento, preservação e orientação de uso de materiais impressos diversificados, necessários ao enriquecimento do ensino, em um espaço apropriado para estudo e pesquisa (MARTUCCI, 1996, p. 238).

Outro aspecto reside no fato de tanto a Biblioteconomia quanto a Pedagogia terem sido denominadas como cursos “espera marido”, de modo que a credibilidade profissional destas profissões foi reduzida (FORREST, 2014). Diante deste aspecto pontuado por Forrest (2014), evidencia-se que a escolha de adentrar um curso universitário consistiria somente em uma distração até conseguir um casamento, além disto, caso finalizasse o curso, isto não significaria perda de tempo, visto que poderia aplicar os conhecimentos obtidos na educação com os filhos dentro do lar.

Para Martucci (1996, p. 242) “[...] a mulher é considerada um ser puro, dedicado, submisso, passivo, leal, obediente, conservador, com respeito à autoridade e hierarquia, de grandes qualidades morais, educadora primeira na sociedade”. Por isso, ao adentrar o mercado de trabalho, a profissional bibliotecária percebe

que tanto às informações obtidas quanto às técnicas de tratamento da informação e atendimento ao usuário, foram acrescentadas e ampliadas nossas características femininas. As informações que obtivemos nos condicionaram a tratar a informação e o usuário passivamente, coletando-a e prestando-a de acordo com o pré-estabelecido na instituição ou empresas. Não nos colocamos como seres pensantes, nem desempenhamos papel ativo em relação à informação e usuário, antes, nos mantemos como seres inferiores, submissas e dependentes das regras da instituição ou empresa. E quanto tomamos decisões e nos comportamos ativamente, somos consideradas avis raras, loucas ou impertinentes (BOTASSI, 1984, p. 03).



Outro aspecto consiste na influência de Melvil Dewey para a Biblioteconomia estadunidense, pois é considerado o “pai da Biblioteconomia moderna”, “pioneiro na educação de bibliotecas” e “pioneiro na criação de oportunidades de carreira para mulheres” (FORD, 2018), visto que foi um dos articuladores da *American Library Association* – ALA, também idealizou a primeira “escola de bibliotecas” dos EUA, a *School of Library Economy* no *Columbia College*<sup>3</sup> e criou a Classificação Decimal, sistema numérico amplamente empregado em bibliotecas no mundo todo.

Conforme Trautman (1954) Dewey propôs a criação da *School of Library Economy* durante uma conferência da ALA realizada em Nova Iorque no ano de 1883. Após a ideia ter sido aprovada pelo comitê, o Curso iniciou em janeiro de 1887. Entretanto, vinte e quatro horas antes Dewey foi notificado pelo presidente da Comissão que ele não poderia usar nenhuma das classes, pois havia mulheres presentes em sua turma. Dewey com auxílio dos zeladores improvisou uma sala de aula em um andar não utilizado da Capela e assim iniciou o curso conforme previsto no cronograma. Deste modo, Dewey foi responsável por recrutar mulheres para o curso de Biblioteconomia em uma época em que o *Columbia College* era restrito aos homens. (TRAUTMAN, 1954).

Porém, ainda que a impressão seja de que Melvil Dewey<sup>4</sup> foi mais um homem incrível que contribuiu para a emancipação feminina, o bibliotecário colecionou ao longo de sua vida inúmeras denúncias de assédio sexual, além de atitudes racistas contra judeus, afro-americanos e outras minorias<sup>5</sup>. Em artigo de 1886 sobre a presença de mulheres nas bibliotecas escreve<sup>6</sup>

Não há quase nada nos cargos mais altos que elas não possam fazer tão bem quanto um homem de igual treinamento e experiência; e em grande parte do trabalho da biblioteca, a mente rápida e os dedos hábeis das mulheres fazem muitas coisas com cuidado e zelo raramente igualáveis a seus irmãos (DEWEY, 1886, p. 59, tradução nossa).

---

<sup>3</sup> Atualmente Columbia University.

<sup>4</sup> Trautman (1954, p. 19, tradução nossa) pontua que Dewey teria circulado um formulário a possíveis candidatas ao Curso em que informações como “[...] altura, peso, cor do cabelo e dos olhos e uma fotografia” foram solicitadas.

<sup>5</sup> Em junho de 2019, a ALA optou por retirar o nome de Dewey do *Melvil Dewey Medal*, prêmio concedido anualmente a bibliotecários (AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION, 2019; FLOOD, 2019).

<sup>6</sup> There is almost nothing in the higher branches wiche she cannot do quite as well as a man of equal training and experience; and in much of library work women's quick mind and deft fingers do many things with a neatness and dispatch seldom equaled by her brothers (DEWEY, 1886, p. 59).

A Biblioteconomia estadunidense foi responsável ainda por popularizar as fichas catalográficas. Em 1901 a Library of Congress – LC confeccionou fichas de seu acervo e passou a vendê-las a outras bibliotecas e centros de documentação (FERREIRA, 2019).

Nesse período, as fichas eram redigidas manualmente com a ajuda da máquina de escrever. Sabe-se que a datilografia foi um dos cursos que mais atraiu as mulheres, pois assim poderiam ocupar cargos de secretárias, assistentes, etc. Assim, a figura da profissional datilógrafa se disseminou, entretanto foi considerada como uma profissão ínfima destinada unicamente a ser desempenhada por mulheres.

Na biografia de Christopher Latham Sholes, um dos popularizadores da máquina de escrever no final do século XIX, foi possível encontrar que Sholes compreende que revolucionou o mundo dos negócios e contribuiu diretamente para a emancipação das mulheres, motivo este do qual sempre se orgulhou “[...] “eu sinto” [...] “que fiz algo pelas mulheres que sempre tiveram que trabalhar tanto” (FOULKE, 1961, p. 29, tradução nossa)<sup>7</sup>. Além disto, sua filha, Lilian Sholes, foi a primeira mulher a datilografar em público, tornando-se a primeira mulher datilógrafa, de modo que rapidamente ascendeu como um símbolo para a emancipação feminina (FOULKE, 1961).

Assim, observou-se noções basilares que tangem a temática de gênero e da divisão sexual do trabalho voltado ao âmbito da Biblioteconomia, de modo que a abordagem destes conceitos se faz como fundamental para a compreensão de como a profissão bibliotecária se constitui como ocupação feminizada no território brasileiro juntamente ao processo histórico de desenvolvimento da área no país, aspecto este aprofundado na seção seguinte.

---

<sup>7</sup> “Christopher Sholes emancipated women from the drudgery that is housework and was ever afterward glad. “... I do feel”, he said, “that I have done something for the women who have Always had to work so hard.” (FOULKE, 1961, p. 29).

Ilustração 3 – Laura Russo, precursora para a regulamentação da profissão  
bibliotecária



Fonte: Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, 1984.

### 3 A BIBLIOTECONOMIA É FEMININA?

O título deste capítulo foi embasado na dissertação “A Matemática é feminina? Um estudo histórico da presença da mulher em Institutos de Pesquisa em Matemática do estado de São Paulo” (CAVALARI, 2007) que, por sua vez, inspirou-se no livro “A Ciência é masculina? É sim senhora!” (CHASSOT, 2006). Considerou-se pertinente adotar esta pergunta, visto que respondê-la remete a um dos pontos centrais pontuados no decorrer deste trabalho.

#### 3.1 A primeira Biblioteconomia brasileira

Recorre-se à História do Brasil em uma época que a Biblioteconomia enquanto área não era citada, mas seu objeto de estudo – o livro, a leitura e as bibliotecas – estavam disponíveis a uma parcela da população. Nota-se uma carência de estudos acerca deste período pela Biblioteconomia contemporânea conforme sinalizado Rastelli e Caldas (2017, p. 90): “[...] quase a totalidade da produção sobre essa temática, notadamente no campo acadêmico, é oriunda das áreas de História e Letras. Trazendo o foco para a área da Biblioteconomia e Documentação e Ciência da Informação, verifica-se que há pouca atenção ao tema”.

Mediante a pluralidade de eventos existentes na História do Brasil, constata-se ser impossível traçar uma linha cronológica uniforme sobre livros, leitura e bibliotecas, visto que os estudos já empreendidos – devido ao recorte fundamental para a pesquisa científica – abordam aspectos isolados de um período ou outro. Assim, contextualiza-se quando pertinentes fatos fundamentais da História como via de conjuntura para as práticas contemporâneas da Biblioteconomia brasileira.

Conforme pontuado por Saviani et al (2006) ao tratar de um longo período histórico, se faz fundamental pensar e definir a categoria “século” conforme sua função na narrativa histórica, visto que tanto o século histórico quanto o século cronológico possuem semelhanças e se sobrepujam na composição das narrativas históricas. Assim,

Um século histórico pode ultrapassar ou limitar-se à duração de um século cronológico. Pode-se dizer então que um “breve século” refere-se aos acontecimentos que demarcam temporalmente dentro da periodicidade de um século cronológico sem compreender a totalidade de cem anos. Logo, um “longo século” se refere a acontecimentos que

transpassam a limitação de um século cronológico e perpassam por mais de um século (SILVA, AMORIM, 2017, p. 186).

O período do Brasil Colonial durou cerca de trezentos anos que podem ser divididos de maneira desigual em três momentos: o primeiro corresponde da chegada de Cabral ao estabelecimento do governo geral (1549 a 1599), o segundo vai da instalação do governo geral até as últimas décadas do século XVIII (1599 a 1759) e por fim, de 1759 até a época da Independência (1759-1822) (FAUSTO, 2010; SAVIANI, 2013).

Tem-se que em 09 de março de 1500 uma frota composta por treze navios portugueses sob comando de Pedro Álvares Cabral deixa o Rio Tejo em Lisboa rumo às Índias. No mesmo ano, em 21 de abril, após tomarem rumo oeste e se afastarem da costa africana, desembarcam na América, mais especificamente no litoral da Bahia, em Porto Seguro (FAUSTO, 2010). Conforme relata Caminha em carta ao Rei Dom Manuel:

E quinta-feira, (23 de abril), pela manhã, fizemos vela e seguimos direitos à terra. [...] Dalí avistamos homens que andavam pela praia, obra de sete ou oito, segundo disseram os navios pequenos, por chegarem primeiro. Eram pardos, todos nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas. Nas mãos traziam arcos com suas setas. Vinham todos rigidamente sobre o batel; e Nicolau Coelho lhes fez sinal que pousassem os arcos. E eles pousaram (CAMINHA, 1997, p. 10-11).

Caminha (1997) se referia a população ameríndia divididas principalmente entre Tupinambás que ocupavam a faixa litorânea do Norte até Cananéia, região Sul do Estado de São Paulo e os Guaranis, localizados na Bacia Paraná-Paraguai e no trecho do litoral entre Cananeia e o extremo Sul, comumente conhecidos como tupi-guarani. Também se faziam presentes os goitacases na foz do Rio Paraíba, os aimorés no sul da Bahia e no norte do Espírito Santo, tremembés na faixa entre o Ceará e o Maranhão, além dos povos carijós, tupiniquins, tamoios (FAUSTO, 2010)<sup>1</sup>.

Entende-se como de suma importância enfatizar tais fatos históricos, visto que os povos indígenas já ocupavam a região e possuíam hábitos próprios que, ao longo do processo de colonização, são suprimidos pelo saber cristão europeu. Quando expressado que as manifestações culturais brasileiras se iniciam a partir de 1549, não se nega a existência de práticas artísticas, intelectuais e culturais<sup>2</sup> dos povos indígenas, pelo

---

<sup>1</sup> O Censo Demográfico de 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE apontou a existência de 896 mil pessoas autodeclaradas indígenas. Ainda segundo o Censo a população se divide em 305 etnias com 274 línguas faladas (IBGE, 2010). Os números demonstrados são muito pequenos se comparado com a população indígena residente no território brasileiro no período de 1500.

<sup>2</sup> Kambeba (2019, p. 39) sinaliza que os povos indígenas inicialmente “[...] transmitiam seus conhecimentos pela oralidade e pelos desenhos que faziam nas pedras e em seus artefatos como vasilhas feitas de

contrário, acredita-se que tanto a Biblioteconomia quanto a Ciência da Informação contemporânea devem se apropriar e produzir conteúdo acerca da temática.

A ocupação efetiva dos portugueses ocorre em 1530 devido à implantação do sistema de capitanias hereditárias como modo de proteger o território lusitano das invasões francesas e holandesas. Anteriormente, no período de 1500 a 1535, as viagens empreendidas entre Brasil e Portugal eram feitas principalmente para extradição de pau-brasil (FAUSTO, 2010).

Assim, a história cultural brasileira emerge a partir de 1549 com a instalação do Governo-Geral no município de Salvador e com a instauração das Ordens Religiosas. Inicialmente, veio a Companhia de Jesus seguida pelos Franciscanos em 1585, Carmelitas e Beneditinos, estes últimos com tradição bibliotecária ainda maior que a dos jesuítas. No século XVII, Ordens como os Capuchinhos, Mercedários e Oratorianos também se estabeleceram no país (FONSECA, 1979; RASTELLI, CALDAS, 2017).

No Brasil, como em todo o Ocidente, na era cristã, as bibliotecas, públicas ou particulares, começaram também pelas casas religiosas. Os primeiros religiosos que aqui chegaram se dedicaram antes de tudo ao apostolado junto aos silvícolas, depois junto aos negros, sem nunca deixarem de lado o serviço religioso junto aos portugueses. Tinham, portanto, uma vida nômade, ou habitavam em aldeias primitivas e malformadas. Logo, porém, que as cidades foram nascendo e crescendo, e que esses padres, por força do seu múnus pastoral, iniciaram a construção de igrejas maiores e de conventos fixos, começaram também a colecionar livros e a montar arquivos. Onde nasceu um convento, nasceu também uma biblioteca (CARVALHO, 1994).

Salienta-se que conhecemos mais a respeito da Companhia de Jesus do que sobre as demais Ordens devido ao registro empreendido pelo Padre Serafim Leite em “História da Companhia de Jesus” no período entre os anos de 1933 a 1950 (MORAES, 2006). Leite (1953) dedica ainda em seu livro “Artes e Ofícios dos Jesuítas no Brasil 1549-1760”, um subcapítulo sobre os bibliotecários, encadernadores, tipógrafos e impressores da Companhia. Outro aspecto sobre a predominância dos jesuítas perante as demais ordens foi relatado por Saviani (2013):

[...] as diferentes congregações religiosas operaram de forma dispersa e intermitente, sem apoio e proteção oficial, dispondo de poucos recursos humanos e materiais e contando apenas com o apoio das comunidades e, eventualmente, das autoridades locais. Diferentemente, os jesuítas

---

cerâmicas, potes, etc. Os grafismos tinham seu significado e eram de fácil leitura e interpretação entre todos”.

vieram em consequência da determinação do rei de Portugal, sendo apoiados tanto pela Coroa portuguesa como pelas autoridades da colônia. Nessas circunstâncias, puderam proceder de forma mais organizada, vindo a exercer virtualmente o monopólio da educação nos dois primeiros séculos da colonização (SAVIANI, 2013, p. 41).

As primeiras escolas e bibliotecas brasileiras foram administradas pela Igreja em virtude do objetivo que as Ordens Religiosas tinham: a assimilação da cultura portuguesa pelos povos indígenas:

A educação na colônia portuguesa do século XVI por meio dos jesuítas tinha como objetivo primário catequizar os nativos, e para isso, foram usados vários recursos didáticos e metodológicos. Os padres jesuítas foram os primeiros evangelizadores do Brasil colonial, trabalhavam com uma cultura europeia letrada e tinham como finalidade a completa conversão dos indígenas para a fé católica sendo a educação o principal agente colonizador (ALMEIDA, 2016).

Azevedo (1976) destaca que a expansão das ordens monacais como as do carmelitas, beneditinos e franciscanos se deu rapidamente por todo o litoral, principalmente do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco:

Nenhum obstáculo entrou no desenvolvimento dessa coletividade, - igreja, mosteiro. [...] Os bens afluíam, dilatando-se e enriquecendo-se o patrimônio dos mosteiros, alguns dos quais chegaram a possuir grandes propriedades, fazendas, prédios e escravos e a viver, não já do apoio dos fiéis, mas dos rendimentos dos seus bens patrimoniais. Espalhando as artes úteis, incentivando o progresso das letras, organizando bibliotecas e arquivos e cultivando o solo, os mosteiros, a que quase sempre se associava a escola, exerceram um papel altamente moralizador e civilizador, desde a Colônia e por todo o Império (AZEVEDO, 1976, p. 136).

A Companhia de Jesus, instituição fundada por Inácio de Loyola em 1539 tinha por incumbência “[...] de um modo principal, procurar o proveito das almas, na vida e doutrina cristã, propagar a fé” (LEITE, 1938, p. 06). Wrege (1993) discorre que a catequese e ensino não se diferenciavam de modo que todo o conteúdo ministrado visava

[...] combater os costumes indígenas e em convertê-los á fé católica, mediante o ensinamento da doutrina e de rudimentos da leitura e escrita para as crianças e adolescentes de sangue indígena. Os filhos dos colonos tinham, então, que se adequar a este tipo de ensino voltado para a pacificação aborígene, pois havia de garantir, primeiramente, a permanência colonizadora portuguesa (WREGE, 1993, p. 19).

Tanto a Companhia de Jesus quanto as demais Ordens ministravam a catequese aos indígenas e no caso das crianças indígenas, estas também eram alfabetizadas. Por sua

vez, os homens negros escravizados não eram livres para buscarem instrução média ou superior. Leite (1949) frisa ainda que os filhos dos homens brancos não eram obrigados a frequentar as escolas e que os padres tampouco tinham a obrigação de ensiná-los.

Casimiro (2007) e Silva e Amorim (2017) dividem temporalmente o ensino praticado pelos jesuítas durante o período colonial em quatro enfoques: o ensino das primeiras letras e do evangelho aos índios pelos jesuítas no século XVI; a construção dos primeiros colégios e a consolidação do modelo educacional jesuíta no século XVII; a instalação das missões para propagação da fé e manutenção da terra conquistada e; o apogeu e o declínio da Companhia de Jesus a partir da metade do século XVIII.

Por sua vez, Leite (1949) divide o ensino conforme a finalidade: os seminários para aqueles que buscavam seguir carreira eclesiástica e os colégios, gratuitos e públicos frequentados por:

[...] filhos de Funcionários Públicos, de Senhores de Engenho, de criadores de Gados, de Oficiais Mecânicos e, no século XVIII, também de mineiros, o que representava no Brasil a nobreza e a burguesia européia, embora estas duas denominações sejam um tanto fictícias transportadas ao Brasil dos primeiros séculos (LEITE, 1949, p. 143).

Neste período, a educação das mulheres se restringia aos cuidados da casa, do marido e dos filhos, visto que “[...] mulheres brancas, ricas ou empobrecidas, como as negras escravas e as indígenas não tinham acesso à arte de ler e escrever” (RIBEIRO, 2010). Porém, faz-se necessário contrastar que as mulheres negras e indígenas foram escravizadas enquanto que as mulheres brancas não faziam nenhum tipo de trabalho manual,

[...] a condição de casada, solteira ou amasiada, assim como a situação racial e legal (negras, pardas, brancas e escravas ou livres) são aspectos que não podem ser negligenciados ao se estudar a condição feminina na Colônia, uma vez que constituem fatores de diferenciação social e indicadores de modos de vida (VELLOSO, 2003, p. 20).

Por meio do relato do botânico e viajante francês, Augustin Saint-Hilaire (1779-1853), constatou-se que a situação da mulher no período colonial brasileiro se equiparava a de um cão: “ Cercado de escravos, o brasileiro habitua-se a não ver senão escravos entre os seres sobre os quais tem superioridade, seja pela força, seja pela inteligência. A mulher é, muitas vezes, a primeira escrava da casa, o cão é o último (SAINT-HILAIRE, 1940, p. 137-138).



Ainda na obra de Saint-Hilaire (1940) encontra-se menção a Antonio Muniz de Souza, viajante e naturalista brasileiro responsável por denunciar o “[...] o banditismo, a opressão contra as mulheres, as arbitrariedades nas práticas militares, a corrupção dos juízes, a ociosidade da elite, a falta de cuidados com os animais e a terra, e a falta de atenção das autoridades com os pequenos agricultores do interior do Brasil” (SANTOS, 2008, p. 1034):

Julgo do meu dever referir que as mulheres no Brasil não fazem parte da sociedade; e á excepção de hum pequeno numero das que ha em algumas Cidades maiores, como Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro &c. &c. em todas as outras menos illustradas , são tractadas como escravas. Ellas não vão a meza de seus pães, e menos á de seus maridos, e só se servem dos restos daquelles; não aprendem a ler, e principalmente entre o povo do centro para quem he crime em huma mulher saber ler, nem escrever ; e o motivo he , dizem elles “porque huma mulher sabendo ler, está habilitada para receber cartas de namoro, e à ter correspondência de amores,, bem se vê que este modo de pensar he de homens faltos de toda a educação necessária. [...] Entre os povos do centro he prohibido às mulheres, aquelle cortejo, com que naturalmente nos saudámos [...] ellas nestes lugares são humas creaturas crimininozas que a penas ouvem dizer “ahi vem hum homem,, precipitadamente correm, indo encerrar-se no mais recôndito de suas cazas, e quanto mais de bem he o homem, que por alli apparece tanto mais ellas se escondem. Taes procedimentos deixão bem conhecer a maldade dos homens que as dominão os quaes não são mais nem menos do que hun selvagem bem semelhantes aos gentios do sul da Bahia, só com a differença destes, andarem nús; mas assim mesmo não escondem as mulheres (SOUZA, 1834, p. 64-65).

Em contrapartida, Ribeiro (2010) aponta que os povos indígenas reivindicaram o direito a educação para as mulheres, visto concebê-las como seres igualitários, diferentemente da cultura propagada pela Europa:

O indígena considerava a mulher uma companheira, não encontrando razão para as diferenças de oportunidades educacionais. Não viam, como os brancos os preveniam, o perigo que pudesse representar o fato de suas mulheres serem alfabetizadas. Condená-las ao analfabetismo e à ignorância lhes parecia uma ideia absurda. Isso porque o trabalho e o prazer do homem, como os das mulheres indígenas, eram considerados equitativos e socialmente úteis (RIBEIRO, 2010, p. 80).

Saviani (2013, p. 38) pontua que não existia qualquer forma de monopólio dos conhecimentos e técnicas empregados pelos indígenas, pelo contrário, eram acessíveis a todos, crianças, jovens e adultos. A transmissão da cultura se dava oralmente “[...] por meio de contatos primários no interior da vida cotidiana. [...] Em qualquer idade e tipo de relação social era possível aprender, convertendo a todos, de algum modo, à posição de

mestres”.

O padre Manoel da Nóbrega, jesuíta responsável pela primeira missão nas Américas, solicita que Dona Catarina, Rainha de Portugal, autorize as mulheres a aprender a ler e escrever, pois elas constituíam maioria nos cursos de catequização. Obviamente o pedido foi negado pela Rainha. Ainda assim, em 1561, o padre recebe novamente o pedido de que as mulheres possam ser instruídas, além de um alerta acerca da violência praticada com as crianças indígenas. A carta foi remetida por Madalena Caramuru<sup>3</sup>, a primeira mulher alfabetizada em território brasileiro (RIBEIRO, 2010).

Conforme Habner (2012, p. 48), a Igreja Católica buscava “[...] restringir a atuação das mulheres à esfera privada. Ao desencorajar a participação feminina no mundo da política e do trabalho fora de casa, os religiosos reforçavam a hierarquia existente entre homens e mulheres e o ideal de reclusão feminina”.

Neste período, a riqueza advinha principalmente do açúcar e do pau-brasil. As manifestações culturais centravam-se nas zonas de produção e seguiam os ciclos econômicos, inicialmente no Norte com a cana de açúcar, posteriormente em Minas Gerais com a exploração do ouro e do diamante, e por fim, no Vale do Paraíba com a cultura do café. As elites formadas em regiões diversas mantinham-se isoladas entre si devido as grandes distâncias existentes (AZEVEDO, 1976; FAUSTO, 2010; MORAES, 2006).

A Companhia de Jesus trouxe consigo livros, porém não em número suficiente. Assim, logo após a chegada solicitaram a Portugal o envio de mais exemplares, além de realizarem a cópia de manuscritos: “Nas escolas os padres copiavam as cartilhas. Pede ao geral que mande livros em quantidade suficiente. Foram chegando, de diversos gêneros, não só para a instrução dos meninos, mas também para a edificação e aperfeiçoamento dos mestres” (MORAES, 2006).

Fonseca (1979) relata que em 1569, os Carmelitas ofertavam um curso de Teologia, curso este impossível de ser realizado sem a disponibilidade de uma biblioteca. Cardim (1939) discorre que no final do século XVI, os jesuítas possuíam uma biblioteca instalada no Colégio de Salvador composta por

Breviários, bíblias, livros litúrgicos, obras teológicas se misturavam com os textos didáticos para ensino do Latim nos acervos dessas primeiras bibliotecas. Acervos também enriquecidos com os clássicos

---

<sup>3</sup> Também conhecida como Catarina Paraguassu ou Catarina Paraguaçu.

latinos e portugueses, pois em meados do século XVI já eram lidos a Eneida e os cronistas (FONSECA, 1979, p. 13).

Ademais, os padres provinciais adquiriam os livros por conta própria. Compravam diretamente de Portugal ou de pessoas que, após terem desempenhado suas funções na Colônia, preferiam vendê-las a pagar novos fretes na viagem de volta. Para tanto empregava-se a renda obtida por meio da venda de produtos agrícolas, as chamadas drogas do sertão: cacau, canela e cravo, medicamentos e âmbar (LEITE, 1943; SILVA, 2008).

Haviam ainda as bibliotecas particulares pertencente a membros do Clero ou profissionais liberais compostas por obras hereges ou “[...] fundamentalmente por livros relativos à ocupação de seu proprietário – ou seja, advogados têm obras de direito; cirurgiões, obras de medicina; navegadores, obras de náutica” (ABREU, 2001). Villalta (2000) salienta que nestes casos, os livros eram tidos como ornamentos e simbolizam status, visto que sua posse indicava ter outros bens passíveis de ostentação.

Em visto disso, Fonseca (1979) critica que durante o período de colonização no Brasil, as bibliotecas ao redor do mundo já haviam experimentado momentos de esplendor na Antiguidade, Idade Média e Renascimento.

Com a crescente chegada de livros, a Companhia de Jesus passa a demandar bibliotecários. Assim, “Se européias foram as primeiras obras lidas no Brasil, europeus também seriam os primeiros bibliotecários. Europeus e Jesuítas” (FONSECA, 1979, p. 14) e claro, homens.

A respeito dos primeiros bibliotecários, Leite (1953) expõe

Das bibliotecas da Companhia no Brasil, que foram numerosas e importantes, ocupava-se a princípio um Padre e sempre ficaram sob superintendência dalgum. Mas com o tempo e acrescentamento delas, e com a necessidade permanente de defender os livros contra o cupim e outros inimigos das Bibliotecas, encarregaram-se Irmãos de os limpar, restaurar e encardenar (LEITE, 1953, p. 102)

Fonseca (1979) complementa que os “Irmãos” citados se referem aos responsáveis pelas bibliotecas dos Colégios da Bahia, Rio de Janeiro e Espírito Santo, são eles: Antônio Gonçalves (1550-1616), Mateus Afonso (1660-1729), Manuel Pires (1669-1757), Manuel Torres (1725-1760) e Manuel da Mota (1696-1760).

Dentre estes, destaca-se Antônio Gonçalves, consagrado como o primeiro bibliotecário em solo brasileiro. Natural de Portugal, se tornou jesuíta em 1584 na Bahia, além de cuidar da biblioteca também ensinou aritmética aos meninos. Outro nome notório

é o do francês Antônio da Costa, tipógrafo, impressor, encadernador e bibliotecário, organizou o Catálogo do Colégio da Bahia, o primeiro instrumento biblioteconômico produzido no país (FONSECA, 1979).

Os constantes conflitos entre representantes da Coroa, colonizadores e religiosos culmina na saída dos jesuítas em 1684 do Maranhão. Dois anos depois eles retornam com ajuda da Coroa, porém em 1759 são expulsos novamente e, desta vez, definitivamente devido ao Alvará Régio de 28 de junho de 1759 do Marquês de Pombal. Os colégios ficaram abandonados e com isto, todos os bens móveis e imóveis são confiscados e os acervos extraviados. Para as obras, os fins foram diversos: hasta pública, doação a entidades diocesanas e particulares, roubos, abandono e conseqüentemente destruição por fungos e insetos (FAUSTO, 2006; LEITE, 1949; SILVA, 2008).

Nesta mesma época, foi fundada a primeira instituição de ensino para mulheres, o Convento de Santa Clara do Desterro em Salvador de 1677<sup>4</sup>. Anteriormente, a Coroa demonstrava grande resistência na criação de conventos, de modo que aquelas que buscavam a vida religiosa precisavam deixar o país (AZZI, RESENDE, 1983; GROSSI, 1995).

Durante séculos os conventos representaram a única opção de instrução para as mulheres. Lá refugiavam-se as mulheres “encalhadas” ou “solteironas”, esposas adúlteras ou indesejadas e filhas defloradas. Por sua vez, para a família o convento

impedia a fragmentação da riqueza familiar pelo elevado dote exigido para o casamento; por outro, os conventos atuavam como instituições financeiras de empréstimo e de financiamento de investimentos coloniais. O dote, levado para o convento, era a garantia de futuros empréstimos para as famílias das moças que lá estavam. Além disso, o convento tinha um importante papel na garantia do código de honra imperante na sociedade colonial (GROSSI, 1995).

Mesmo assim, percebe-se que o único destino certo para as mulheres da época consistia no casamento, seja ele “[...] com os homens de Cristo ou com o próprio Cristo, no caso das freiras” (RIBEIRO, 2010, p. 87).

Pouco se sabe sobre a existência de bibliotecas nos conventos dada a inexistência de registros empreendidos sobre a temática. Podemos imaginar que nestas instituições a aquisição e circulação de livros fosse uma prática comum, claro que com distinções

---

<sup>4</sup>Algranti (1992) lista os seguintes conventos: Recolhimento de Santa Tereza (1730, São Paulo), Recolhimento da Luz (1774, São Paulo), Convento de Santa Tereza (1742, Rio de Janeiro), Convento da Ajuda (1750, Rio de Janeiro) e Recolhimento das Macaúbas (1720, Minas Gerais).

nítidas para o que as mulheres “de Deus” deveriam ler ou possuir nas prateleiras. Conforme Algranti (1992)<sup>5</sup>, as educandas aprendiam a ler, escrever, noções de matemática e as normas religiosas.

As bibliotecas das Ordens Religiosas predominaram por mais de duzentos anos munidas de acervos riquíssimos e como berço para as primeiras práticas bibliotecárias no território brasileiro. Sabe-se que a Igreja foi a única fonte educadora no país até o século XVIII (LEITE, 1949), de modo que a saída dos jesuítas resulta em perdas consideráveis tanto para o sistema educacional quanto biblioteconômico.

Em razão do Alvará Régio de 28 de junho de 1759 instituído pelo Marquês de Pombal, Seco e Amaral (2006) destacam que o ensino assume um caráter disperso e fragmentado com aulas régias de Latim, Grego, Filosofia e Retórica ministradas por professores leigos e despreparados. Para Algranti (1992, p. 186) as reformas pombalinas se davam sob influência iluminista e propagavam “[...] os rudimentos elementares da ciência e das luzes tanto na metrópole como no além-mar. O marco final dessa etapa é sinalizado pela fuga da família real portuguesa para o Brasil, junto com a sua corte”.

Reflete-se que com a permanência dos jesuítas no país, a Biblioteconomia brasileira tomaria outro rumo. Talvez conservasse por mais tempo o caráter erudito centrado na Religião, de modo que a entrada de mulheres na área ocorresse mais tardiamente. Por ora, sabe-se que diante da saída dos jesuítas, a Biblioteconomia brasileira assumiu uma nova fase marcada pela criação de bibliotecas públicas e da Biblioteca Nacional, esta última responsável para que a profissão de bibliotecário passasse a existir.

A Biblioteca Nacional também denominada como Real Bibliotheca, Biblioteca da Corte ou Biblioteca do Rio de Janeiro foi inaugurada em 13 de maio de 1811, data de aniversário do príncipe regente, no Hospital da Terceira Ordem do Carmo no Rio de Janeiro (CARVALHO, 1994; MORAES, 2006). Dado o contexto histórico que permeia a coleção da Biblioteca Nacional se faz necessário abrir um parêntese e relatar os motivos da vinda da Família Real para o Brasil:

No início do século XIX, Napoleão Bonaparte (1769 -1821) liderava na Europa uma guerra contra a Inglaterra que interferiria na Coroa Portuguesa. Ao posicionar um bloqueio comercial entre a Inglaterra e o continente, Portugal consistia em uma brecha,

---

<sup>5</sup> Algranti (1992) explana ainda que as educandas contavam com serviços de escravas, de modo que, existiam classes dentro dos conventos. Mais uma vez se faz fundamental agregar o recorte da interseccionalidade.

sendo necessária fechá-la. Assim, em novembro de 1807, tropas francesas adentraram a fronteira entre Portugal e Espanha e avançam rumo a Lisboa (FAUSTO, 2006).

Mediante o bloqueio, a Inglaterra declarou como ilegal o comércio e a navegação pertencente aos inimigos, além de considerar como legítima a captura de navios procedentes destes mesmos portos. Assim, Portugal deveria urgentemente decidir apoiar a França ou a Inglaterra (SCHWARCZ, 2002).

Na época, D. João (1767 - 1826, futuramente João IV) regia o reino, pois sua mãe Maria I havia sido afastada desde 1792 devido doenças mentais. A neutralidade da Coroa Portuguesa se findava, Napoleão pressiona Portugal para que se decidisse logo. Mediante a este cenário, a Corte opta por embarcar para o Brasil (SCHWARCZ, 2002).

Assim, entre os dias 25 e 27 de novembro de 1807, cerca de 10 a 15 mil pessoas embarcam rumo ao Brasil em navios portugueses sob proteção da frota inglesa. Conforme pontua Schwarcz (2002, p. 209) “[...] a sede do Estado português que mudava de endereço”.

Juntamente com a Família Real – D. Maria, o príncipe regente e sua esposa Carlota Joaquina, seus oito filhos, a irmã da rainha, a viúva do irmão mais velho de d. João e um sobrinho espanhol de Carlota – seguiram as famílias dos conselheiros e ministros de Estado, da nobreza, da corte e dos servidores da casa real, além dos oficiais, marinheiros e pessoal de bordo (FAUSTO, 2010; SCHWARCZ, 2002).

Trouxeram consigo ainda

“[...] os tesouros do Estado: ouro, diamantes do monopólio, joias, prataria, até paramentos da Capela Real. Vieram os arquivos das repartições públicas, a Biblioteca Real da Ajuda, os Manuscritos da Coroa e os do Infantado. Tudo chegou acompanhado de seus respectivos conservadores (MORAES, 2006, p. 91).

Somente a Real Biblioteca dispunha de uma cópia de todos os papeis impressos no reino, mais de cem incunábulo, edições preciosas e raras, muitas das primeiras impressões portuguesas e espanholas, livros de horas iluminados, mapas e gravuras, além da livraria que Diogo Barbosa Machado doara a D. José (MORAES, 2006).

Apesar da viagem permeada de contratemplos, as embarcações atracam na cidade “do Salvador” em 22 de janeiro de 1808. No mês seguinte, no dia 26 de fevereiro, as frotas levantam âncoras novamente e seguem rumo ao Rio de Janeiro, onde desembarcam em 08 de março de 1808 (FAUSTO, 2010; SCHWARCZ, 2002).

Apenas ao desembarcar no Rio de Janeiro, D. João descobre que, na pressa, “[...] os caixotes de livros, documentos, gravuras e outras preciosidades [...] acabaram ficando abandonados no porto, e lá permaneceram, debaixo de sol e chuva até retornar ao Palácio da Ajuda” (SCHWARCZ, 2002, p. 262).

Temeroso de uma segunda invasão francesa, o encarregado da Real Biblioteca da Ajuda, Alexandre Antonio das Neves, pede a D. João que providencias sejam tomadas. Sem aguardar resposta, Alexandre instrui que os acervos sejam encaixotados e assim foram enviados em remessas entre os anos de 1808 a 1811 (SCHWARCZ, 2002).

Deste modo, a Biblioteca Nacional foi inaugurada no ano de 1811 e aberta ao público em 1814. Dois bibliotecários foram nomeados por Dom João: o frei Gregório José Viegas e o Padre Joaquim Dâmaso. Ambos ficaram como responsáveis pela biblioteca até retornarem para Lisboa, o primeiro em 1821 e o segundo em 1822, pois não concordavam com a busca por Independência (MORAES, 2006).

Ilustração 4 - Vista do edifício em que funcionou a Biblioteca Nacional à Rua do Carmo



Fonte: Biblioteca Nacional, [19--].

No decorrer da administração de D. João, além da Biblioteca Nacional, outras instituições de caráter cultural surgem como meio de “[...] transformar a grande aldeia do Rio de Janeiro na nova capital do império português” (AZEVEDO, 1976, p. 212):

Ao institucionalizar o acesso à leitura e a um amplo universo cultural vigente no Velho Mundo, também a biblioteca inaugurava novos hábitos e práticas culturais. Mapas, canetas de pena, 32 tinteiros,

estantes recheadas de livros, papelarias passavam a fazer parte do cotidiano das pessoas. O conhecimento de um novo universo ao alcance das mãos trazia consigo a possibilidade das ideias de sedição no campo da política. O raiar desse espaço público fazia agora parte de um mundo que transcendia o rigor que a proibição das leis e a atuação dos censores poderiam prever (MEIRELLES, 2015, p. 31).

A partir de 1822, inicia-se o Primeiro Reinado marcado pela Proclamação de Independência em 07 de setembro de 1822. Fausto (2010) sinaliza que a transição de governo não resultou em grandes alterações de ordem social e econômica.

Ilustração 5 - Antigo prédio da Biblioteca Nacional à Rua do Passeio



Fonte: Biblioteca Nacional, 1916.

A Biblioteca Pública do Maranhão foi fundada já neste segundo momento. Em 1826, Antônio Pedro da Costa, Barão de Pindaré, solicita ao Imperador a criação da Biblioteca, porém o pedido foi negado devido as circunstâncias atuais das rendas públicas. O presidente da Província, desembargador Cândido José de Araújo Viana, reencaminha o pedido e pede a aprovação de uma subscrição popular e voluntária para organização da biblioteca. Assim, a biblioteca foi fundada em 24 de setembro de 1829 e aberta oficialmente ao público em 03 de maio de 1831 na parte superior do Convento do Carmo (MORAES, 1973).

Posteriormente, foi instituída a Biblioteca Provincial de Sergipe sob responsabilidade do Dr. Martinho de Freitas Garcêz, deputado da Assembleia Legislativa da Província. Em 16 de julho de 1848, a Lei que estipulava a criação da biblioteca foi sancionada, porém por ausência de recursos, a biblioteca só foi devidamente instalada em



1851 em um dos salões do Convento do Carmo. No mesmo, o padre José Gonçalves Barroso, orador, jornalista e político, foi nomeado como bibliotecário (DÓRIA, 1942).

No estado de Pernambuco, a Biblioteca Pública Provincial foi criada em 1841 durante a administração de Francisco do Rego Barros, Conde de Boa Vista. Foi inaugurada em 05 de maio de 1852 no Liceu Pernambucano (VAINSENER, 2007).

Ainda no século XIX, foram fundadas as Bibliotecas Públicas de Santa Catarina em 1855, Paraná em 1857, Alagoas em 1865, Ceará em 1867, Amazonas em 1870, Pará em 1871, Rio de Janeiro em 1873 e Piauí em 1883 (CARVALHO, 1994).

Por meio de uma série de relatos sobre as bibliotecas brasileiras feitas por viajantes no século XIX, Silva (2010) destaca o da inglesa Maria Graham (1785-1842), escritora e aquarelista que visitou o Brasil entre os anos de 1821 a 1823. Em sua primeira estadia, conheceu Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro e na segunda conquistou a amizade da Imperatriz Leopoldina tornando-se preceptora da princesa Maria da Glória.

Ao frequentar a Biblioteca Nacional para sanar dúvidas acerca de alguns exemplares, Graham (1956, p. 338) disse que foi “[...] convidada a frequentá-la e usar do que quiser ali. Os bibliotecários são todos extremamente polidos e a biblioteca está aberta a todas as pessoas por seis horas diárias.”

Alguns dias mais tarde, a escritora inglesa complementa em seu diário:

Não estive bem outra vez, mas acho que ficar em casa não me cura. Por isso, tanto ontem quanto hoje, fui à biblioteca, onde um pequeno gabinete agradável e fresco me foi destinado; qualquer livro que peça me é ali trazido, e ali tenho pena, tinta e papel à mão para tomar notas. Isto é uma gentileza e uma atenção a uma mulher, e estrangeira, para a qual não estava preparada (GRAHAM, 1956, p. 339).

Em contrapartida, ao conhecer a biblioteca da Igreja de São Bento, Graham (1956, p. 338) relata “[...] aí, dizem, há uma boa biblioteca, mas não acessível às mulheres”. Assim, constata-se por intermédio de Graham (1956) dois pontos: a surpresa em ter sido bem recepcionada em um espaço público<sup>6</sup> e a proibição de adentrar a biblioteca de uma instituição religiosa.

Obviamente, o relato de Graham (1956) não pode ser tomado como parâmetro único para a situação das mulheres brasileiras deste período. Ao contrário, no início do século XIX,

---

<sup>6</sup> A Biblioteca foi aberta ao público no ano de 1814.

as brasileiras de classe alta eram muito menos cultas, ou mesmo letradas, que suas contemporâneas europeias ou norte-americanas. Muitas sequer sabiam ler ou escrever o próprio nome. Com isso, não mantinham diários e não eram muitas as que cultivavam o hábito de se corresponder por carta, o que limita nossa visão sobre o mundo feminino, suas atividades cotidianas, seus sentimentos, e nos torna tão dependentes dos relatos de viajantes estrangeiros que sobreviveram a nossos dias (HABNER, 2012, p.44).

Ainda assim, existiam aquelas mulheres que administraram propriedades com grande desenvoltura e independência, principalmente aquelas que se tornavam viúvas. Mesmo que muitas permanecessem restritas ao lar, elas comandavam o cotidiano dos casarões, as “casas-grandes”:

Elas supervisionavam pessoalmente a produção de roupas, alimentos, utensílios domésticos, sabão, velas e bebida alcoólica. [...] Responsabilizavam-se pela saúde da família e pelo cuidado dos idosos. Encarregavam-se de uma grande quantidade de obrigações religiosas e ainda instruíam seus dependentes. Como era grande o movimento de vendedores ambulantes à sua porta, as senhoras também podiam participar de pequenas transações comerciais sem pisar fora de casa (HABNER, 2012, p.47).

Habner (2012, p. 47) pontua ainda que os visitantes homens descreviam as “[...] donas de casa como pessoas que passavam seus dias bordando, fazendo renda, arrumando flores, tocando música ou preparando sobremesas que deliciavam seus convidados, elas tinham muito mais o que fazer no cotidiano de seus lares”. Ideia similar foi encontrado no relato da viajante francesa Adèle Toussaint-Samson (1826-1911), que passou a década de 1850 no Rio de Janeiro. Segundo Toussaint-Samson (2003), as senhoras brasileiras não eram “preguiçosas” ou “ociosas o dia inteiro”:

Enganam-se. A brasileira não faz nada por si mesma, mas manda fazer; põe seu amor próprio em jamais ser vista em uma ocupação qualquer. Porém, quando somos admitidos em sua intimidade, encontramos-a, de manhã, os pés nus em tamancos, um penhoar de musselina por toda a vestimenta, presidindo a confecção dos doces, da cocada, arrumando os no tabuleiro de suas negras ou de seus negros, que logo vão vender pela cidade os doces, as frutas ou os legumes da habitação. À saída deles, as senhoras preparam costura para as mulatas, pois quase todas as roupas dos filhos, do dono e da dona da casa são cortadas e costuradas em casa (TOUSSAINT-SAMSON, 2003, p. 156-157.).

Por meio das descrições apresentadas por Graham (1956), Habner (2012) e de Toussaint-Samson (2003), observa-se que as mulheres no decorrer do século XIX, mantiveram-se afastadas das escolas, das universidades, dos livros e das bibliotecas. Isto não significa que elas permanecessem desocupadas o dia todo, ao contrário, eram de sua

responsabilidade administrar a casa, a criadagem, os filhos. Assim, compreende-se que este tipo de trabalho se sustentou como invisível aos olhos dos homens. Outro aspecto que se elucida por meio destas autoras é que as mulheres negras eram escravizadas, mas essa forma de trabalho foi perpetuada como inexistente.

Acerca da Biblioteca Nacional, sabe-se que inicialmente foi gerenciada por religiosos conforme a tradição colonial, alguns deles vindos inclusive com a Família Real. Conforme Castro (2000) somente em 1846 tivemos o primeiro diretor não religioso, o doutor em Medicina José de Assis Branco Muniz Barreto.

Neste período, o cargo se caracterizava como vitalício. De 1811 até os dias atuais, cerca de cinquenta nomes passaram pela direção da Biblioteca Nacional, oriundos das mais diversas profissões e áreas do conhecimento. Castro (2000) acentua que este era um dos problemas centrais da Biblioteca ao longo dos anos: a falta de pessoal qualificado e em número suficiente para atender as demandas institucionais.

Durante a gestão de Camilo de Monserrate (1853 a 1882) um segundo inconveniente foi solucionado: a falta de espaço. Assim, a Biblioteca Nacional deixa as instalações da Terceira Ordem do Carmo e passa a ocupar um prédio no Largo da Lapa em 1855 (CASTRO, 2000).

Ilustração 6 - Mudança da Biblioteca Nacional do prédio da Rua do Passeio para a Avenida Rio Branco



Fonte: Biblioteca Nacional, 1916.

Outras alterações significativas foram implementadas no decorrer da gestão de Benjamin Franklin Ramiz Galvão<sup>7</sup>. Para ele eram poucos os funcionários habilitados a trabalharem com livros. Parte deles eram analfabetos ou então pouco compareciam a biblioteca devido a licenças ou outros empregos com salários melhores. Deste modo, Galvão realiza o primeiro concurso para preenchimento de cargos, incluindo o de bibliotecário, sendo aprovado o historiador João Capistrano de Abreu (GALVÃO, 1889 apud CASTRO, 2000).

Acerca do perfil buscado por Ramiz Galvão, Menezes (2011) descreve-se

[...] A representação do intelectual brasileiro foi condição *sine qua non* para o provimento do cargo de bibliotecário da Biblioteca Nacional, de acordo com os critérios do primeiro concurso, realizado em 1879 [...] o concurso idealizava um bibliotecário que fosse simultaneamente um erudito e um técnico (MENEZES, 2011, p. 06).

Isto se deve ao fato de que as provas para inscrição requeriam conhecimentos sobre História Universal, Geografia, Filosofia, Bibliografia, Iconografia, Literatura, Catalogação de Manuscritos e traduções do Latim, Francês e Inglês, legitimando assim o alto grau de conhecimento humanístico exigido aos candidatos. O intuito centrava-se em admitir funcionários que tivessem uma preparação prévia destas matérias especializadas, Tais critérios eram pautados pela *École de Chartes*, em Paris, para a formação de bibliotecários e arquivistas (DIAS, 1991, 2015).

A realização destes concursos é considerada o marco inicial da formação profissional do bibliotecário no país, sendo Ramiz Galvão o primeiro a considerar a necessidade da criação de um curso especializado em Biblioteconomia (DIAS, 2015, WERNECK, 1942).

O escritor José de Alencar, em discurso na Câmara dos Deputados, lista as características fundamentais para o bibliotecário:

“[...] entendo que o lugar de bibliothecario publico deve ser reservado para um homem conhecido pela sua vasta erudição, para uma reputação firmada, para uma illustração que possa receber dignamente os sabios estrangeiros que transitem por nosso paiz, e dar-lhes uma idéa elevada

---

<sup>7</sup>Indica-se os seguintes materiais acerca de Ramiz Galvão:

CALDEIRA, Ana Paula Sampaio. **O bibliotecário perfeito: o historiador Ramiz Galvão na Biblioteca Nacional**. 2015. 362 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Programa de Pós-graduação em História, Política e Bens Culturais, Fundação Getúlio Vargas, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea e do Brasil, Rio de Janeiro, 2015.

FONSECA, Edson Nery da. **Ramiz Galvão: bibliotecário e bibliógrafo**. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1963. 43 p.

da nossa civilização. Não é ligar para os moços se habilitarem, mas para se remunerar os talentos feitos” (ALENCAR, 1871, p. 55-56).

Conforme Schapochnik (2009, p. 282) o cargo de bibliotecário neste período representava uma chancela de poder, devido sua indicação se dar por intermédio do Ministro e ser aprovada pela Assembleia, assim “[...] as relações pessoais e os interesses dos grupos poderiam sobrepujar os altos desígnios atribuídos ao candidato”.

Outra administração de destaque foi a de Peregrino da Silva. Escritor, advogado e bibliógrafo, assumiu a posição de diretor em 1900 a convite do ministro da Justiça e Negócios Interiores, Epitácio Pessoa (JUVÊNCIO, 2016). Tem por mérito a criação do primeiro curso de Biblioteconomia do Brasil, assunto este aprofundado no próximo subcapítulo.

Ilustração 7 - Manoel Cícero Peregrino da Silva



Fonte: Biblioteca Nacional (1966 apud JUVÊNCIO, 2016).

No decorrer da gestão de Peregrino, a Biblioteca novamente trocou de endereço. Deixou o prédio do Passeio e passou a ocupar um edifício na Avenida Central projetado por Francisco Marcelino de Souza Aguiar. A alteração é muito bem recebida, visto que a mídia alertava constantemente a precariedade das instalações com parte do acervo esparramado pelo chão (ALMEIDA, 2012). A inauguração ocorre em 1910

[...] exatamente 100 anos depois da fundação e instalação da instituição na Rua Direita. Projetado pelo construtor e engenheiro general Francisco Marcelino de Souza Aguiar, o edifício tem capacidade para um milhão e meio de livros impressos e todo o acervo de manuscritos, estampas etc. Possui salas de leitura e estudo para o público, divisões e gabinetes de trabalho para o pessoal da administração e outras dependências. O elegante edifício tem estilo eclético, no qual se mesclam elementos neoclássicos e de art nouveau, com estruturas de

ação e dentro de todas as exigências técnicas da época (BIBLIOTECA NACIONAL, 2019).

Macena (2010) destaca que o advento da República e a confirmação do Rio de Janeiro como capital federal instigaram mudanças estruturais na cidade. Assim, o marco das obras de remodelação foi a inauguração da Avenida Central em 1904 pelo prefeito e engenheiro Pereira Passos sob governo do presidente Rodrigues Alves, Avenida esta que passa a ser endereço da Biblioteca Nacional.

Ilustração 8 - Fachada da Biblioteca Nacional



Fonte: Biblioteca Nacional, 1910?

Como modo de dar continuidade ao percurso histórico, discorre-se acerca da institucionalização da Biblioteconomia no Brasil enquanto área profissionalizante. Aborda-se primeiramente o Curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional, seguido do curso do Mackenzie College.

### 3.2 O Curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional

Conforme exposto anteriormente, o primeiro curso de Biblioteconomia no Brasil foi criado pela Biblioteca Nacional em 1911 durante a administração de Peregrino da Silva. Peregrino assumiu o cargo em um momento marcado por grandes mudanças no Rio de Janeiro: a recente Proclamação da República, revoltas em diversas regiões do país

e a disputa do controle do Estado por grupos políticos variados (JUVÊNCIO, 2016; MARTINS, 1996).

Souza (1996, p. 8) ressalta que a criação do curso em Biblioteconomia pela Biblioteca Nacional se deu mais por “[...] uma contingência da evolução de seu funcionamento interno que um desígnio originado por uma política estatal ou de um grupo externo influente no poder do Estado”.

Ilustração 9 - Sala do Curso de Biblioteconomia



Fonte: Biblioteca Nacional, [1921?].

No entanto, sua gestão foi pautada por diversas modificações oficializadas por intermédio do Decreto 8.835 de 11 de julho de 1911. Em relatório, Silva (1912) ratifica que as medidas adotadas visavam principalmente reorganizar o acervo no prédio novo e contribuir com a missão que a Biblioteca deveria desempenhar. Constava ainda neste Regulamento, a criação do Curso de Biblioteconomia:

Art. 34. O curso de biblioteconomia constará das seguintes materias que constituirão uma só serie e de cujo ensino serão encarregados os directores de secção: a) bibliographia; b) paleographia e diplomatica; c) iconographia; d) numismatica.

Art. 35. O ensino deverá ser theorico e pratico, cada materia abrangendo todo o objecto de uma secção, inclusive a parte administrativa e a pratica dos diversos serviços (BRASIL, 1911).

Sabe-se que foi o primeiro curso criado em território brasileiro, porém para Fonseca (1979) foi ainda o primeiro em toda América Latina, enquanto que Castro (2000) afirma que anteriormente já havia sido criado um curso em Buenos Aires pelo “Conselho de Mulheres Argentinas” em 1903.

A duração do Curso seria de um ano e o ensino se dividiria em teórico e prático com carga horária de uma hora/aula por semana para cada disciplina, podendo ser ampliada quando necessário. Quatro disciplinas seriam ministradas: a) Bibliografia, b) Paleografia e Diplomática, c) Iconografia e d) Numismática sob responsabilidade dos Diretores das Seções<sup>8</sup>, cada uma delas deveria corresponder aos objetos existentes em cada Seção (BRASIL, 1911; CASTRO, 2000; WEITZEL, 2009).

Quadro 3 – Disciplinas do Curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional

<b>Bibliografia</b>	<b>Paleografia e Diplomática</b>	<b>Iconografia e Numismática</b>
Administração de Bibliotecas	Cartografia	Sigilografia
Catálogo	-	Filatelia

Fonte: Castro, 2000, p. 53.

O exame admissional seria composto por uma prova escrita em Português e uma prova oral sobre Geografia, História Universal, História Literária e Tradução do Francês, Inglês e Latim, podendo ser dispensado do exame os candidatos admitidos em outras instituições ou mesmo nos concursos da Biblioteca (BRASIL, 1911).

A particularidade do Curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional reside na forte influência francesa inspirada principalmente pela *École Nationale des Chartes*. Acerca disto, evoca-se brevemente autores das Ciências Sociais que afirmam que neste período o Brasil vivia a *belle époque* carioca (1898-1914), momento este de maior predominância das culturas europeias sob a elite carioca (NEEDELL, 1933 apud MACENA, 2010). Em consonância, Sevcenko (1999) frisa que as mudanças ocorridas no espaço público, modo de vida e na mentalidade carioca possuem traços em comum com a vida parisiense.

O estabelecimento do Curso foi marcado por dificuldades. Ainda assim a iniciativa é vista com grande entusiasmo:

Apesar do resultado do curso de 1915, penso que não há como desconhecer a vantagem de tão útil criação. Certo ella fructifi cará, mais profundo e, portanto, mais proveitoso, em nosso paiz, da

<sup>8</sup> 1ª Seção – Impressos, 2ª Seção – Manuscritos, 3ª Seção – Estampas e Cartas Geográficas, 4ª Seção – Moedas e Medalhas.



bibliographia e das outras sciencias que geralmente com ella se associam (SOUZA, 1920, p. 367).

Em 1912, a ausência de professores aptos a lecionar e a falta de inscrições impedem que o curso inicie. No ano seguinte, as disciplinas seriam assumidas por dois chefes de Seções da Biblioteca, porém nenhum candidato se matriculou (SILVA, 1913; 1914).

No ano de 1914, Peregrino da Silva lamenta a ausência de inscritos no relatório:

Não se tendo apresentado candidatos á matricula no curso de biblioteconomia, não poude este ser iniciado em 1914. E'para sentir que não tenha sido possível até agora colher os resultados beneficos que do funcionamento do curso se devem esperar não só em relação ao estabelecimento, em cujo proveito resultarão os conhecimentos technicos que forem ministrados aos que nelle trabalharam ou pretenderem ser admitidos, como também em relação a estes, pois o certificado de aprovação nas matérias do curso constituirá uma razão de preferência para as nomeações, uma circumstancia digna de nota nas promoções e uma condição indispensavel para a elevação ao cargo de bibliothecario devendo valer além d'isto por um título derecomendação para os que propuzerem exercer funeções nas demais bibliothecas do paiz (SILVA, 1915, p. 684-685).

Porém, em 12 de abril de 1915, o curso efetivamente se inicia com uma turma composta por 27 alunos, sendo 21 inscritos e 6 inclusos posteriormente pela Direção da Biblioteca. Do total, 12 pertenciam ao quadro de funcionários da Instituição. Dois dias antes foi ministrada a aula inaugural sobre “A função do Bibliotecário” pelo Dr. Constâncio Antonio Alves, diretor da 1ª Seção (SOUZA, 1920).

Castro (2000) ressalta que o relatório de 1916 não esclarece se os seis alunos inclusos posteriormente à turma correspondiam aos critérios previamente estabelecidos, de modo que o início do ensino de Biblioteconomia foi marcado pelo fisiologismo.

Ao final de 1915, apenas quatro alunos podiam prestar os exames finais, visto que os demais contavam com um grande número de faltas. Destes quatro, nenhum fez a habilitação final (SOUZA, 1920).

Em 1916, seis alunos se matricularam no curso, todos funcionários da Biblioteca. Somente dois puderam prestar o exame final, sendo aprovados Carlos Mariani e Luiz Côrte-Real (SOUZA, 1921).

Dos cinco inscritos em 1917, quatro trabalhavam na Biblioteca. As aulas foram ministradas pelos diretores das Seções e o único aprovado foi Emmanuel Eduardo Gaudie

Ley. Em 1918, os quatro alunos matriculados desistiram do Exame Final e destes apenas um não atuava na Biblioteca (MAGALHÃES, 1923, 1925).

Ilustração 10- Mesa que presidiu à solenidade da inauguração do curso de biblioteconomia, na Biblioteca Nacional, em 10 de abril de 1915<sup>9</sup>



FONTE: Biblioteca Nacional, 1915.

Ilustração 11 - Parte do auditório da lição inaugural do curso de Biblioteconomia, na Biblioteca Nacional, em 10 de abril de 1915



FONTE: Biblioteca Nacional, 1915.

---

<sup>9</sup> Da esquerda para direita: João Gomes do Rego, sub-bibliotecário diretor da seção de numismática, Dr. Constâncio Alves, bibliotecário diretor da 1ª seção, conselheiro Dr. Ruy Barbosa, Dr. Manoel Cícero Peregrino da Silva, diretor da Biblioteca Nacional, Dr. Ancelmo Lopes de Souza, bibliotecário diretor da 3ª seção, Alfredo Mariano de Oliveira, secretário da Biblioteca Nacional.

Conforme Silva (1919-20) foram três aprovados no exame final dos seis matriculados em 1919, Mario Gomes de Araujo, funcionário do Museu Nacional, João Carlos Moreira Guimarães e Moyses de Almeida e Albuquerque, estes dois funcionários da Biblioteca Nacional.

Não há registros de candidatos em 1920. No ano seguinte, em 1921, dos seis inscritos, nenhum compareceu ao Exame Final. Em 1922, o curso funciona somente com dois alunos (SILVA, 1921; MAGALHÃES, 1925).

Apesar das 14 inscrições em 1923, o curso foi desativado. Segundo o relatório da Biblioteca Nacional, os diretores das seções se recusaram a assumir o quadro de aulas e o orçamento não permitia a contratação de professores externos (BEHRING, 1931).

Quadro 4 – Número de Inscritos na Biblioteca Nacional de 1915 a 1923

Ano	Número de Inscritos
1915	27
1916	6
1917	5
1918	4
1919	6
1920	0
1921	6
1922	2
1923	14

Fonte: Elaborado pela autora.

Deste modo, o primeiro Curso de Biblioteconomia do Brasil funcionou entre os anos de 1915 a 1922. Dias (2015) enfatiza que o número de alunos contemplados durante este período foi baixíssimo, além de tantas outras dificuldades que acarretaram na extinção do mesmo por meio do Decreto nº 15.670, de 6 de setembro de 1922.

Por sua vez, Castro (2000) aponta que a maior parte dos inscritos eram funcionários da Biblioteca, de modo que eles ainda absorviam a Reforma Administrativa juntamente com o fato dos professores não quererem acumular funções sem o recebimento de uma remuneração maior.

Quadro 5 – Curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional de 1915 a 1923

<b>Anos</b>	<b>Alunos habilitados para exercício profissional</b>
1915	Não houve exame por desistência dos alunos
1916	Carlos Mariani e Luiz Corte-Real de Assumpção
1917	Emmanuel Eduardo Gaudie Ley
1918	Não houve exame por desistência dos alunos
1919	Mario Gomes de Araújo, João Carlos Moreira Guimarães e Moyses de Almeida e Albuquerque
1920	Não houve exame por desistência dos alunos
1921	O curso não se realizou por falta de candidatos
1922	2 funcionários foram aprovados (Floriano Bicudo Teixeira é um deles)
1923	O curso não foi realizado

Fonte: Weitzel (2015).

Certifica-se por meio destes relatórios que os funcionários da Biblioteca Nacional eram majoritariamente homens, de modo que o primeiro Curso de Biblioteconomia angariou um público unicamente masculino para suas turmas iniciais.

Entretanto, sabe-se que a ideia de um curso em Biblioteconomia não foi totalmente esquecida. Por meio do Decreto Nº 15.596 de 02 de agosto de 1922 foi criado o Museu Histórico Nacional acompanhado de um Curso Técnico. A proposta voltava-se a profissionalização de pessoal que atuasse frente ao Arquivo, Biblioteca e Museu Nacional (BRASIL, 1922).

Os interessados deveriam apresentar as certidões de aprovação em Português, Francês, Latim, Aritmética, Geografia e História Universal (principalmente Corografia e História do Brasil) obtidos por intermédio dos Institutos Federais ou outros órgãos autorizados pelo Governo. O Curso teria a duração de dois anos com oito disciplinas ministradas pelos funcionários de cada Instituição (BRASIL, 1922).

Quadro 6 – Disciplinas Ministradas no Curso do Museu Nacional

<b>Instituição Responsável</b>	<b>Disciplinas</b>	
	<b>1º ano</b>	<b>2º ano</b>
Arquivo Nacional	História Política e Administrativa do Brasil	Cronologia e Diplomática
	Cronologia e Diplomática	

Biblioteca Nacional	História Literária	Bibliografia
	Paleografia e Epigrafia	Iconografia e Cartografia
Museu Nacional	Arqueologia e História da Arte	Numismática e Sigilografia

Fonte: elaborado pela autora com base em Brasil (1922).

Todavia, Siqueira (2009) afirma que a ideia visionária de interligar as três áreas relacionadas à preservação de patrimônio não se concretizou. Segundo a autora, os relatórios anuais do Museu Histórico Nacional de 1922 a 1930 demonstram que o assunto foi suprimido em detrimento de outras prioridades para a Instituição.

Somente na década de 1930 é que de fato o Ensino foi totalmente retomado<sup>10</sup>. O Decreto nº 20.673 de 17 de novembro de 1931 reativa o Curso de Biblioteconomia na Biblioteca Nacional: “Art. 1º Fica restabelecido o Curso de Biblioteconomia, extinto pelo decreto n.º 15.670, de 6 de setembro de 1922” (BRASIL, 1931).

Composto por seis disciplinas divididas em dois anos, nota-se que a influência da *École de Chartes* ainda se fazia presente. A disciplina de Numismática deixou de ser ofertada mediante a criação do Curso de Museologia pelo Museu Histórico Nacional (BRASIL, 1931; WEITZEL, 2009).

Quadro 7 – Disciplinas do Curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional

1º ano/2º ano	2º ano/1º ano
Bibliografia	História Literária (com aplicação à Bibliografia)
Paleografia	Iconografia
Diplomática	Cartografia (estudo, descrição e catalogação das cartas geográficas)

Fonte: Elaborado pela autora com base em Brasil (1931; 1933).

<sup>10</sup> No momento de reabertura do Curso de Biblioteconomia, a Biblioteca Nacional era gerenciada por Rodolfo Garcia, autor de “Sistemas de classificação bibliográfica: da classificação decimal e suas vantagens” em 1929 publicado no Boletim do Museu Nacional. A obra foi responsável por introduzir o público brasileiro a sexta edição da obra de Dewey (BRÖNSTRUP, 2013).

Em 1933, a ordem das disciplinas é alterada<sup>11</sup>: “[...] passou-se a ensinar Iconografia e História Literária aplicada à Bibliografia no primeiro ano, e Bibliografia e Paleografia e Cartografia no segundo ano” (DIAS, 1955).

Para realização da matrícula se fazia necessário apresentar as certidões de aprovação nos exames de Português, Francês, Inglês, Latim, Aritmética, Geografia, História Universal, Corografia e História do Brasil obtidos na 5ª Série do Curso Secundário do Colégio Dom Pedro II ou outro estabelecimento autorizado. Além disto, deveria se conceder um atestado de identidade, de sanidade e de idoneidade moral juntamente com o recibo de pagamento da taxa de matrícula e frequência. Para ingresso no segundo ano do Curso, deveria ser concedido a habilitação nos exames do primeiro ano e um novo comprovante de pagamento de taxas (BRASIL, 1931).

Castro (2000) relaciona o saber clássico exigido pelo perfil de bibliotecário da Biblioteca Nacional à apresentação de certificados expedidos pelo Colégio Dom Pedro II, uma das instituições de ensino mais tradicionais do Rio de Janeiro na época.

No entanto, observou-se que o Colégio Dom Pedro não permitiu o ingresso de estudantes do sexo feminino durante anos. Somente em 1927, Yvone Monteiro da Silva foi aceita para o curso secundário, mas “Nas décadas seguintes, reforçado pelo movimento feminista, o ingresso de moças tornou-se uma iniciativa naturalizada” (COLÉGIO DOM PEDRO II, [2019?]). Assim, pontua-se que se não havia instituições (“renomadas” ou não) aptas a educarem meninas nos níveis mais básicos, dificilmente elas se tornariam mulheres que ascenderiam a cursos de bacharelado ou licenciatura. Tampouco, mulheres corresponderiam ao ideal erudito de bibliotecário.

Ao final do ano letivo, os alunos que comparecessem a dois terços das aulas de cada disciplina poderiam prestar os exames finais. Cada avaliação seria constituída por uma prova escrita, cuja duração era de duas horas e uma prova oral com 30 minutos no máximo. A banca examinadora composta pelos professores do Curso sob a presidência do Diretor de Geral, indicaria uma nota (de zero dez) para cada prova realizada (BRASIL, 1931).

Somente seria habilitado os alunos que obtivessem nota igual ou superior a três em cada disciplina e média igual ou superior a cinco como média para as notas dos exames. Seria ofertado ainda um segundo exame aos alunos inabilitados em uma cadeira ou excedentes em faltas por motivos justificados (BRASIL, 1931).

---

<sup>11</sup> Por meio do Decreto nº 23.508, de 28 de novembro de 1933.

Salienta-se ainda que o décimo quarto artigo deste mesmo Decreto previa que os alunos habilitados no Curso de Biblioteconomia possuíam exclusividade no preenchimento de cargos que viessem a surgir na Biblioteca Nacional:

Art. 14. Aos possuidores de certificado do Curso de Biblioteconomia, a partir de 1 de janeiro de 1934, será assegurado o direito de preferencia absoluta para promoção nos cargos da Biblioteca Nacional, até o de sub-bibliotecario, e para provimento efetivo, interino, contratado ou em comissão no cargo de bibliotecário de qualquer departamento ou repartição federal, excetuado nos cursos em que exigir o cargo de competência especializada (BRASIL, 1931).

Sem dúvida alguma, a seguinte reserva de vagas foi crucial para que as primeiras mulheres passassem a integrar o quadro de funcionários da Biblioteca Nacional. Apesar de concursos para o provimento de cargos terem sido adotados desde a gestão de Ramiz Galvão, atrevemo-nos a dizer que somente a partir de 1935 a Biblioteca Nacional empregou uma mulher.

Conforme o relatório de 1935, Maria da Penha Haddock Lobo de Afonseca e Cecília Helena de Oliveira Roxo foram nomeadas para o cargo de amanuense<sup>12</sup>. No ano seguinte, Alzira Cabral Barreira Cravo, Celuta de Hannequim Gomes<sup>13</sup> e Vera Barbosa de Oliveira também assumem a função. Todas tituladas em Biblioteconomia pela Biblioteca Nacional (GARCIA, 1935; 1936).

Mediante os relatórios presentes nos anais<sup>14</sup> entre os anos de 1932 a 1943<sup>15</sup>, pode-se ano a ano tanto a relação de alunos inscritos e formados por este Curso quanto o quadro de professores. Neste período, a principal alteração consiste no fim da hegemonia masculina entre os estudantes (WEITZEL, 2015).

Por meio do quadro abaixo, observa-se o crescimento do número de matrículas no curso, sendo em sua maioria, mulheres:

---

12 Empregado de repartição pública, encarregado geralmente de fazer cópias, registros e alguma correspondência oficial (MICHAELIS ON-LINE, 2019).

13 Celuta Hannequim Gomes também se graduou em Museologia pelo Curso do Museu Histórico Nacional em 1934 (SIQUEIRA, 2009, p. 116).

14 Vol. 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63 e 64.

15 As edições dos anais de 1944 a 1970 não apresentam relatório da direção. A prática só foi retomada em 1971 (Vol. 91) ao final da gestão de Jannice Monte-Mór.

Quadro 8 – Número de Inscritos no Curso da Biblioteca Nacional a partir de 1932

<b>Ano</b>	<b>Total de inscritos no 1º e 2º ano</b>	<b>Número de mulheres inscritas no 1º e 2º ano</b>	<b>Número de homens inscritos no 1º e 2º ano</b>
1932	31	10	21
1933	-	-	-
1934	18	10	8
1935	18	8	10
1936	26	18	8
1937	26	21	5
1938	35	21	14
1939	76	55	21
1940	162	134	28
1941	202	168	34
1942	264	238	26
1943	167	158	9

Fonte: elaborado pela autora.

É fundamental destacar que nem todos aqueles que se inscreviam acabam por concluir o Curso por diversos motivos. Assim, a tabela seguinte demonstra o número de diplomados em Biblioteconomia pela Curso da Biblioteca Nacional neste período<sup>16</sup>.

Quadro 9 – Número de Formados no período de 1933 a 1943

<b>Ano</b>	<b>Número de diplomados</b>	<b>Número de alunas diplomadas</b>	<b>Número de alunos diplomados</b>
1933	21	9	12
1934	7	4	3
1935	5	4	1
1936	8	5	3
1937	13	11	2
1938	5	4	1
1939	14	9	5

<sup>16</sup> Foi incluído em anexo a listagem com os nomes dos alunos e alunas diplomadas em Biblioteconomia entre os anos de 1933 a 1943.



1940	22	20	2
1941	22	20	2
1942	34	29	5
1943	12	12	0

Fonte: elaborado pela autora.

Ainda segundo os relatórios presentes nos anais, pode-se conhecer o quadro de docentes deste período. Sabemos que inicialmente as disciplinas do 1º ano foram ministradas por Dr. Constâncio Antônio Alves e Dr. Mário Behring em 1932. No ano seguinte, Carlos Mariani e posteriormente Floriano Bicudo Teixeira lecionaram Iconografia e o sub-bibliotecário Emanuel Eduardo Gaudie Ley, História Literária. Não foi mencionado quem ficou incumbido da disciplina de Cartografia (GARCIA, 1932; 1933).

Em 1934, a disciplina de Bibliografia foi ministrada pelo bacharel Carlos Mariani, Paleografia e Diplomática pelo bacharel José Carlos Bartolo da Silva, Iconografia por Eugênio Teixeira de Macedo e posteriormente pelo Oficial Floriano Bicudo Teixeira, História Literária por Emanuel Eduardo Gaudie Lei. Conforme os relatórios de 1935, 1936 e 1937, os quatro eram diretores das Secções<sup>17</sup> (GARCIA, 1934, 1935, 1936, 1937).

Posteriormente, em 1938, Emanuel Eduardo Gaudie Ley lecionou Bibliografia e História Literária, o Bacharel José Bartolo da Silva, Paleografia e Diplomática e, Floriano Bicudo Teixeira, Iconografia e Cartografia. No ano seguinte, os professores mantiveram-se os mesmos (GARCIA, 1938, 1939).

Em 1940, a disciplina de Paleografia e Diplomática foi destinada ao Bacharel José Bartolo da Silva, Iconografia e Cartografia a Floriano Bicudo Teixeira, Bibliografia, Emanuel Eduardo Gaudie Ley e História Literária, João Carlos Moreira Guimarães. O relatório aponta ainda que devido ao estágio no Estados Unidos de Emanuel Ley, e por motivos de saúde de João Carlos Moreira, o bibliotecário Pedro Rodrigues da Cunha ficou responsável por lecionar as duas disciplinas, além de responder pelo expediente da 4ª Secção (GARCIA, 1940).

---

<sup>17</sup> Dividiam-se em 1º Seção: Impressos, 2º Seção: Manuscritos 3º Seção: Estampas e Cartas Geográficas e 4º Seção: Jornais e Revistas.

O quadro de docentes em 1941 se mantém similar ao do ano anterior, constando Pedro Rodrigues da Cunha como responsável pela cadeira de Bibliografia. Por sua vez, em 1942, Emanuel Eduardo Gaudie Ley e Pedro Rodrigues da Cunha revezam a disciplina de Bibliografia, enquanto que os demais permanecem (GARCIA, 1941, 1942).

A principal alteração se dá em 1943 devido a designação de professoras auxiliares para a disciplina de Bibliografia, Flora de Araujo Jorge Whitehurst, Maria Antonieta de Magalhães Requião e Nídia Dantas, tendo como professor responsável Pedro Rodrigues da Cunha. A disciplina de História Literária permanece atribuída a João Carlos Moreira Guimarães, Paleografia e Diplomática a José Bartholo da Silva e Iconografia e Cartografia a Floriano Bicudo Teixeira (GARCIA, 1943).

Weitzel (2015) pontua duas novas características a partir de 1943 que assinalam a abertura da área como profissão feminina. Primeiro, a introdução do cargo de professora-auxiliar, ligado provavelmente a criação da função de bibliotecária-auxiliar pelo Departamento Administrativo do Serviço Público – DASP e a chegada de professoras para lecionar as disciplinas.

Em 1944, a Biblioteca Nacional passa novamente por uma Reforma. Desta vez, projetada pela bibliotecária Heloísa Cabral da Rocha Werneck e executada por Cecília Roxo e Josué Montello<sup>18</sup>. Dentre as alterações, o Curso de Biblioteconomia passou a ser denominado como Cursos da Biblioteca e foi dividido em três níveis: Curso Fundamental de Biblioteconomia, Curso Superior de Biblioteconomia e Cursos Avulsos. Surgiram ainda o cargo de professora assistente e o de catedrática (CASTRO, 2000; WEITZEL, 2015).

- Curso fundamental (visando preparação de auxiliar de biblioteca): Organização de Bibliotecas; Catalogação e Classificação; Bibliografia e Referência; História do Livro e das Bibliotecas.
- Curso superior (visando preparar pessoas para serviços especializados e de direção das bibliotecas): Organização e Administração de Bibliotecas; Catalogação e Classificação; História da Literatura (aplicada à Bibliografia); disciplina optativa, escolhida entre: Noções de Paleografia; Catalogação de Manuscritos, Livros Raros e Preciosos; Mapotecas; Iconografia; Bibliotecas de Música; Bibliotecas Infantis e Escolares; Bibliotecas especializadas e Bibliotecas Universitárias; Bibliotecas Públicas, ou qualquer disciplina cursada em escola de nível superior, cujo conteúdo fosse julgado de interesse (MUELLER, 1985, p. 05).

---

<sup>18</sup> Implementada por meio do Decreto-Lei, Nº 6.440, de 27 de abril de 1944.

Os Cursos Avulsos visavam “[...] atualizar os conhecimentos dos bibliotecários e bibliotecários-auxiliares, divulgar conhecimentos sobre Biblioteconomia e promover a homogeneidade básica dos serviços de bibliotecas” (NEVES, 1941, p. 227)

Anterior a esta reforma, o DASP no Rio de Janeiro, criou um Curso de Biblioteconomia com duração de seis meses como modo de suprir as deficiências do ensino da Biblioteca Nacional, que ainda se voltava para os interesses internos. O modelo de currículo adotado foi influenciado pelo curso de Biblioteconomia já existente em São Paulo neste período. Porém, a partir de 1944 com a Reforma supracitada, o Curso do DASP deixou de ser ofertado (CASTRO, 2000; WEITZEL, 2010).

O escritor Josué Montuello era o diretor da Biblioteca Nacional neste período e foi responsável pelo acréscimo das disciplinas Catalogação, Classificação, Bibliografia e Referência como modo de se adequar ao mercado de trabalho vigente. Com tais alterações o curso passou a formar bibliotecários aptos a atuar frente a qualquer modalidade de biblioteca e não mais apenas na Biblioteca Nacional (CASTRO, 2000; DIAS, 1955; FONSECA, 1979).

Como os anais a partir de 1944 não apresentam mais os relatórios da Direção da Biblioteca Nacional, não pudemos apurar com exatidão o desenrolar do quadro de docentes para as mulheres. Weitzel (2015, p. 88) apresenta queixa semelhante ao relatar que “A dificuldade de encontrar dados sobre a trajetória profissional dos professores do período de 1944-1949 foi recorrente”. No entanto, a partir de uma coleta de dados em fontes alternativas, a autora nos apresenta a listagem de professores a partir de 1944 (WEITZEL, 2015). Por meio disto, verifica-se, mais uma vez, a crescente popularização da profissão para o público feminino.

Quadro 10 – Professores a partir de 1944

ANO	Professor	Disciplina	Níveis
1944	José Bartholo da Silva	Paleografia e Diplomática	2º ano
	Pedro Rodrigues da Cunha	Bibliografia	2º ano
	<b>Cecília Roxo Wagley</b>	Bibliografia e Referência	Fundamental
	<b>M<sup>a</sup> Antonieta Mesquita Barros</b>	Organização de Bibliotecas	Fundamental
	Otavio Calasans Rodrigues	Catalogação e Classificação	Fundamental
	Emmanuel E. Gaudie Ley	História do Livro	Fundamental

1945	<b>Lydia de Queiroz Sambaquy</b>	Catálogo e Classificação	Fundamental
	<b>Lygia Noronha de Carvalho</b>	Organização de Bibliotecas	Fundamental
	Rubens Borba de Moraes	Bibliografia e Referência	Fundamental
	<b>Cecília Meirelles</b>	Literatura	Superior
	Otávio Calasans Rodrigues	Classificação e catalogação	Superior
	Josué Montello	Organização de Bibliotecas	Fundamental
	Josué Montello	Organização e Administração de Bibliotecas	Superior
	<b>Cecília Roxo Wagley</b>	Bibliografia e Referência	Superior
1946	Ary de Castro Fernandes	Organização e Administração de Bibliotecas	-
	<b>Lydia de Queiroz Sambaquy</b>	Catálogo e Classificação	-
	<b>Haydêa Madei Martins (Ass.)</b>	Catálogo e Classificação	-
	Josué Montello	Catálogo e Classificação	Superior
1947	Joaquim Ribeiro	-	-
	Jacques Raymundo	-	-
	Josué Montello	Organização de Bibliotecas	Fundamental
	Xavier Placer	[Bibliografia e Referência]	Fundamental
	<b>Carmelita Rego</b>	[Bibliografia e Referência]	Superior
	Otávio Calasans Rodrigues	Mapoteca (optativa)	Superior
	Ary de Castro Fernandes	Organização e administração de Bibliotecas	Superior
	<b>Lydia de Queiroz Sambaquy</b>	Catálogo e Classificação	-
	<b>Haydêa Madei Martins (Ass.)</b>	Catálogo e Classificação	-
1948	Florianico Bicudo Teixeira	Iconografia	-
	<b>Orsely Guimarães Ferreira</b>	Iconografia	-
	Ary de Castro Fernandes <b>Helcia Dias (Ass.)</b>	Organização e administração de Bibliotecas	Superior
	<b>Lydia de Queiroz Sambaquy</b> <b>Haydêa Madei Martins (Ass.)</b>	Catálogo e Classificação	Fundamental
	<b>Zilda Galhardo de Araujo</b> <b>M<sup>a</sup> Heloisa Parente Napoleão (As.)</b>	Organização e administração de Bibliotecas	Fundamental
	Emmanuel Eduardo Gaudie Ley (substituído por Thomas Newlands Neto devido à doença)	História do Livro	Fundamental
	Xavier Placer <b>Aida Furtado Lins (As.)</b>	Bibliografia e Referência	Fundamental

	Otavio Calasans Rodrigues <b>Cacilda Basilio de Souza Reis</b> (As.)	Catálogo e classificação	Superior
	<b>Carmelita Rego</b> Renato Gaudie Ley Linhares (As.)	Bibliografia e Referência	Superior
1949	Ary de Castro Fernandes	Organização e administração de Bibliotecas	Superior
	José Noronha Santos	História da Literatura (optativa)	Superior
	<b>Haydéa Madei Martins</b> (catedr.)	Catálogo e classificação	-
	<b>Lydia de Queiroz Sambaquy</b>	Catálogo e classificação	-
	<b>Cacilda Basílio de Souza Reis</b> (As.)	Catálogo e classificação	Superior
	<b>Carmelita Rego</b>	Bibliografia e Referência	Superior

Fonte: Weitzel (2015) que adaptou de Couto (2008) e Ferreira (2008), grifo nosso.

Entre os anos de 1944 a 1949, onze novos professores<sup>19</sup> ministraram aulas no Curso Fundamental de Biblioteconomia e no Curso de Superior de Biblioteconomia (WEITZEL, 2015). Do total, observa-se que sete são mulheres.

Ainda assim, o primeiro bibliotecário a assumir a direção da Biblioteca Nacional foi Rubens Borba de Moraes, entre os anos de 1945 a 1948. Formado em Biblioteconomia pela Fundação *Rockefeller* nos Estados Unidos, consolidou o caráter estadunidense na Biblioteca Nacional com a adoção do Sistema Decimal de Dewey e do Catálogo - Dicionário (CASTRO, 2000; FONSECA, 1979).

No final da década de 1960, o Curso de Biblioteconomia passou a integrar a Federação das Escolas Isoladas do Estado da Guanabara – FEFIEG criada por intermédio do Decreto-Lei nº 773 de 20 de agosto de 1969 (LAI-UNIRIO, 2019).

Art. 3º A FEFIEG congregara: I - A Fundação Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro; II - A Escola de Enfermagem “Alfredo Pinto”; III - A Escola Central de Nutrição; ~~IV - O Curso Superior de Teatro, do Serviço Nacional de Teatro;~~ IV - Conservatório de Teatro do Serviço Nacional de Teatro; V - O Instituto “Villa-Lobos”; VI - O Curso de Biblioteconomia, da Biblioteca Nacional; VII - O Instituto Nacional do Câncer (BRASIL, 1969).

<sup>19</sup> Cecília Roxo Wagley, Lydia de Queiroz Sambaquy, Lygia Noronha de Carvalho, Rubens Borba de Moraes, Cecília Meirelles, Josué Montello, Ary de Castro Fernandes, Haydéa Madei Martins (Professora Assistente), Maria Antonieta Mesquita Barros, Xavier Placer e Carmelita Rego (WEITZEL, 2015, p. 89).

Em 1975, a FEFIEG passou a ser denominada como Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro – FEFIERJ devido a fusão dos estados da Guanabara e do Rio de Janeiro. Em 1979 foi institucionalizada com o nome de Universidade do Rio de Janeiro – UNIRIO. No ano de 2003, a Lei nº 10.750 alterou o nome para Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, no entanto, a sigla UNIRIO foi mantida (LAI-UNIRIO, 2019).

O Curso da Biblioteca Nacional, totalmente inspirado na *École Nationale des Chartes*, priorizava em seu ingresso e formação, uma vocação intelectual e culta como características dignas à bibliotecário. Acerca disto, Castro descreve que

[...] predominava a erudição exigida ao futuro profissional que de posse do saber clássico [...] estaria apto a receber um conhecimento especializado, mas, e principalmente, a adentrar na BN, espaço legítimo e mais importante, na época, da cultura letrada do país e assumir o papel, para si e diante da sociedade, de cultor e amente das letras e das artes (CASTRO, 2000, p. 61).

Compreendeu-se por meio deste subcapítulo que o primeiro curso de Biblioteconomia foi criado pela Biblioteca Nacional, voltado exclusivamente para aprimoramento profissional dos funcionários da instituição, estes, por sua vez, eram majoritariamente homens. A seguir, caracteriza-se os aspectos históricos centrais que consolidaram a criação de um segundo curso em Biblioteconomia no país.

### 3.3 O Curso de Biblioteconomia do *Mackenzie College*

A Biblioteconomia paulista emerge no final da década de 1929. De caráter tecnicista e fortemente influenciada pela vertente anglo-saxã foi, inquestionavelmente, o marco inaugural para a entrada de mulheres na profissão bibliotecária em território brasileiro. Neste período, a cidade de São Paulo já era considerada uma metrópole, atuando como espaço influente para a consolidação de movimentos feministas, sociais e trabalhistas.

Na década de 1920, São Paulo presenciava um forte crescimento. No entanto, sua estrutura social não era muito diversificada e centrava-se principalmente na classe média da burguesia do café e nos operários, estrangeiros e sem raízes na nova terra. Os patrões e o governo despontavam como principais inimigos para a época (FAUSTO, 2010).

No campo econômico, tem-se que as relações internacionais foram marcadas por mudanças significativas. Os empréstimos e investimentos feitos pelo Brasil provinham

principalmente da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos, este último mercado basilar para a exportação do café. No entanto, a década de 1920 é caracterizada pelo estreitamento das relações com os Estados Unidos (FAUSTO, 2010).

Devido ao crescente processo de urbanização e de industrialização propiciada pelo impulso capitalista da cafeicultura, emergem as chamadas “classes médias” e a classe operária, concebendo assim uma nova organização de sociedade. A partir disto, logo no início da Primeira República florescem organizações e mobilizações por parte dos partidos operários, além de sindicatos e greves. Assim, os descontentamentos sentidos por parte da população são manifestados no decorrer da década de 1920 (FAUSTO, 2010; PINTO, 2003; SAVIANI, 2013; SOHEIT, 2000).

Portanto, os movimentos Tenentista, Modernista e Feminista e a formação do Partido Comunista assinalam as

insatisfações –, relacionadas com o nível econômico, a esfera política – marcada, especialmente, pelo descontentamento com a corrupção característica do sistema eleitoral vigente, postulando um governo realmente representativo –, mas também no que tange ao terreno das idéias, do comportamento, dos valores. Em suma, foi um momento de grande efervescência e busca de soluções para os problemas do Brasil nos mais diferentes âmbitos, observando-se o empenho de inúmeros intelectuais em dar ao país uma face nacional e moderna através da valorização de uma cultura que integrasse as diversidades. E o movimento em busca do reconhecimento de direitos das mulheres inseria-se neste bojo (SOHEIT, 2000, p. 101).

Somente no ano de 1922 houve a realização de eventos como a Semana de Arte Moderna, a Revolta do Forte de Copacabana, a Fundação do Partido Comunista do Brasil e o surgimento da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino – FBPF (TELES, 1993). Tais articulações culturais e políticas refletiram diretamente na sociedade, principalmente nos denominados centros urbanos que passaram a conceber o papel da mulher de modo distinto.

A criação da FBPF pela Bertha Lutz consiste em uma das balizas essenciais para o Movimento Feminista brasileiro. Conforme Soheit (2000, p. 101) o objetivo da Associação consistia em “[...] coordenar e orientar os esforços da mulher no sentido de elevar-lhe o nível da cultura e tornar-lhe mais eficiente a atividade social, quer na vida doméstica quer na vida pública, intelectual e política”. Ainda que denominado como

“feminismo bem-comportado”<sup>20</sup> sabemos que é a partir deste momento que a mulher passa a ser concebida como um sujeito portador de direitos políticos (PINTO, 2003).

Além disto, Bertha Lutz foi responsável por ligar profundamente o feminismo brasileiro ao feminismo norte-americano, visto que “[...] sua militância foi fortemente influenciada pelo ambiente de efervescência das idéias feministas do hemisfério norte” (PINTO, 2003, p. 22). Sua principal referência foi Carrie Chapman Catt, presidente da *National American Woman’s Suffrage Association* – NAWSA<sup>21</sup> (SOHEIT, 2000).

Sua atuação profissional não interfere diretamente na Biblioteconomia paulista, visto que suas contribuições se dão muito mais no âmbito do Movimento Feminista, responsável por influenciar a sociedade no todo. No entanto, sua formação<sup>22</sup> lembra, ainda que brevemente, a da bibliotecária Adelpha Figueiredo, amplamente citada mais à frente neste trabalho. As semelhanças que se busca demonstrar reside no fato de ambas terem ido estudar na Europa, além de receberem financiamento em uma viagem aos Estados Unidos para complementarem sua formação praticamente na mesma época. Temos ainda que, ao retornarem, representam a ideia de mulher moderna frente a instituições renomadas e órgãos políticos de destaque.

Sobre Bertha Lutz, Pinto (2003) pontua três aspectos que também podem ser trazidos a realidade de Adelpha Figueiredo:

[...] temos aqui três condições excepcionais e fundamentais na construção dessa liderança: condições econômicas – só os muito abastados poderiam sustentar uma filha em Paris –, condições culturais do país, – que permitiram essa trajetória tão rara a uma mulher brasileira – e finalmente a atuação profissional, também rara, de uma cientista no serviço público da época.

Assim, observa-se que a abertura de espaços públicos para as mulheres se deu mediante a trajetória de precursoras que, devido a condições propícias, entraram em

---

<sup>20</sup> Conforme Otto (2004, p. 239) devido ao “[...] caráter conservador desse movimento, o qual não questionava a opressão da mulher”.

<sup>21</sup> Carrie Chapman Catt ajudou Bertha Lutz na elaboração dos estatutos da FBPF, além de estar presente na inauguração da associação no dia 09 de agosto de 1922 (SOHEIL, 2000).

<sup>22</sup> Bertha Lutz concluiu os estudos secundários na cidade de Bath, Grã-Bretanha. Obteve o certificado de estudos de Botânica e estudos de Química Biológica conferido pela *Faculté de Sciences de Paris*, em Sorbonne, onde pode entrar em contato com as sufragistas. Ao retornar ao Brasil, mediante aprovação em concurso público, foi nomeada secretária do Museu Nacional em 1919. Viajou frequentemente para a Europa e Estados Unidos como representante brasileira em diversos eventos feministas. Além disto, em 1932, foi aos Estados Unidos financiada pela *Carnegie Endowment for International Peace* juntamente com a Carnegie Corporation com o propósito de conhecer o funcionamento dos principais museus daquele país (MARQUES, 2016; PINTO, C., 2003).



contato com os ideais feministas e os empregaram nos mais diversos âmbitos de modo a assinalar suas profissões como uma opção de escolha para outras mulheres.

Se de um lado assistiu-se a luta pelo direito ao voto feminino, do outro presenciou-se a busca de mulheres pelo protagonismo no meio artístico. Tais posicionamentos sociais e políticos não podem ser desassociados e são responsáveis por elevar a condição da mulher a um outro patamar. A forte influência europeia e mais recente dos Estados Unidos consiste em forças norteadoras para que tais alterações ocorressem.

O movimento de modernização da cultura brasileira foi promovido por intelectuais e artistas na cidade de São Paulo. Possui como um dos marcos iniciais “[...] a exposição de pintura de Anita Malfatti em 1917; como marco de ruptura, a Semana de Arte Moderna de 1922 e, como marco terminal possível, o ano de 1945, quando o panorama cultural começa a ganhar nova configuração” (NASCIMENTO, 2015, p. 378).

Conforme Jardim (1978) e Waldman (2010), o “primeiro tempo modernista” intenciona ingressar o Brasil na modernidade, em contraposição ao passadismo, buscava adotar a linguagem das vanguardas europeias, mais adequadas ao tempo e a vida presentes. A partir de 1924, um “segundo tempo modernista”, compreende que a inserção do Brasil no mundo contemporâneo, deveria ser buscada por meio da própria singularidade brasileira.

Anita Malfatti segue os passos de Adelpha Figueiredo e Bertha Lutz: estudou pintura nos Estados Unidos e posteriormente na Europa, mais especificamente em Berlim. Ao expor seus quadros no ano de 1917, apenas Oswald de Andrade e Mário de Andrade saíram em defesa da pintora. O trio passou a ser designado como “futurista” em referência a vanguarda italiana de Marinetti (NASCIMENTO, 2015).

A Biblioteconomia paulista garantiu seu representante no cenário modernista: Rubens Borba de Moraes. Ligado a Revista Klaxon e a Domingos do Séculos denominou-se como *executive office*, uma espécie de empresários dos artistas envolvidos na Semana de Arte Moderna<sup>23</sup>.

Apesar do movimento bibliotecário paulista ter iniciado no final de 1920, foi na década de 1930 que se desenvolveu, tendo como pano de fundo as ações políticas do Governo de Getúlio Vargas. Conforme Fausto (2010), Vargas assumiu a presidência em outubro de 1930 por meio de voto indireto como chefe de governo provisório, cargo este em que permaneceu até 1945:

---

<sup>23</sup> A autora sinaliza que apesar de ter participado da organização da Semana de Arte Moderna de 1922, Rubens Borba de Moraes não pode comparecer devido ter ficado doente na data (MENEZES, 2001).

De 1930 a 1956, período em que predominou a ditadura civil de Getúlio Vargas, desenvolveu-se um processo de crescente industrialização, de forma consistente. Uma das razões para esse fenômeno decorreu da crise que a cafeicultura passou a sofrer pela queda de sua participação econômica no mercado exportador. Em função disso, deu-se início à transferência de capitais para a industrialização, incrementando a progressiva política de substituição de importações em todo o período, associada em seguida com a criação de indústrias de base em setores chave para uma relativa autonomia industrial, como siderurgia e petróleo (SOUZA, 2006, p. 3).

O plano educacional deste período foi caracterizado pela articulação de um sistema educativo autoritário e não fascista, composto por valores hierárquicos e sob forte influência da Igreja Católica, tendo como marco central a criação do Ministério da Educação e Saúde em novembro de 1930. Com isto, o Estado forneceu condições para que as universidades prosperassem no âmbito do ensino e da pesquisa e a educação se tornasse uma prioridade nacional (FAUSTO, 2010; SAVIANI, 2013). No âmbito da Biblioteconomia, tem-se que esta se alinhou aos preceitos nacionais de Educação, pois

[...] a criação e a evolução dos cursos de Biblioteconomia, ocorridas entre as décadas de 30 e 40 e já com predominância da influência norte-americana, representaram parte do processo de modernização do país. São Paulo, a princípio, constitui-se em um centro de desenvolvimento e multiplicação dos métodos de ensino da Biblioteconomia moderna, fundando vários cursos que formaram profissionais oriundos de outros estados (MULIN, 2011, p. 19).

Assim, a Biblioteconomia se inscreve na “tendência liberal tecnicista”, cujo interesse central consiste na formação de indivíduos competentes para atuar no mercado de trabalho (SILVA, 2016). Ainda que o auge do tecnicismo no Brasil se dê em meados de 1960, vê-se claramente uma antecipação destes preceitos por parte deste segundo curso de Biblioteconomia do país. Muito provavelmente isso se deu pela influência direta dos Estados Unidos no *Mackenzie College*, no Departamento de Cultura e na Escola Livre de Sociologia e Política, pois o investimento financeiro foi prática comum da “política de boa vizinhança” pelos Estados Unidos nos países da América Latina.

Destaca-se ainda que a noção tecnicista se estende à pedagogia, tendo por base uma educação que privilegie a instrução e a transmissão de informações (SILVA, 2016; SAVIANI, 2013). Conforme pontuado por Fausto (2010) e Saviani (2013), a expansão educacional consiste em aspecto central do governo neste período, característica esta que se estende ao que foi apresentado por Mulin (2011) no âmbito da Biblioteconomia.

Souza (1990) complementa que a criação deste segundo Curso ocorreu dentro de um contexto sócio-político-econômico resultante de mudanças expressivas para a sociedade brasileira, e que “[...] veio a se caracterizar como um momento marcante por significar uma mudança de trajetória da Biblioteconomia no país, deixando patente ainda uma vez mais sua vinculação à classe dominante”. Assim, “[...] desde a idéia, até os alunos, o Curso, salva raras particularidades, é um projeto de elite como toda a Biblioteconomia brasileira dos anos 40 e 50” (SOUZA, 1990, p. 45).

A divergência central entre a Biblioteconomia carioca e paulista reside não só no enfoque do curso, mas também em seu público-alvo. Enquanto que no Rio de Janeiro a figura da mulher foi marginalizada para os padrões vigentes na Biblioteca Nacional, temos em São Paulo o oposto. A personalidade cânone que conduziu as atividades bibliotecárias neste período foi Adelpha Figueiredo.

Adelpha Camargo da Silva Rodrigues<sup>24</sup> nasceu em Sorocaba em 20 de setembro de 1894. Aos sete anos, em 1901, mudou-se com a família para São Paulo, de modo que pudesse juntamente com seus irmãos continuar os estudos. Já em 1910, com 16 anos, diplomou-se como cirurgiã-dentista. Entre os anos de 1911 a 1913 estudou no Conservatório de Música de *Lausanne* na Suíça. Por ter ficado mais de dois anos na Europa, entrou em contato com culturas diferentes e ideais feministas (MULIN, 2011).

Ilustração 12 - Adelpha Figueiredo – Williamsburg Branch Oublic Library, Nova Iorque



Fonte: New York Daily News, New York, 20 jul., 1931 – Acervo da Biblioteca Adelpha Figueiredo apud Mulin, 2011.

---

<sup>24</sup> Após o casamento, Adelpha Silva Rodrigues Figueiredo.

Uma particularidade distinta trazida por Mulin (2011) é que o pai de Adelpha, Dr. Antonio Gomes da Silva Rodrigues, participou a convite do Dr. Emilio Ribas, juntamente com Adolfo Lutz, pai de Bertha Lutz, de um estudo acerca do agente transmissor da febre amarela em 1902. Apesar de não soar como uma ligação concreta, concebe-se, mais uma vez, uma certa consonância de pensamentos de famílias abastadas e intelectuais residentes na Capital:

“[...] para discorrer sobre o interesse de Adelpha pela educação, pelo ensino e pelos livros, é imprescindível levar em consideração as origens e a trajetória de sua família, assim como as condições propícias e favoráveis em que cresceu. Essa conjuntura fez com que ela tivesse a oportunidade de conviver entre livros, intelectuais e personalidades de grande importância cultural da época. Além disto, ao ter recebido os meios educacionais necessários e a liberdade de escolha, Adelpha teve a oportunidade de ter uma atuação diferente de muitas mulheres de sua época, que, em sua maioria, eram educadas para as prendas domésticas, sem grandes pretensões profissionais (MULIN, 2011, p. 49).

Antes de se dedicar inteiramente a Biblioteconomia, Adelpha Figueiredo atuou como professora numa época que a profissão era vista como extensão das atividades domésticas (MULIN, 2011). Adelpha não cursou a Escola Normal, no entanto “[...] fez-se mestra consumada, visto reunir à sua inconfundível personalidade de educadora, vasta cultura” (PENTEADO, 1967, p. 11). Lecionou para classes do 5º até o 7º grau no *Mackenzie College*<sup>25</sup> até 1926 quando, a convite do presidente da Escola Americana, Dr. Waddel, passou a organizar a Biblioteca da instituição, a Biblioteca George Alexander:

“[...] acenou-me então com um prédio novo, que se erguera em terrenos de nossa Instituição. Era o prédio destinado a Biblioteca do Mackenzie. Disse-me êle: pensei em você, Adelpha para organizar e ser bibliotecária do Mackenzie... quer?  
Não podia dar uma resposta imediata. Nada sabia nada de organização de bibliotecas e nem se essa arte estava entre aquelas que se aprendem em escolas... Apenas gostava de ler, pois isso herdara dos meus pais (PENTEADO, 1967, p. 12).

O convite foi aceito e Adelpha pôs-se a organizar “[...] uma biblioteca que só tinha paredes e tetos... e no meio do salão, uma “montanha” de livros de todos os assuntos, todos misturados no chão. Foi então que pensei no meu primeiro sistema de classificação que se baseava na utilidade que os livros deveriam ter” (PENTEADO, 1967, p. 13).

---

<sup>25</sup> Atualmente Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Ilustração 13 - Biblioteca George Alexander.



Fonte: Mackenzie College, 1929.

Biblioteca George Alexander (ao centro) e Edifício Lane (atual Faculdade de Direito)

Em 1929, a bibliotecária estadunidense Dorothy Muriel Gedds Grop<sup>26</sup> foi convidada pelo *Mackenzie College* a ministrar um Curso Elementar em Biblioteconomia, além de organizar o acervo da instituição conforme o paradigma norte-americano. O curso durou oito meses e ao final, dos seis alunos matriculados, apenas Adelpha Figueiredo concluiu. As disciplinas ministradas foram Catalogação, Classificação, Referência e Organização de Bibliotecas (BANDEIRA, 2007; CASTRO, 2000; MULIN, 2011; RUSSO, L. 1966).

Ilustração 14 - Dorothy Muriel Geddes Grop



Fonte: Russo, 1966.

---

<sup>26</sup> Anteriormente, Dorothy Muriel Geddes.

Além de preparar Adelpha Figueiredo para a especialização em Biblioteconomia da Columbia University, Dorothy Gropp<sup>27</sup> também a substituiu nas instalações do *Mackenzie* neste período. Conforme Mueller (1985, p. 4) a presença de Geddes em São Paulo “[...] deu ensejo à formação do segundo curso de biblioteconomia no País”.

Tendo sido pioneiro de muitas idéias e práticas modernas de educação no Brasil, o Mackenzie quis também introduzir na sua instituição idéias e práticas modernas de biblioteconomia e, em 1929, três anos depois da instalação da sua biblioteca no prédio novo, os administradores do Mackenzie mandaram vir uma bibliotecária diplomada dos Estados Unidos. Além dos trabalhos de re-organização, que, nos primeiros anos consistiram na recatologação, re-classificação e introdução dos processos novos no catálogo e na localização dos livros, aquela bibliotecária deu um curso elementar de biblioteconomia, seguido principalmente pelo pessoal da biblioteca e professores da instituição, e por alguns bibliotecários de outras instituições de São Paulo. A presença destes foi uma prova do interesse que esse curso despertou nos meios profissionais daquela cidade (GROPP, 1940, p. 216).

Após o término do Curso ministrado por Dorothy, Adelpha Figueiredo conseguiu uma bolsa nos Estados Unidos, diplomando-se em Biblioteconomia pela *American Association of University Women*. Ao retornar, em 1931, assumiu a direção da Biblioteca do *Mackenzie* e as aulas do Curso criado por Dorothy, formando inicialmente uma turma de cinco bibliotecárias (MULIN, 2011; OLIVEIRA, CARVALHO e SOUZA, 2009).

A “American Association of University Women” tem uma bolsa de estudos de \$1.500.00 que, em 1930-31, foi concedida a Adelfa da Silva Rodrigues (agora Snra. Figueiredo), que cursou a secção de Ciências biblioteconômicas da Universidade de Columbia e regressou ao seu país para assumir um lugar de influência no desenvolvimento do programa bibliotecário. Cabe-lhe a honra de ser a primeira bibliotecária diplomada de sua terra (GROPP, 1940, p. 207).

Quando retornou ao Brasil, já formada em Biblioteconomia “[...] revela-se como uma mulher à frente de seu tempo, desenvolvendo atividades profissionais e sociais que foram responsáveis por torná-la influente no Brasil e no exterior” (MULIN, 2011, p. 16). Conforme Gropp (1940, p. 216), a influência de Adelpha “[...] ampliou-se ultimamente no mundo bibliotecário de São Paulo e culminou com a sua nomeação para Chefe da Catalogação da Biblioteca Municipal de São Paulo. Desde então tornou-se um fator preponderante no atual movimento bibliotecário (GROPP, 1940, p. 216).

---

<sup>27</sup> Mulin (2011, p. 53) destaca que Dorothy “[...] colheu informações e elaborou um vasto estudo sobre as bibliotecas brasileiras, deixando impressões e dados relevantes registrados nos trabalhos que produziu e publicou em revistas especializadas.”

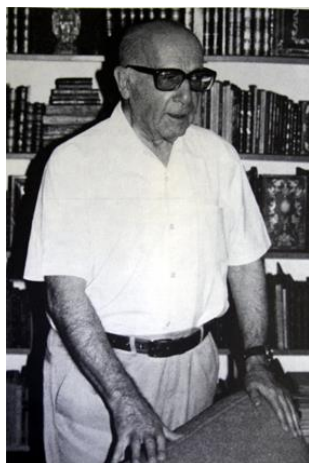
Em 1932, o Curso do *Mackenzie College* não foi ofertado devido à Revolução Constitucionalista. Porém, a derrota dos paulistas coincidiu com o surgimento de instituições científicas e educacionais como a Escola Livre de Sociologia e Política em 1933, a Universidade São Paulo inaugurada em 1934 por Armando Salles e o Departamento de Cultura de São Paulo, ambos durante a gestão do prefeito de São Paulo, Fabio da Silva Prado (MULIN, 2011).

Nos anos seguintes, 1933, 1934 e 1935, cerca de 125 pessoas foram orientadas por Adelpha Figueiredo. No ano de 1936, o Curso do *Mackenzie* foi desativado devido a criação de um novo pelo Departamento de Cultura de São Paulo (MULIN, 2011):

Durante os anos de 1933, 1934 e princípios de 35, 125 pessoas procuraram na Biblioteca do Mackenzie, a visa conferencista, para obterem informações sobre a organização de bibliotecas modernas. Entre essas pessoas figuravam Antonio Carlos Cardoso, pelo Instituto de Engenharia; Geraldo de Paula Souza, pela Faculdade de Medicina; Noêmi da Silveira Rudolfer, pelo Instituto de Educação; Eurico de Góis, pela Biblioteca Municipal; Lenira Fraccaroli, pela Escola Primária de São Paulo; esta organizou em 1933, sob a influência do Mackenzie a primeira biblioteca infantil escolar, que é um modelo no gênero e que continua a desenvolver-se sob a direção de Iracema Silveira (RODRIGUES, 1945, p. 10).

Por meio da articulação de figuras influentes como Antonio de Alcântara Machado, Mário de Andrade, Paulo Duarte, Rubens Borba de Moraes e Sérgio Milliet foi criado o Departamento de Cultura de São Paulo. O órgão desenvolveu atividades ligadas a pesquisas folclóricas, levantamentos demográficos, construção de parques infantis, criação do Coral Paulistano e do Setor de Iconografia, além de publicações variadas, tendo como objetivo central preservar e valorizar o patrimônio nacional (CIDADE DE SÃO PAULO, 2009).

### Ilustração 15 – Rubens Borba de Moraes



Fonte: São Paulo (Município), 2017.

Em entrevista, a bibliotecária Heloisa de Almeida Prado explica o surgimento do curso na Prefeitura de São Paulo:

Na época, o Dr. Rubens Borba de Moraes, que era Diretor da Biblioteca Municipal, ao saber da chegada da funcionária do Instituto Mackenzie, Adelpha Silva Rodrigues, dos Estados Unidos da América, que havia sido enviada pelo Diretor William A. Waddell para frequentar a 1ª Escola de Biblioteconomia naquele país (School of Library Science of Columbia University), convidou-a para dirigir a Seção de Catalogação daquela entidade. Adelpha aceitou o convite. Mais tarde criou-se a Escola de Biblioteconomia, na Prefeitura de São Paulo (PRADO, 1988, p. 101).

Assim, por intermédio do ato n. 861 de 30 de maio de 1935 foi oficializado o Departamento de Cultura estruturado em cinco divisões:

Divisão da Expansão Cultural – Diretor Mário de Andrade  
 Divisão de Educação e Recreio - Diretor Nicanor Miranda  
 Divisão de Documentação Histórica e Social - Diretores Sérgio Milliet e Bruno Rudolfer  
 Divisão de Bibliotecas - Diretor Rubens Borba de Moraes  
 Divisão de Turismo e Divertimentos Públicos - não chegou a ser implantada (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2015, p. 1).

Posteriormente, foram implementadas as seções de Teatro comandada por Antonio Alcântara Machado e a de Discoteca por Oneyda Alvarenga<sup>28</sup>. Foi inaugurada ainda em 1936 a primeira Biblioteca Infantil sob direção da bibliotecária Lenyra Camargo

---

28 CAROZZE, Valquiria Maroti. **Oneyda Alvarenga**: da poesia ao mosaico das audições. Alameda Casa Editorial: São Paulo, 2015.



Fraccaroli. Além disto, o Departamento ficou responsável por organizar anualmente um Curso de Biblioteconomia (MILANESI, 1986; PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2015).

Fonseca (1979) destaca que a criação do Departamento de Cultura consistiu em um dos frutos do ideário modernista formulado a partir da Semana de Arte Moderna de 1922. Milanesi (1986) acrescenta:

No século XX, a primeira intervenção do Estado, notável pelo ineditismo e desdobramentos posteriores, foi a criação do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo, em 1935. Ele não surgiu pelo esforço de pedagogos e nem teve vínculos com forças religiosas, mas foi constituído pela ação de uma elite culta e obstinada que via na cultura uma forma de aperfeiçoamento da sociedade. Dentro dessa iniciativa, as bibliotecas ocuparam um espaço até então inédito para elas (MILANESI, 1986, p. 76-77).

Este novo curso foi anunciado pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo – IHGSP sob direção de Eurico Doria de Araújo Góes, primeiro diretor da Biblioteca Municipal de São Paulo em 1936. O prefeito Fabio Prado convidou os bibliotecários Adelpha Figueiredo e Rubens Borba de Moraes para comporem a coordenação. Já no ano de 1937, 215 matrículas foram obtidas com cerca de 59 alunos diplomados (RUSSO, 1966). Prado (1988, p. 103) complementa “Vê-se, claramente, por este número, que o Ensino da Biblioteconomia, já naquela época, era uma necessidade social. Na verdade, foi o 1º curso que ofereceu matérias técnicas da área. O curso da Biblioteca Nacional era de outro teor”.

Ilustração 16 - Primeira aula da Escola de Biblioteconomia em São Paulo<sup>29</sup>



Fonte: Russo, 1966.

<sup>29</sup> Russo (1966) não identificou as pessoas presentes na foto.

Cinco disciplinas eram ministradas inicialmente neste curso: História do Livro e Bibliografia (e Referência) lecionadas por Rubens Borba de Moraes e Classificação, Catalogação e Organização de Biblioteca por Adelpha Figueiredo (PRADO, 1988). A respeito das disciplinas ministradas por Adelpha Figueiredo, nota-se que são pautadas em um cunho tecnicista, diferente das de Rubens de Moraes que se assemelham com as disciplinas já existentes na Biblioteca Nacional.

Ao assumir o cargo de bibliotecária-chefe de Catalogação na Divisão de Bibliotecas do Departamento de Cultura de São Paulo, Adelpha deixou o *Mackenzie College*, sendo este substituído primeiro pela bibliotecária Genoveva Troyano e posteriormente por Heloisa de Almeida Prado (MULIN, 2011).

Em entrevista, Moraes (1988 apud SOUZA, 1990, p. 45) relata que “O curso que fundei em São Paulo foi uma necessidade, não havia escolas de Biblioteconomia. Os responsáveis pelas bibliotecas eram nomeados porque gostavam de livros, e eram, geralmente, poetas, escritores, etc., e o resultado prático era lamentável”.

Constata-se em jornais da época a listagem dos alunos formados nesta primeira turma de Biblioteconomia do Departamento de Cultura de São Paulo<sup>30</sup>. Observa-se que do total de 59 alunos/as formados/as, 43 eram mulheres:

**Afra de Lima, Aléa Medeiros, Alice Bittencourt Neto, Amalia Viogtlaender, Anna F. Gomes, Anna Silveira Pedreira, Antonio Delorenzo Neto, Armando Felinto da Silva, Braulio Prego, Calvino Randolpho M. Homem de Mello, Carmelita Grassi Bonilha, Celia Marinho de Azevedo, Cecilia Eppinghaus, Clotilde Antunes de Araujo, Elza Leite e Silva, Elza S. de Paula, Emma E. Andres, Edméa Leite Pinto, Erina Assumpção Vieira, Francisco José de Almeida Azevedo, Folco Masucci, Genoveva Godinho Troyano, Guiomar Carvalho Franco, Heloisa de Almeida Prado, Haydée Haillier, Israel Gil, Ismenia C. Camargo, José Fernandes Moreno, José Bento de Faria Ferraz, José Soares de Souza, Juarez Benedicto Cordeiro, João Pedro da Veiga Pacheco, Lisette Toledo Ribeiro, Lucia Moraes Barros Cardim, Lygia Scaramelli, Maria Antonia Penteado Medici, Maria Aparecida Medeiros Kerbeg, Maria Amelia Alves de Moura, Maria José Meirelles de Oliveira, Maria José de Freitas, Maria José Lessa Fonseca, Maria Leonor Voigtlaendes, Maria Eugenia Mendes de Almeida Franco, Maria Cristina Ferreira Santos, Maria Aparecida Sampaio, Maria**

---

<sup>30</sup> As referidas reportagens foram encontradas no repositório temático da Biblioteca Virgínie Buff D'Ápice da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo - FMVZ/USP, responsável pela preservação e divulgação de documentos ligados a história da faculdade. Como Virgínie Buff D'Ápice foi uma das alunas formadas do Curso de Biblioteconomia do Departamento de Cultura de São Paulo e posteriormente, diretora da biblioteca da FMVZ/USP, foi possível ter acesso ao nome dos demais alunos graduados nesta primeira turma por meio dos jornais disponíveis neste repositório. As notícias encontram-se no anexo B.

**Carolina Moraes, Maria Antonieta Ferraz, Maria de Lourdes A. Fagundes, Nair Alves Gama, Noemia Lentino, Ox Pascoal, Olinda Hempel, Ophelia Ferraz do Amaral, Octavio do Amaral Vieira, Raul Hermann Charlier, Sarah Lima Corrêa, Virgínia Buff, Zilda de Almeida Sampaio, Zizi Moreira** (CORREIO PAULISTANO, 1938, s.p., grifo nosso).

As disciplinas voltavam-se para a organização e administração de bibliotecas e o desenvolvimento de processos técnicos. Em referência ao quadro docente, as disciplinas de História do Livro, Bibliografia e Referência eram ministradas por Rubens Borba de Moraes e Classificação, Catalogação e Organização de Biblioteca por Adelpha Figueiredo (PRADO, 1988).

Para Bandeira (2007) o predomínio norte-americano ocorreu por dois motivos: a “política de boa vizinhança” praticada pelos Estados Unidos na época e a presença de Adelpha Figueiredo. Além disto, acrescenta-se ainda a presença do bibliotecário modernista Rubens Borba de Moraes, também graduado em Biblioteconomia nos Estados Unidos, conforme observa-se na seguinte entrevista

[...] Fiz estágio em todos os departamentos da Biblioteca Pública [de Indianópolis, no Estados Unidos], desde atender ao público, referência até catalogação; e aí então, abriram-se os meus olhos, porque eu estava habituado a um modelo europeu de biblioteca. Nos Estados Unidos vi outra coisa, não se podia comparar, eles estavam 50 anos adiantados em relação à Europa (ASSOCIAÇÃO DE BIBLIOTECÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL, 1988, p. 04)

A atividade empreendida pelo Estados Unidos conhecida como “política da boa vizinhança” assistiu aos centros bibliotecários, culturais e científicos do Brasil, além de possibilitar o intercâmbio de livros e fornecer apoio financeiro destinado ao aperfeiçoamento técnico de recursos humanos. Contribuiu ainda com a doação de verbas voltadas para melhorias na Faculdade de Medicina e para a construção do Instituto de Higiene em São Paulo (BANDEIRA, 2007).

Tais ideais eram muito bem aceitos pela população, visto que “O pragmatismo norte-americano embriagava os intelectuais brasileiros que visitavam ou estudavam naquele país. Mesmo os indivíduos mais nacionalistas ou de sólida formação européia submetiam-se aos encantos da América” (SOUZA, 1990, p. 43). Assim,

Uma visão pragmática das práticas biblioteconômicas conquistava adeptos e defensores: a primazia estava nas técnicas profissionais e não mais, como no modelo francês, na erudição e na posse dos saberes clássicos. O curso da BN adere ao novo paradigma em 1944. Percebe-se que não há diferenças

significativas entre as disciplinas ministradas no curso da BN e em outros cursos de Biblioteconomia que começaram a surgir em São Paulo e no Rio de Janeiro, no final da década de 1930. O que há de distinto não são as disciplinas, mas a abordagem; é a perspectiva interpretativa da Biblioteconomia que se altera (MENEZES, 2011, p. 08).

Souza (1990, p.44) expressa que a transição da Biblioteconomia para se adequar aos preceitos norte-americanos se deve ao fato de que “São Paulo vivia um momento importante de fermentação cultural em que a vontade pessoal de alguns dirigentes era determinante para o surgimento de serviços públicos a seu ver necessários, numa típica ação da elite ilustrada.” Em contraponto, Prado (1988) afirma que a importação de um padrão para o bibliotecário foi recebida com certa relutância devido ao desconhecimento da profissão:

Estes fatos ocorridos no Mackenzie, constituíram uma grande novidade e foram comentados por um conceituado jornal da época, com a seguinte observação: “Será que para colocarem livros nas prateleiras há necessidade de se importar uma técnica americana?” Por aí, bem podemos avaliar o quanto era desconhecido o verdadeiro trabalho do bibliotecário. É importante lembrar que a Biblioteca George Alexander, do Instituto Mackenzie, foi a primeira a permitir o livre acesso dos leitores ao depósito de livros e abrir uma seção circulante para empréstimo (PRADO, 1988, p. 102).

Ainda que delineado como um curso, acabou por tornar-se uma escola, visto que “[...] abriu suas portas a comunidade paulista e de outros estados. Sua abrangência levou-o a ser considerado como a primeira escola regular de Biblioteconomia no Brasil, e uma das primeiras da América Latina” (BANDEIRA, 2007, p. 40).

Castro (2000) pontua as disciplinas ministradas nos dois cursos e enfatiza que disciplinas como Diplomática, Numismática, Paleografia e Cartografia não faziam sentido em São Paulo. Temos que no Rio de Janeiro, o caráter das instituições, Biblioteca Nacional, Museu Nacional, exigia uma formação distinta.

Quadro 11 – Comparação das disciplinas ministradas no Rio de Janeiro e em São Paulo

<b>ANO</b>	<b>RIO DE JANEIRO (BN)</b>	<b>ANO</b>	<b>SÃO PAULO</b>
1915	- Bibliografia - Paleografia e Diplomática - Referência	1929	- Catalogação - Classificação - Organização de Bibliotecas

1931	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Bibliografia</li> <li>- Paleografia e Diplomática</li> <li>- História da Literatura</li> <li>- Iconografia e Cartografia</li> </ul>	1941-1959	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Catalogação</li> <li>- Classificação</li> <li>- Bibliografia</li> <li>- História do Livro</li> <li>- Organização de Bibliotecas</li> </ul>
1944	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Organização e Administração de Bibliotecas</li> <li>- Catalogação</li> <li>- Classificação</li> <li>- Bibliografia e Referência</li> <li>- História dos Livros e das Bibliotecas</li> <li>- História da Literatura (aplicada à Bibliografia)</li> <li>- Noções de Paleografia</li> </ul>	1943-1959	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Catalogação</li> <li>- Classificação</li> <li>- Bibliografia</li> <li>- Organização de Bibliotecas</li> <li>- História do Livro e Paleografia</li> </ul>
1962	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Técnica de Referência</li> <li>- Bibliografia Geral</li> <li>- Catalogação e Classificação</li> <li>- Organização e Administração de Bibliotecas</li> <li>- História do Livro e das Bibliotecas</li> <li>- Organização e Técnicas de Documentação</li> <li>- Literatura e Bibliografia Literária</li> <li>- Introdução a Cultura Histórica e Sociológica</li> <li>- Reprodução de Documentos</li> </ul>	1960-1961	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Catalogação</li> <li>- Classificação</li> <li>- Referência e Bibliografia</li> <li>- História do Livro</li> <li>- Paleografia</li> <li>- Organização e Administração de Bibliotecas</li> <li>- Seleção de Livros</li> <li>- Introdução à Cultura Artística</li> <li>- Introdução à Cultura Filosófica</li> <li>- Introdução às Ciências Sociais</li> <li>- Documentação</li> </ul>

	- Paleografia - Introdução à Cultura Filosófica e Artística		
--	---	--	--

Fonte: Castro (2000, p. 105).

Outro aspecto relevante sobre as distinções do curso de São Paulo e Rio de Janeiro, consiste na prova admissional exigida pelo IHGSP. Esta era composta por “[...] exame de inglês, francês, conhecimentos gerais e datilografia, além do ginásio e mais um ano de estudo” (PRADO, 1988), de modo que o contraste deste exame se comparado com o da Biblioteca Nacional fica nítido, pois um se articulava em torno de conhecimentos humanísticos, enquanto que o outro predomina os idiomas e a datilografia.

No ano de 1939, a Prefeitura de São Paulo sob gestão de Prestes Maia cancelou o Curso sob a alegação de que este não era útil ou viável. Porém, em maio de 1940 com o apoio da Escola de Sociologia e Política de São Paulo ocorre a reinstalação do Curso no Edifício da Escola Álvares Penteado, no Largo do São Francisco, agora com a duração de um ano (OLIVEIRA, CARVALHO e SOUZA, 2009; RUSSO, 1966). Deste modo,

Foi essa, verdadeiramente, a grande dificuldade que tiveram de encontrar seus dirigentes para continuar na luta pela formação de bibliotecários. Não desanimaram, porém, e encontrando o apoio da Escola de Sociologia e Política de São Paulo ali reinstalaram o curso em maio de 1940, no Edifício da Escola Álvares Penteado, no Largo do São Francisco. Nesse local êle funcionou até 28 de outubro de 1954, quando se mudou para a Rua General Jardim, 522 (RUSSO, 1966, p.17).

A reabertura ocorre por intermédio de Rubens de Moraes. Bandeira (2007) pontua que ao retornar dos Estados Unidos em 1939, Rubens de Moraes se deparou com o Curso de Biblioteconomia já desativado. Assim, recorreu ao seu amigo Ciro Berlinck, visto que este mantinha relações familiares com os diretores da Escola Álvares Penteado. Deste modo, conseguiu a reinstalação do curso como instituição particular anexada a Escola Livre de Sociologia e Política.

Somente com os recursos financeiros ofertados pela Fundação Rockefeller<sup>31</sup> que a Escola pode se consolidar. O programa de atividades foi ampliado no período de 1943

---

<sup>31</sup> O Departamento de Estado dos Estados Unidos promoveu “[...] uma política de desenvolvimento das relações culturais com outros países, e em particular com as Repúblicas latino-americanas”. Como parte deste incentivo, a Fundação Rockefeller contribuiu financeiramente com “[...] \$30,000 por um período de três anos, afim de ser usado pelo seu “*Committee on Library Cooperation with Latin American*”. Foi

a 1948. Com o valor foi feita a contratação de pessoal qualificado, aquisição de livros e equipamentos, além de conceder nove bolsas de estudos para alunos de outros estados. Estes, após concluírem o Curso, fundaram novas escolas de Biblioteconomia por todo o país (BANDEIRA, 2007; RUSSO, L., 1966):

Desejava-se também conceder bolsas de estudos a candidatos de outros estados. Esse objetivo foi alcançado entre 1943 – 1948, com a ajuda da Fundação Rockfeller. O programa foi ampliado, tornando-se equivalente ao das "Library Schools" americanas. Estudantes que residiam fora de São Paulo cursaram a Escola, com todas as despesas pagas. Alguns deles retornaram aos seus Estados e fundaram outras escolas de Biblioteconomia (Campinas, São Carlos, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba e Porto Alegre) Com o fim de proteger os direitos dos alunos que se torna-ram Bibliotecários e também visando disciplinar o seu ensino, procurou a Escola o necessário apoio legal à nova carreira. Isto foi possível, finalmente, em 1947, com o decreto-17.104, desse mesmo ano, que reconheceu a escola como padrão pelo Governo de São Paulo. A partir dessa época, o Poder Público passou a exigir o diploma de Bibliotecário para o exercício desta profissão (PRADO, 1988, p. 104).

O quadro a seguir apresenta a listagem de alunos e alunas bolsistas do Curso de Biblioteconomia, responsáveis por fundar novas escolas de Biblioteconomia por todo o país. Presenciou-se uma escassez de fontes bibliográficas acerca destes nomes percussores para a Biblioteconomia, de modo que, novamente, enfatiza-se a importância da área se ater aos registros históricos que alicerçaram a história brasileira da Biblioteconomia e da Ciência da Informação.

Quadro 12 – Alunos bolsistas no Curso de Biblioteconomia em São Paulo

<b>NOME</b>	<b>FUNDOU</b>	<b>ANO</b>	<b>ORIGEM</b>
<b>Bernadette Sinay Neves</b>	Escola de Biblioteconomia da Universidade da Bahia em Salvador.	1943	Bahia
<b>Etelvina Lima</b>	Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais em Belo Horizonte.	1944	Minas Gerais
	Escola de Biblioteconomia da Universidade do Paraná	1953	Minas Gerais

---

oferecido outro auxílio para que o Dr. Rubens Borba de Moraes pudesse estudar por três meses a organização bibliotecária nos Estados Unidos (GROPP, 1940, p. 209).

Ernesto Manuel Zink	Escola de Biblioteconomia da Sociedade Campineira de Educação e Instrução em Campinas.	1944	Campinas, São Paulo
<b>Angela da Costa Franco Jobim</b>	Escola de Biblioteconomia da Universidade do Rio Grande Sul	1946	Santa Vitória do Palmar, Rio Grande do Sul
Milton Ferreira de Melo	Escola de Biblioteconomia do Departamento de Documentação e Cultura da Prefeitura Municipal de Recife, Pernambuco.	1947	Recife, Pernambuco
Alfredo Américo Hamar	Escola de Biblioteconomia e Documentação com o patrocínio da Biblioteca da Escola de Engenharia de São Carlos, em São Carlos.	1952	-
<b>Maria Luisa Monteiro da Cunha</b>	Escola de Biblioteconomia da Escola de Comunicações Culturais da Universidade de São Paulo - USP	1953	São Paulo, SP

Fonte: Elaborado pela autora com base em Castro (2000), Penteado (1967) e Russo (1966), grifo nosso.

Russo (1966) pontua ainda as seguintes alunas como bolsistas: Maria de Lourdes S. Neves (Bahia), Eudoxia Gomes (Minas Gerais), Irene Inelde (Itajuí, São Paulo), Maria Velludo (Ribeirão Preto, São Paulo). Entretanto, nenhum material sobre a atuação profissional delas foi encontrado.

Segundo Prado (1988) a duração do Curso se estendeu para dois anos a partir de 1954 e as exigências de admissão foram aumentadas: apresentação de certificado secundário, além das matérias já exigidas no exame anterior. Entretanto, o exame de datilografia foi suprimido pelo acréscimo do exame em Português.

O curso de Biblioteconomia continua sendo ofertado pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo permanece vigente até os dias atuais e oferece o bacharelado em Biblioteconomia com enfoque para os seguintes eixos de formação: 1. Humanista, acadêmico e cultural, 2. Técnico e tecnológico e 3. Organizacional e gerencial. A duração do curso é de três anos (FUNDAÇÃO ESCOLA..., 2019).



### 3.4 A expansão do ensino em Biblioteconomia

Abarcou-se neste tópico a expansão do ensino profissional em Biblioteconomia a partir da década de 1940, momento este em que o ensino se descentraliza do eixo Rio-São Paulo. Mediante a oferta de bolsas de estudos para alunos e alunas provenientes de outros estados, os cursos da Biblioteca Nacional e da Escola Livre de Sociologia e Política em São Paulo passaram a formar profissionais responsáveis por fundar novas escolas de Biblioteconomia por todo o país.

- **Novos cursos:**

Ao final da década de 1940, existiam cinco cursos de Biblioteconomia no Brasil: Rio de Janeiro (Biblioteca Nacional), Campinas (Pontifícia Universidade Católica de Campinas), São Paulo (Escola de Sociologia e Política), Porto Alegre (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) e em Recife (Departamento de Documentação e Cultura da Prefeitura). Na década seguinte surgiram os cursos de Minas Gerais, Paraná e Amazonas (SOUZA, 1990):

[...] em 1942, surgiu a Escola de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), fundada pela Professora Bernadete Sinay Neves, que não era bibliotecária, mas engenheira civil; em 1945, foi criada a Faculdade de Biblioteconomia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCCAMP), por um grupo de bibliotecários paulistas; em 1947, surge a Escola de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e, em 1950, surgiu o curso de Biblioteconomia e Documentação da Universidade Federal do Paraná (UFPR), pelo esforço de alguns bibliotecários do Paraná, e a Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), cuja fundadora foi Etelvina Lima. Em 1965 já existiam no Brasil, 14 Escolas e Cursos de Biblioteconomia (CÔRTE, 2015, p. 26).

Por meio do quadro abaixo, observa-se a proporção de alunos matriculados nos cursos de Biblioteconomia existentes entre os anos de 1932 a 1965. São catorze escolas em funcionamento que demonstram a crescente popularização do ensino:

Quadro 13 - Número de Alunos Inscritos nas Escolas de Biblioteconomia

Cursos, Escolas e Faculdades de Biblioteconomia	Estado	Número de Alunos Inscritos
---	--------	----------------------------

		1962	1963	1964	1965
Escola de Bibliotecários e Documentalistas	Bahia	-	-	-	10
Escola de Biblioteconomia e Documentação	Bahia	95	123	136	139
Faculdade de Biblioteconomia	Brasília	-	5	11	39
Curso de Biblioteconomia e Documentação	Ceará	-	-	-	20
Curso da Biblioteca Nacional	Guanabara	88	65	98	114
Escola de Biblioteconomia e Documentação Santa Úrsula	Guanabara	2	34	31	41
Curso de Biblioteconomia	Minas Gerais	40	44	50	75
Curso de Biblioteconomia	Pará	-	-	17	51
Curso de Biblioteconomia e Documentação	Paraná	20	35	37	40
Curso de Biblioteconomia e Documentação	Pernambuco	23	41	57	106
Escola de Biblioteconomia e Documentação	Rio Grande do Sul	99	109	126	119
Escola de Biblioteconomia de São Paulo	São Paulo	67	63	92	118
Faculdade de Biblioteconomia	Campinas	26	29	26	33
Escola de Biblioteconomia e Documentação	São Carlos	12	21	36	38

Fonte: Russo (1966).

O quadro apresentado por Russo (1966), infelizmente, não segrega homens e mulheres. Contudo, ao final da década de 1970, uma comissão formada pelos Coordenadores dos Cursos de Mestrado em Biblioteconomia e o representante da CAPES se organizaram e fizeram “[...] um levantamento para analisar a situação do treinamento e ensino da Biblioteconomia no Brasil” (COORDENAÇÃO DO APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 1978a, p. 5). Neste relatório, é possível observar três aspectos relacionados às mulheres: o número de estudantes matriculados crescia

exponencialmente, tendo como predominante a entrada de mulheres na profissão; o corpo docente varia em número e qualificação, entretanto é majoritariamente constituído por mulheres e; a respeito da alta concentração de bibliotecários nas grandes cidades pontuam:

[...] os profissionais graduados das grandes cidades, devido às possibilidades do mercado de trabalho, tendem a nelas permanecer criando, em consequência, a imagem de que o bibliotecário não emigra, de que é sedentário. A explicação — sem dúvida razoável — é de que isto se deve ao fato da profissão ser exercida predominantemente por mulheres, as quais radicam-se mais em função do local de trabalho dos maridos ou da família. Sem dúvida, o argumento é procedente, mas não explica todo o fenômeno. A explicação mais lúcida parece ser a de que os postos oferecidos no interior não são atrativos do ponto de vista econômico, com a contrapartida negativa do isolamento e da descontinuidade na carreira profissional para os mais ambiciosos (COORDENAÇÃO DO APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, 1978a, p. 6-9).

Em 1974, a Escola de Biblioteconomia da UFMG realiza uma pesquisa para auxiliar no planejamento do ensino, pesquisa e extensão do curso. Por meio dos resultados obtidos, encontra-se uma pequena amostra do perfil do alunado de Biblioteconomia para este período:

[...] os alunos da Escola de Biblioteconomia são jovens, sendo que a maioria deles se situa na faixa de 21 a 25 anos (47,7%). Em todos os períodos essa faixa apresenta a maior incidência, com exceção do 5º período, onde a percentagem maior está na faixa dos 26 a 30 anos (39,4%). Apenas 5,1% dos alunos tem mais de 36 anos. A presença feminina representa a quase totalidade (96,9%) do corpo discente da Escola de Biblioteconomia da UFMG. O sexo masculino é representado pela baixa percentagem de 3,1%”;  
A maior parte dos alunos da Escola de Biblioteconomia da UFMG é solteira (80,3%), sendo o número de alunos casados bem menos significativo (18,7%).  
O status socio-econômico dos alunos de Biblioteconomia é determinado pela situação sócio-econômica de seu pai, marido ou responsável (POLKE, CESARINO, BAHIA, 1977, p. 227).

Dentre os dados apresentados por meio dos dois relatórios temos que o alunado e o corpo docente das turmas de Biblioteconomia são compostas quase que em totalidade por mulheres jovens e solteiras, tendo seu status socioeconômico pautado no pai, marido ou outro responsável.

O interesse central da Biblioteconomia entre as décadas de 1930 a 1970 residiu na ampliação da oferta de cursos. Para Souza (1990, p. 55) isto tinha relação com “[...] a

garantia de prestígio e status profissional representada por uma profissão universitária” do que a uma real preocupação, visto que o conteúdo dos cursos permanecia o mesmo:

O conservadorismo e a falta de criatividade eram manifestados naquele currículo ministrado nas escolas existentes e centrado em Catalogação, Classificação, Referência, Bibliografia, Organização de Bibliotecas e História dos Livros e das Bibliotecas. Mas em nenhum momento se cogitava no estudo do público, do usuário da biblioteca (SOUZA, 1990, p. 55).

Ainda que a área presenciasse uma falta de preocupação com o aspecto social da profissão, foi neste período que a classe bibliotecária se articulou em busca de seus direitos. O aparecimento de movimentos trabalhistas e de eventos acadêmicos, visava não apenas propagar a profissão, mas fortalece-la e assim, atingir um novo patamar para a Biblioteconomia brasileira.

#### • Órgãos de Classe

Em setembro de 1938 foi fundada a Associação Paulista de Bibliotecários – APB em setembro de 1938. O órgão foi filiado à Federação Internacional de Documentação – FID e à *Association of Special Librarie and Information Bureaux* – ASLIB como modo de impulsionar a formação profissional no país (CÔRTE, et al., 2015, p.26).

Em 1959, foi criada a Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições – FEBAB: uma sociedade civil, sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de São Paulo, com prazo de duração indeterminado. Foi articulada por Laura Russo e Rodolfo Rocha Júnior e apresentada no 2º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação - CBBDD, realizado em Salvador com o objetivo de “defender e incentivar o desenvolvimento da profissão” (FEDERAÇÃO..., 2020).

Ilustração 17 - Laura Russo



Fonte: CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA, [2020?].

Laura Russo e Rodolfo Rocha Júnior ressaltam que a criação da FEBAB consistia como imperativa, devido

[...] os problemas da classe e das bibliotecas foram se aviltando, dado o progresso da técnica e da ciência. Instalam-se constantemente, novas bibliotecas, nos mais afastados pontos do Território Nacional; fundam-se Escolas de Biblioteconomias com os mais diferentes currículos e fundam-se associações de bibliotecários que procuram dia a dia, um caminho para a consecução do ideal de bem servir à coletividade por profissionais capazes e integrados em seu devido lugar na sociedade (FEDERAÇÃO..., 1961, p. 38 apud CASTRO, 2000).

Entretanto, a ideia de constituir uma entidade nacional remete a Bernadette Sinay Neves, a “[...] primeira bibliotecária brasileira a encetar estudos e apresentar propostas visando a criação da Federação de Associações de Bibliotecários Brasileiros<sup>32</sup>, merecendo dos congressistas um voto de louvor” (BOLETIM III CBBD, 1961, p. 19 apud CASTRO, 2000).

Deste modo, os objetivos da primeira gestão da FEBAB consistiam em:

- a) congregar as Associações de Bibliotecários do País com o objetivo de defender a classe, nos terrenos técnicos, cultural, social e econômico;
- b) contribuir para a solução dos problemas atinentes à Classe, quer regionais, quer nacionais;
- c) prestar toda a assistência possível às Associações filiadas;
- d) servir como centro de documentação e informação das atividades biblioteconômicas do País, contribuindo, dessa maneira, para o aprimoramento cultural e técnico da classe e desenvolvimento das bibliotecas brasileiras (FEDERAÇÃO..., 1989, s. p.).

Destaca-se que a primeira gestão da FEBAB (1961-1962) foi composta por mulheres residentes do eixo Rio-São Paulo. A existência de um órgão de representação política majoritariamente feminino afirma o caráter feminizado da profissão, mais que isso, simboliza uma quebra de paradigmas se comparado com outras áreas científicas do mesmo período:

Presidente: Laura Russo – São Paulo  
 Vice-Presidente: Maria Helena Brandão – São Paulo  
 1ª Secretária: Philomena Bocatelli – São Paulo  
 2ª Secretária: Odette S. de Oliveira Penna – Guanabara;  
 1ª Tesoureira: Maria Alice de Toledo Leite – São Paulo  
 2ª Tesoureira: Heloisa Medeiros – Guanabara

---

<sup>32</sup> Durante o II CBBD, os participantes optaram pelo nome Federação Brasileira de Associações de Bibliotecárias – FEBAB devido esta denominação ser de mais fácil entendimento e pronuncia (CASTRO, 2000; FEBAB, 1961).

Bibliotecária: Cacilda B. de Souza Reis – São Paulo (FEDERAÇÃO..., 1989).

O CFB foi institucionalizado em 1966 com a posse de seus primeiros membros. Nas primeiras reuniões, a massa documental identitária do movimento foi produzida, como exemplo o Regimento Interno e o primeiro Código de Ética do profissional Bibliotecário, assim “[...] fica evidente o grande desafio da primeira gestão do CFB em começar a dar os primeiros passos para a produção de documentos oficiais que serviriam de base para o que se tem hoje de mais atual no Sistema CFB/CRB, sobre aspectos ligados à missão do sistema” (PINHEIRO, 2015, p. 193). Ressalta-se ainda que a primeira gestão foi composta majoritariamente por mulheres:

Composição da 1ª gestão do CFB 1966 a 1969

Presidente: Laura Garcia Moreno Russo (SP)

1ª secretária: alice camargo guarmeri (SP)

2ª secretária: maria corothea barbosa (PR)

tesoureira: heloisa de almeida prado (SP)

Marcelina Dantas (PR)

Lourdes Calharina Gregol (RS)

Adélia leite coelho (DF)

cordelia robalinho cavalcanti (DF)

Lydia de Queiroz Sambaqui (RJ)

Etelvina Lima (MG)

Eurydece Pires de Sant’anna (BA)

Ivanilda Fernandes da Costa (PE)

suplentes:

Ida Brandão de Sá Pessoa (PE)

Ruth Versiani Moreira (MG)

Mercedes Jesus T. Forti (SP) (CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA, [2020?]).

#### • O Congresso Brasileiro de Biblioteconomia – CBBD:

No ano de 1953 ocorreu o primeiro Congresso de Bibliotecas do Distrito Federal e em 1954 o primeiro Congresso Brasileiro de Biblioteconomia – CBBD (CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 2019; SOUZA, 1990). O CBBD foi responsável por moldar o

o padrão de educação social e politicamente conservadora ainda hoje predominante na formação de bacharéis em Biblioteconomia no Brasil. A razão dessa postura pode estar agarrada à ideia difundida no país, nos anos 1940-1950, de que o bibliotecário era o “Servo dos servos da cultura”, uma categoria subalterna à razão técnica, associada ao

princípio da modernização do Estado e da economia brasileira a partir do primeiro governo de Getúlio Vargas (SOUZA, 2015, p. 174).

O primeiro CBBB foi sediado na cidade de Recife, Pernambuco com o tema “Situação atual do leitor brasileiro e Ensino Profissional; Processos Técnicos; Bibliotecas Públicas e Bibliotecas Infantis e de Escolas Primárias; Bibliotecas Especializadas; Bibliografias, Associações Bibliotecárias e Legislação profissional” (CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO). A criação deste evento foi

[...] o marco de um momento em que a política, a economia e a sociedade brasileiras estavam em ebulição. Sob este ângulo, o CBBB não nasceu para dar respostas ao momento político, econômico e social. Ele nasceu para afirmar um grupo profissional. Os próprios profissionais da Biblioteconomia, no período, são aburguesados e o destino das bibliotecas importava muito pouco (SOUZA, 1990, p. 54-55).

Para Souza (2015) as discussões do primeiro e do segundo CBBB centravam-se na formação do bibliotecário, nos nomes das disciplinas, a duração dos currículos, a localização do curso na estrutura universitária, além da demanda de novos cursos. Somente a partir da quarta edição do evento que a preocupação passou a ser em cima da melhoria do ensino da Biblioteconomia, ainda que não explicitamente.

Ao pesquisarmos acerca do CBBB constata-se novamente a necessidade emergente da Biblioteconomia direcionar estudos para a preservação de conteúdos relacionados ao histórico da área. Souza e Cançado (2016, p. 1) ressaltam que os anais do CBBB entre os anos de 1965 a 2011 disponíveis apenas em formato impresso “[...] estão se deteriorando por causa do tempo e da sua utilização. Também não foi encontrada a coleção completa em nenhuma biblioteca, assim os registros da trajetória dos bibliotecários podem se perder”.

### • O Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação

Em 1954 foi criado o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação – IBBD<sup>33</sup> como órgão do Conselho Nacional de Pesquisas – CNPq inspirado pela Unesco

---

<sup>33</sup> Desde 1976, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT por influência da *United Nations International Scientific Information System* - Unisist, dos Centros Nacionais de Informação Científica – Natis, dos Centros Nacionais de Informação Científica e das diretrizes introduzidas pela Unesco em países em desenvolvimento na América Latina (PINHEIRO, BRASCHER, BURNIER, 2005, p. 30)

com intermediação da Fundação Getúlio Vargas – FGV (PINHEIRO, BRASCHER, BURNIER, 2005, p. 30) como

[...] um centro de documentação visando ao apoio das instituições científicas, técnicas e industriais, para o desenvolvimento do Brasil, da pesquisa científica e da educação de nível superior. Seu papel seria, fundamentalmente, o de incentivo, apoio e colaboração (PINHEIRO, 1997, p. 81).

O IBBD foi planejado por Lydia Queiroz Sambaquy, bibliotecária formada pela Biblioteca Nacional em 1940. Conforme Silva (1987 apud ODDONE, 2006, p. 49) “[...] os documentos pessoais de Lydia são claros, autorizando perfeitamente uma conclusão: todo o projeto de criação do IBBD foi inteiramente planejado, definido e escrito por Lydia, inclusive rascunhos de documentos que mais tarde se tornariam oficiais”.

Ilustração 18 - Jannice e Lydia planejando o IBBD, 1954



Fonte: Arquivo pessoal Jannice Monte-Mór apud Oddone (2006).

Para Oddone (2006) as ideias de Lydia a respeito do trabalho bibliográfico foram fomentadas por uma viagem feita pela mesma em companhia de Jannice Monte-Mór pelas principais bibliotecas e centros de documentação da Europa e do Estados Unidos em 1952. O convite foi feito por Paulo Carneiro, representante do Brasil na Unesco e contou com o apoio da Fundação Getúlio Vargas.



## Ilustração 19 - Lydia Sambaquy e Jannice Monte-Mór pela Europa



Fonte: Monte-Mór (2012).

Foi no IBBD que Lydia Sambaquy criou o “Curso de Pesquisas Bibliográficas em Ciências Médicas e em Ciências Agrícolas” em 1955, posteriormente denominado como “Curso de Documentação Científica”. Este curso foi o embasamento para o que viria a se configurar como o mestrado em Ciência da Informação na década de 1970 (PINHEIRO, 2013). Um diferencial adotado neste curso reside na admissão de não somente bibliotecários, mas profissionais de outras áreas. Daí surge uma controvérsia na área, tendo por representantes, de um lado Lydia Sambaquy e do outro, Laura Russo. A primeira defendia um distanciamento entre a atividade profissional praticada no IBBD e a Biblioteconomia tradicional, enquanto que a segunda intervia a favor da “pura” Biblioteconomia (ODDONE, 2006; SOUZA, 1990).

Entretanto, destaca-se que o discurso corporativista de Laura Russo foi fundamental para a articulação de órgãos, leis e regulamentos que asseguram direitos e deveres para a classe bibliotecária nas décadas seguintes. Por outro lado, a posição de Lydia assinala no que já conhecemos como uma das raízes para a Ciência da Informação brasileira: a interdisciplinaridade. Ambas são peças fundamentais para a consolidação de um Biblioteconomia mais atuante nas décadas seguintes.

## • Regulamentação da profissão de bibliotecário e do Currículo Mínimo

Em 1958, Laura Russo juntamente com outras bibliotecárias brasileiras comemoram a primeira conquista: a Portaria N° 162 do Ministério do Trabalho e Previdência Social – MTPS que regulamenta a profissão como liberal e inclui a profissão de bibliotecário no 19° Grupo – Bibliotecários, do plano da Confederação Nacional das Profissões Liberais – CNPL:

Entendeu o gestor que a profissão possuía cunho liberal. Profissional liberal, de acordo com a CNPL, é o profissional capaz de exercer, com liberdade e autonomia, a sua profissão, para a qual recebeu formação técnica ou superior específica, reconhecida oficialmente. O exercício dessa profissão pode ocorrer com ou sem vínculo empregatício, porém sempre acompanhado por organismos de fiscalização do exercício profissional (CÔRTE et al, 2015, p. 27).

Em junho de 1962, outra conquista foi obtida: a Lei n° 4.084 que regulamenta o exercício da profissão de bibliotecário. Conforme Côrte et al (2015, p. 27) “Muito se deve à atuação e aos esforços de bibliotecárias como Laura Garcia Moreno Russo, Lydia de Queiróz Sambaqui, dentre outras, que, com persistência e coragem, trabalharam em prol da regulamentação da profissão, por muitos anos”.

a conquista pela regulamentação da Lei n° 4.084/62 não surgiu por um acaso, pois, já por volta da década de 50, um grupo de bibliotecários, liderados por Laura Garcia Moreno Russo, bibliotecária de São Paulo, já começava a defender a ideia de ter a profissão oficialmente reconhecida pelos poderes públicos e, conseqüentemente, pela sociedade brasileira. Laura Russo entrou para história da Biblioteconomia no Brasil pelos inúmeros trabalhos em que esteve à frente. No entanto, podemos destacar que, entre outros feitos, suas principais marcas históricas foram, sem dúvida, ter sido a primeira presidente da Federação Brasileira de Associação de Bibliotecários (Febab), que tem como missão defender e incentivar o desenvolvimento da profissão - de 1961 a 1974 -, e a primeira presidente do CFB que tem por finalidade orientar, supervisionar e disciplinar o exercício da profissão de bibliotecário em todo território nacional, período de 1966 a 1968. Se bem observarmos, foram dois grandes legados que marcaram a importância exemplar da trajetória de Laura Russo em busca do sucesso, da consolidação e do respeito pelo exercício da profissão de bibliotecário no Brasil (CÔRTE et al, 2015, p. 192-193).

Destaca-se que a Lei n° 4.084 de 1962 não foi apenas responsável por regulamentar a profissão, mas também por padronizar as disciplinas obrigatórias nos Cursos por meio do primeiro Currículo Mínimo e a criação do CFB, cuja função consiste em fiscalizar o exercício da profissão por todo o país.

O Currículo Mínimo prevê uma relação de “[...] matérias (assuntos) descritas mediante ementas, cujos conteúdos devem constituir o cerne dos programas de formação profissional. Esses conteúdos são adaptados por curso, segundo suas necessidades e possibilidades” (MUELLER, 1988, p. 71).

Este primeiro Currículo Mínimo para os Cursos de Biblioteconomia centrou as disciplinas em dois grandes grupos: cultural e humanístico e outro com assuntos mais técnicos, o que despertou insatisfação em algumas escolas que consideraram excessivo o número de matérias culturais. Também foi previsto a duração de três anos letivos para o curso, sendo expresso em 1962 como 2050horas/aula (MUELLER, 1988; RUSSO, 1966). Este currículo foi adotado

Para atender à formação universitária dos profissionais bibliotecários, visando responder ao quadro legal dado pela nova lei, foi aprovado em 1962 o primeiro currículo mínimo oficial, com a exigência de três anos de duração de estudos de bacharelado. Isso produziu uma situação que ainda não foi devidamente examinada em pesquisas biblioteconômicas. É que a circunstância de se viver em um país politicamente livre, supostamente, determina uma orientação político-filosófica para um dado currículo. Essa orientação, dadas as circunstâncias que se apresentam, tende a ser incompatível com a vida que se leva em um país em que a sociedade está submetida à ameaça aos direitos individuais de seus membros, vindo esses a sofrer potencial perseguição quanto aos seus pensamentos e modos de ação (SOUZA, 2015, p. 173).

Depois de vinte anos, em 1982, um novo Currículo Mínimo foi adotado. Desta vez, as matérias foram divididas em três grupos: Matérias de Fundamentação Geral, Matérias Instrumentais e Matérias de Formação Profissional. A duração mínima estabelecida foi de quatro anos letivos, cerca de 2.500 horas/aulas mais 10% de duração destinados a um estágio, totalizando assim 2.750 horas/aulas (MUELLER, 1988).

#### • **Mulheres na gestão da Biblioteca Nacional**

A primeira gestão da Biblioteca Nacional coordenada por uma mulher se deu somente na década de 1970, a bibliotecária Jannice Monte-Mór. Posteriormente, outras quatro mulheres à frente da instituição: Célia Zaher, Maria Alice Barroso, Lia Temporal e Helena Severo. Se contarmos o cargo de diretora interina ou substituta (cargo similar ao de vice-diretora) somam-se os nomes de Marina Rôxo e Alice Barros Maia.

Quadro 14 – Diretoras da Biblioteca Nacional

Nome	Período de atuação	Cargo	Profissão
Marina Rôxo	1959-1959 1960-1960 1971-1979	Diretora interina/substituta	Bibliotecária
Jannice Monte-Mór	1971-1979	Diretora-geral	Bibliotecária
Célia Ribeiro Zaher	1982-1984	Diretora-geral	Bibliotecária
Alice Barros Maia	1982-1984	Diretora interina/substituta	Bibliotecária
Maria Alice Barroso	1984-1989	Diretora-geral	Bibliotecária, Romancista, Cronista, Jornalista
Lia Temporal	1984-1989, 1989-1990	Diretora interina/substituta e diretora geral.	Bibliotecária e Arquivista.
Helena Severo	2016 - 2020	Presidente	Empresária e Gestora Pública

Fonte: Elaborado pela autora.

A gestão que mais se tem conhecimento é a de Jannice Monte-Mór devido aos estudos empreendidos por Fujita (2015) e Grings (2018). Sabe-se que ela foi diretora da Biblioteca Nacional por nove anos, de 1971 a 1979, e consiste em um marco histórico e político para a Biblioteconomia brasileira:

Sua direção é por muitos considerada um dos principais marcos da história da Biblioteca Nacional: uma gestão renovadora, norteada para a reforma administrativa da Biblioteca, à luz do então novo conceito de bibliotecas nacionais, o seu papel na coletividade a que serve e, principalmente, nos sistemas de informação bibliográfica do país (GRINGS, 2018, p. 96).

A indicação de Monte-Mór para a direção da Biblioteca Nacional foi feita por Maria Alice Barroso, também bibliotecária, ao ministro da Educação e Cultura, Jarbas Passarinho. Outro forte candidato na época foi Adonias Filho, escritor e intelectual, entretanto Jannice assumiu a posição “Como resultado do cenário de forte discussão corporativista criado por Edson Nery nos anos 60” (GRINGS, 2018, p. 96).

Ainda que a posse de Jannice tenha ocorrido de modo totalmente legal, a mídia tratou o fato com descaso:

A falta de “trânsito” público e político de Jannice, no momento de sua indicação para a direção da Biblioteca Nacional, se fez notar fortemente no discurso da imprensa, que inicialmente sequer grafou seu nome corretamente. Sem contar as diversas vezes que seu nome foi escrito sem o “n” dobrado e as várias formas incorretas para o sobrenome, o JB lhe chamou de “Djanice Montemor”; para o Diário de Notícias, ela era “Janice Montemar”, e o Correio da Manhã chegou a chamá-la “Janine”. Em dezessete ocorrências de citações à Biblioteca Nacional durante seu processo de nomeação e a sua gestão, seu nome aparece em somente dez; em outras ocasiões, a menção é substituída por expressões como “a direção da Biblioteca”, ou somente “A Biblioteca” (GRINGS, 2018, p. 97-98).

Dentre as características de sua gestão, sinaliza-se que foi responsável por agregar à instituição o moderno conceito de Bibliotecas Nacionais defendido pela UNESCO na década de 1970. Outro marco consiste no retorno da publicação dos Anais da Biblioteca Nacional (GRINGS, 2018), sendo possível encontrar seu relatório completo e minucioso sobre a situação da Biblioteca Nacional antes e após assumir o cargo. Por meio destes relatórios, conheceu-se as metas atingidas e não atingidas pela administração de Monte-Mór:

Quadro 15 - Metas atingidas e não atingidas na administração de Jannice (1971-1979)

<b>Metas atingidas</b>	<b>Metas não atingidas</b>
- Implementação parcial da reforma administrativa;	- Aumento do espaço físico;
- Recuperação física e tombamento do IPHAN;	- Lotação do quadro de pessoal técnico e auxiliar;
- Implementação da Microfilmagem visando à preservação do acervo;	- Autonomia administrativa da Biblioteca.
- Desenvolvimento do Formato CALCO (Catalogação Legível por Computador);	
- Inventário do acervo de periódicos e processamento por computador do acervo correspondente;	
- Inventário das diversas seções e Divisões de Referências Especializada;	
- Instalação de telex e do terminal de computador PRODASEN (ligação direta do sistema do Senado para receber informações de legislação);	

- Estudos preliminares, elaborados por Comissão Técnica, para fundamentar o projeto de um futuro Edifício-Anexo para BN;	
- Atualização das publicações periódicas: Anais da Biblioteca Nacional e Boletim Bibliográfico;	
- Implantação do Sistema ISBN;	
- Designação da BN, pela Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos, como biblioteca depositária das fitas magnéticas do Formato MARC II;	
- Aumento das pesquisas sobre conservação e restauração de documentos com a participação de técnicos estrangeiros e nacionais;	

Fonte: FUJITA, 2015, p. 105.

Sem dúvidas, a gestão das demais diretores da Biblioteca Nacional também foram responsáveis por grandes mudanças para a instituição, entretanto, pouco se sabe a respeito. Além disso, essas mulheres estiveram à frente não só da Biblioteca Nacional, mas de outras instituições basilares para o desenvolvimento da Arquivologia, Biblioteconomia e Ciência da Informação no âmbito brasileiro.

Ilustração 20 - Lydia Sambaquy, idealizadora do IBBD e percusora da Ciência da Informação no Brasil



Fonte: Arquivo pessoal Lydia de Queiroz Sambaquy apud Oddone (2004).

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio do percurso histórico traçado para a Biblioteconomia brasileira neste estudo, compreendeu-se que a profissão bibliotecária, amplamente feminizada nos dias atuais, passou a atrair um alto número de mulheres a partir da década de 1930. Anteriormente, somente homens ocuparam o cargo de bibliotecário nas mais diversas instituições culturais do país. Deste modo, a figura do bibliotecário brasileiro perpassa três parâmetros: o bibliotecário religioso no período colonial, seguido do erudito e intelectual na República e por fim, o tecnicista, já na Era Vargas.

Verificou-se que a admissão tardia de mulheres nas escolas se deu devido a figura da mulher estar arraigada aos cuidados com o lar, marido e filhos, situação esta que perdurou por séculos. Ainda que para os povos indígenas a proibição de frequentar a escola não fosse compreendida, viu-se que a coroa portuguesa foi determinante para que o sexo feminino se mantivesse afastada das escolas. A única alternativa para que as mulheres obtivessem algum conhecimento, consistia nos conventos. Entretanto, o primeiro convento foi fundado em 1677, enquanto que homens e meninos eram educados desde a chegada dos jesuítas em 1549.

As bibliotecas deste período estavam sob domínio da Igreja, sendo os religiosos incumbidos dos cuidados com os livros, tornando-se assim os primeiros bibliotecários. Somente no século XIX, presenciou-se o aparecimento de bibliotecas não religiosas. Estas, em sua maioria, foram criadas por homens de alto poder aquisitivo e político que, após viagens ao exterior, buscavam nas repartições públicas meios para a instalação de bibliotecas que favorecem as comunidades brasileiras. Emerge a figura do bibliotecário bibliófilo, atuante no ofício pelo amor e respeito para com os livros.

No Rio de Janeiro de 1914, Manuel Peregrino da Silva, diretor da Biblioteca Nacional, foi o responsável por instaurar um novo marco para a Biblioteconomia brasileira. Criou o primeiro curso profissionalizante na área, voltado principalmente para o aprimoramento dos funcionários da instituição. As disciplinas ministradas eram influenciadas pela *École Nationale de Chartres*, na França. Conforme o perfil da época, as turmas e o corpo docente deste curso foram compostas somente por homens em seus primeiros anos de funcionamento.

Quinze anos depois, em 1929, outra divisa foi estabelecida. O *Mackenzie College* funda um novo curso de Biblioteconomia, desta vez, amplamente pautado pelo pragmatismo estadunidense. O diretor do Colégio na época convida, Adelpha Figueiredo



para organizar a Biblioteca, entretanto, a professora não tinha conhecimentos práticos suficientes para tal tarefa. Assim, emerge a figura de Dorothy Gropp, bibliotecária vinda dos EUA que rapidamente introduz Adelpha na Biblioteconomia anglo-saxã. No ano seguinte, Adelpha deixa o Brasil e embarca rumo à graduação em Biblioteconomia na *Columbia University*. Ao retornar, Adelpha se torna precursora, responsável por abrir caminhos para que a profissão bibliotecária englobe o feminino. Torna-se a primeira mulher bibliotecária brasileira.

O Curso do Mackenzie College deixa de ser ofertado em 1935, visto que em 1936 foi criado um pelo Departamento de Cultura de São Paulo. O corpo docente foi composto por Adelpha Figueiredo e Rubens Borba de Moraes, este também bibliotecário, graduado nos Estados Unidos, mas encarregado de disciplinas voltadas para o aspecto social e histórico do livro, visto antes de tudo, Rubens era um bibliógrafo e bibliófilo nato. Por sua vez, Adelpha se encarregava de Catalogação, Classificação e Organização de Bibliotecas.

Por meio da divisão destas disciplinas, vê-se em Adelpha e Rubens, personagens divergentes. Ainda que Rubens se enquadrasse na vertente anglo-saxã, é Adelpha, a mulher bibliotecária, atribuída de ministrar as disciplinas de cunho tecnicista, predominantes nos currículos de Biblioteconomia dos EUA em que as mulheres já eram maioria. Assim, Rubens simboliza, de certo modo, a Biblioteconomia praticada no período republicano, ancorada no ideal dos livros e das bibliotecas como cultura maior. Enquanto Adelpha, representa a nova Biblioteconomia, fortemente pragmática, cuja primazia centra-se na organização dos acervos.

Outro ponto consiste na possível comparação de documentos sobre o período. Ao olharmos a lista de alunos inscritos no curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional, têm-se somente nomes masculinos. Já ao observar notícia de jornal da primeira turma graduada pelo Departamento de Cultura, as mulheres são maioria. A partir disto, foi possível inferir que a Biblioteconomia brasileira deixa a influência europeia e adentra os parâmetros estadunidenses, tendo como marco principal desta transição, a predominância de mulheres numa profissão que outrora fora masculinizada.

Assim, a influência dos Estados Unidos age como força canalizadora para a Biblioteconomia brasileira devido aos seguintes fatores:

- O fato deste segundo curso em Biblioteconomia surgir por intermédio do *Mackenzie College*, instituição esta pautada nos princípios pedagógicos estadunidenses. Deste modo, a organização da Biblioteca foi pautada nas práticas biblioteconômicas

veiculadas nos Estados Unidos, tendo Dorothy Gropp, bibliotecária norte-americana, responsável por introduzir Adelpha Figueiredo nas noções básicas da Biblioteconomia;

- Em 1929, a Biblioteconomia já se consagrava como uma profissão feminizada nos Estados Unidos, visto que Melvil Dewey, por razões ainda controversas, constituiu um alunado composto por mulheres desde a sua primeira turma. Aliado a isto temos que campos como a Classificação e a Catalogação já eram consolidados, disciplinas estas que integram o chamado eixo técnico da Biblioteconomia.

- O tecnicismo engloba a noção de produtividade, característica esta que se alinha aos preceitos educacionais existentes na década de 1930. Tem-se que a expansão dos cursos de Biblioteconomia a partir deste período ocorre rapidamente, tendo em seus currículos, disciplinas de cunho organizacional, cujo enfoque consiste na transmissão de técnicas. O modelo tecnicista visa atender aos setores produtivos, sendo a criação de bibliotecas, universidades e cursos acadêmicos, medidas que comprovam a prioridade da educação para o governo.

- A Biblioteconomia estadunidense se aproxima do Magistério, visto que nesta visão a biblioteca é concebida como uma extensão do ambiente escolar. A figura da professora-educadora se estende para a da bibliotecária-educadora. A profissão de professor/a consiste em uma das áreas que mais empregam mulheres.

- A Biblioteconomia integra o Setor Terciário da Economia, responsável pela prestação de serviços. Um dos elementos que compõem esse setor é a Educação, fator este que, novamente, contribui para que a Biblioteconomia se desperte a presença de mulheres.

A articulação destes fatores no curso de Biblioteconomia de São Paulo foi determinante para que a Biblioteconomia brasileira praticada até aquele momento se alterasse. Se anteriormente tinha-se uma profissão masculinizada, ela agora passa a atrair um alto número de mulheres para a sala de aulas; os conhecimentos eruditos cedem espaço para técnicas; a Biblioteca Nacional passa a ter mulheres como funcionárias.

Conforme a Biblioteconomia se consolida, surgem Movimentos e Associações, estes, em sua maioria, liderados por mulheres. Há também uma expansão de cursos por todo o território brasileiro, idealizados pela nova leva de alunas graduadas. A profissão foi reconhecida primeiramente como liberal, e em seguida, como exclusiva dos bacharéis e bachareladas em Biblioteconomia. Passa a ter um Código de Ética, ser fiscalizada pelo Conselho Federal e Conselhos Regionais. A FEBAB e CBBB ficam com a missão de

divulgar e incentivar a profissão, além de discutir as principais problemáticas e avanços da área. Conforme viu-se, grande parte destes acontecimentos tiveram mulheres a frente.

Por meio do percurso histórico traçado para a Biblioteconomia brasileira voltado para as mulheres da área, teve-se que os objetivos propostos foram atingidos conforme se segue:

Quadro 16 – Objetivos alcançados nesta pesquisa

Objetivos		Capítulo
<b>Objetivo geral:</b>	evidenciar a presença de mulheres no processo de consolidação da Biblioteconomia brasileira.	Capítulo 3
<b>Objetivo específico a)</b>	descrever analiticamente o quantitativo de mulheres nas primeiras décadas de oferecimento do curso de Biblioteconomia do Rio de Janeiro (1911) e de São Paulo (1929).	Subseções 3.2 e 3.3
<b>Objetivo específico b)</b>	identificar participação e os cargos ocupados por mulheres na fundação de Escolas e Cursos, Associações, Órgãos de Classe e Sindicatos relacionados à Biblioteconomia no período de 1929 a 1971;	Subseção 3.4
<b>Objetivo específico c)</b>	analisar quais os fatores que favoreceram para que a Biblioteconomia brasileira se consagrasse como uma profissão feminizada.	Capítulo 4

Fonte: elaborado pela autora

O **objetivo geral** da pesquisa foi alcançado na medida em que se desenvolveu o percurso histórico da Biblioteconomia por meio da leitura e compreensão de fontes bibliográficas, responsáveis pelo registro dos fatos aqui abordados. Neste processo, destacou-se as bibliotecárias Adelpha Figueiredo, a primeira bibliotecária brasileira; Cecília Roxo e Maria Afonseca, primeiras mulheres a integrarem o quadro de funcionários da Biblioteca Nacional; Jannice Monte-Mór, primeira diretora da Biblioteca Nacional; Laura Russo, bibliotecária responsável pela idealização do primeiro Código de Ética do profissional bibliotecário, pela regulamentação da profissão, criação do CFB e da FEBAB e; Lydia Sambaquy, idealizadora do IBBD e precursora para o desenvolvimento da Ciência da Informação no Brasil.

O **primeiro objetivo específico** foi atingido, visto que se constatou o número de mulheres nas primeiras décadas de oferecimento do curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro. De 1915 a 1923, as turmas foram compostas por homens, em sua maioria funcionários da própria instituição. Nesse período, o corpo docente era majoritariamente homens. De 1932 a 1942, a proporção de mulheres aumenta exponencialmente: de 10 passa-se para 158, além disso, as mulheres passam não só a integrar o quadro de funcionários, como também o corpo docente.

Nesse intervalo de tempo de 1923 a 1942, surge o curso de Biblioteconomia pelo Mackenzie College em São Paulo. As primeiras aulas foram ministradas por Dorothy Gropp que, em 1929, introduz Adelpha Figueiredo nas práticas biblioteconômicas. Nos anos seguintes, Adelpha Figueiredo se encarrega das disciplinas e passa a lecionar. Não foi possível encontrar dados sobre o número de inscritos.

O **segundo objetivo específico** foi obtido, uma vez que foi destacado os cargos ocupados por mulheres em órgãos ligados ao percurso histórico da Biblioteconomia. Fundada em 1938, a FEBAB foi idealizada por Laura Russo e Rodolfo Rocha Júnior; o CFB foi institucionalizado em 1966, tendo Laura Russo como presidente da primeira gestão (1966 a 1969); criação do IBBD em 1954, idealizado por Lydia Sambaquy; a Lei Nº 4.084 que prevê o exercício da profissão de bibliotecário, como parte dos esforços de Laura Russo e Lydia Sambaquy; a primeira gestão da Biblioteca Nacional coordenada por uma mulher em 1971, pela bibliotecária Jannice Monte-Mór, além de outras quatro mulheres como diretoras e duas no cargo de vice-diretora.

O **terceiro objetivo específico** foi cumprido, pois compreendeu a influência da Biblioteconomia estadunidense como fator principal para que a Biblioteconomia no Brasil se tornasse uma escolha profissional para as mulheres. Nos Estados Unidos, a profissão já era considerada feminizada, devido aos esforços de Melvil Dewey e do cunho tecnicista presente em disciplinas como Catalogação, Classificação e Organização de Bibliotecas.

O que a princípio seria um trabalho para enfatizar as mulheres pioneiras da Biblioteconomia brasileira, se tornou uma busca exaustiva por vestígios históricos que explicassem as causas da entrada de mulheres em uma profissão que até então, havia empregados somente homens. Entretanto, enfatiza-se que a temática de gênero e da divisão sexual do trabalho ligado à área da Biblioteconomia consiste em um elemento pouco abordado no âmbito nacional, de modo que a escassez de referências bibliográficas que alicerçassem em totalidade o desenvolvimento desta pesquisa consistiu em uma

característica recorrente. Deste modo, revelou-se a necessidade de não só empreender mais estudos na área acerca do tema, mas de recuperar e preservar as fontes históricas capazes de fundamentar as questões e demandas levantadas.

Constatou-se por meio desta pesquisa que a Biblioteconomia brasileira na contemporaneidade define-se sim como feminina e feminizada e a partir disto, conforme assinalado anteriormente por Botassi (1984, p. 04), tal fato não deve ser recebido com vitimização, mas sim com uma posição ativa que rompe com as afirmações deterministas impostas às mulheres: “[...] é importante que [nós, bibliotecárias] mantenhamo-nos como “seres pensantes”, mesmo que coloquem-nos na posição de “impertinentes”.”

Assim, ainda que desvalorização que acomete a Biblioteconomia brasileira seja derivada do descaso dado às profissões feminizadas, vale reforçar que os avanços da profissão são conquistas destas mulheres que, dada a certas condições sociais, conseguiram ascender e elevaram a Biblioteconomia a outra patamar. A partir disto, evidencia-se que não somente a Biblioteconomia enquanto área que possibilita o acesso à informação deve ser considerada, mas também todo o seu percurso histórico. Para tanto, é mais que fundamental que as mulheres e os homens que representam e atuam na profissão bibliotecária agreguem a noção de gênero em suas discussões.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Laís Wendel. **A inserção da mulher no mercado de trabalho: uma força de trabalho secundária?**. 2007. 328 f. Tese (Doutorado) - Curso de Sociologia, Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-23102007-141151/publico/TESE\\_LAIS\\_WENDEL\\_ABRAMO.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-23102007-141151/publico/TESE_LAIS_WENDEL_ABRAMO.pdf). Acesso em: 28 abr. 2020.
- ABREU, Márcia. Quem lia no Brasil Colonial? In: Congresso Brasileiro em Ciências da Comunicação, 24., 2001, Campo Grande. **Anais...** Campo Grande: Intercom, 2001. p. 1 - 18. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2001/arquivos/np04.htm#abreuquem>. Acesso em: 28 abr. 2019.
- AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. **Melvil Dewey Medal**. 2019. Disponível em: <http://www.ala.org/awardsgrants/melvil-dewey-medal>. Acesso em: 09 set. 2019.
- ALGRANTI, Leila Mezan. **Honradas e devotas: mulheres da Colônia (estudo sobre a condição feminina através dos conventos e recolhimentos do sudeste - 1750-1822)**. 1992. 369 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992. Disponível em: [https://www.pagu.unicamp.br/pf-pagu/public-files/arquivo/69\\_algranti\\_leila\\_mezan\\_termo.pdf](https://www.pagu.unicamp.br/pf-pagu/public-files/arquivo/69_algranti_leila_mezan_termo.pdf). Acesso em: 28 abr. 2020.
- ALMEIDA, Jane Soares. **Mulher e Educação: a Paixão pelo Possível**. São Paulo: Fundação da Editora da UNESP, 1998.
- ALMEIDA, Neilia Barros Ferreira de. **Biblioteconomia no Brasil: análise dos fatos históricos da criação e do desenvolvimento do ensino**. 2012. 159 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência da Informação, Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2012. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/11170>. Acesso em: 22 jun. 2019.
- ALMEIDA, Neilia Barros Ferreira de; BAPTISTA, Sofia Galvão. Breve histórico da Biblioteconomia brasileira: formação do profissional. In: Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação, 25., 2013, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: CBBD, 2013. p. 3450 - 3462. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/anais/article/view/1508>. Acesso em: 22 jun. 2019.
- ARAÚJO, Priscila Benevides de. **A participação das mulheres na Segunda Guerra Mundial: baseado nos estudos de Wendy Lower**. 2019. 25 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2019. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/20297/1/TCC%20-%20PRISCILA%20BENEVIDES%20DE%20ARA%20C3%29AJO.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2020.

ASSOCIAÇÃO DE BIBLIOTECÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL. Entrevista com Rubens Borba de Moraes. **Boletim Informativo ABDF**, Brasília, v. 1 n.7, p. 3-5, set. 1988.

AZEVEDO, Fernando de. A Cultura Brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil. São Paulo: Melhoramentos; Brasília: INL, 1976. 238p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=255807&view=detalhes> Acesso em: 28 abr. 2020.

AZZI, Riolando; REZENDE, Maria Valéria. A vida religiosa feminina no Brasil colonial. In: AZZI, Riolando (org.). **A vida religiosa no Brasil**. São Paulo: Ed. Paulinas, 1982.

BANDEIRA, Lourdes. Divisão sexual do trabalho, práticas simbólicas e práticas sociais. In: SIQUIERA, Deis E. et al. **Relações de trabalho, relações de poder**. Brasília/DF: UnB, 1997, p. 155-176.

BANDEIRA, Suelena Pinto. **O mestre dos livros**. Brasília: Briquet de Lemos, 2007. 129 p.

BARRETO, Andreia. A mulher no ensino superior: distribuição e representatividade. **Cadernos do GEA**, n. 6, jul./dez., 2014. Disponível em: [http://flacso.org.br/files/2016/04/caderno\\_gea\\_n6\\_digitalfinal.pdf](http://flacso.org.br/files/2016/04/caderno_gea_n6_digitalfinal.pdf) Acesso em: 27 ago. 2017.

BASILIO, Esdra. Gênero na Biblioteconomia: região centro-oeste (1962-2018). : Região Centro-Oeste (1962-2018). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 30., 2019, Recife. **Anais [...]**. Recife: Anpuh-brasil, 2019. p. 1-12. Disponível em: [https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1564595588\\_ARQUIVO\\_TextoparaAnpuhnacional2019.pdf](https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1564595588_ARQUIVO_TextoparaAnpuhnacional2019.pdf). Acesso em: 28 abr. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 8.835**, de 11 de julho de 1911. Approva o regulamento da Bibliotheca Nacional. Rio de Janeiro, 1911. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8835-11-julho-1911-502890-republicacao-102224-pe.html> Acesso em: 05 maio 2020.

BRASIL. **Decreto n. 15.395**, de 27 de abril de 1944: Aprova o Regulamento dos Cursos da Biblioteca Nacional. Diário Oficial da União, 02 mai. 1944. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-15395-27-abril-1944-327098-norma-pe.html>. Acesso em: 23 jun. 2019.

\_\_\_\_\_. **Decreto N.15.596**, de 2 de agosto de 1922. Crêa o Museu Historico Nacional e approva o seu regulamento. Rio de Janeiro, 1922. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-15596-2-agosto-1922-568204-publicacaooriginal-91597-pe.html> Acesso em: 05 maio 2020.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 20.673**, de 17 de novembro de 1931. Restabelece, na Biblioteca Nacional, o curso de biblioteconomia e dá outras providências. Rio de Janeiro, 1931.

Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20673-17-novembro-1931-517368-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 05 maio 2020.

\_\_\_\_\_. **Constituição (1962)**. Lei nº 4.084, de junho de 1962. Dispõe sobre a profissão do Bibliotecário e regula seu exercício. Brasília, 1962. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/1950-1969/L4084.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L4084.htm). Acesso em: 05 maio 2020.

\_\_\_\_\_. **Decreto-lei Nº 773**, de 20 de agosto de 1969. Provê sobre a criação da Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado da Guanabara (FEFIEG), e dá outras providências. Brasília, 1969. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del0773.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/Del0773.htm) Acesso em: 05 maio 2020.

BEHRING, Mário. A Biblioteca Nacional em 1923: Relatório. **Annaes da Bibliotheca Nacional**, Rio de Janeiro, V. XLV. 1931.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Vista do edifício em que funcionou a Biblioteca Nacional a rua do Carmo**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, [19--]. 1 fotografia. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_iconografia/icon1281905/icon1281905.jpg](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon1281905/icon1281905.jpg). Acesso em: 11 set. 2019.

\_\_\_\_\_. **Mesa que presidiu à solenidade da inauguração do curso de biblioteconomia, na Biblioteca Nacional**, em 10 de abril de 1915. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1915. 1 fotografia. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_iconografia/icon275217.htm](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon275217.htm). Acesso em: 11 set. 2019.

\_\_\_\_\_. **Antigo prédio da Biblioteca Nacional à Rua do Passeio**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, [1916?]. 1 fotografia. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_iconografia/icon677222.htm](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon677222.htm). Acesso em: 11 set. 2019.

\_\_\_\_\_. **Mudança da Biblioteca Nacional do prédio da Rua do Passeio para a Avenida Rio Branco**. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1916. 1 fotografia. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_iconografia/icon275211/icon275211.html](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon275211/icon275211.html). Acesso em: 11 set. 2019.

\_\_\_\_\_. Sala de aula do Curso de Biblioteconomia. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, [1921?]. 1 fotografia. In: BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Álbum de photographias. Rio de Janeiro, [1921?].

\_\_\_\_\_. **Sequiscentenário – 1810-1960**: Guia da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1960. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_obrasgerais/drg621953.pdf](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasgerais/drg621953.pdf) Acesso em: 04 maio 2020.



\_\_\_\_\_. **Histórico**. 2019. Disponível em: <https://www.bn.gov.br/sobre-bn/historico>  
Acesso em: 28 abr. 2020.

BILGE, Sirma. Théorisations féministes de l'intersectionnalité, **Diogenè**, v. 225, n. 1, 2009, p. 70-88. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-diogene-2009-1-page-70.html#> Acesso em: 28 abr. 2020.

BOTASSI, Miriam. Bibliotecária (o): a profissão no feminino e o mercado. **Palavra-Chave**, São Paulo, v. 4, p. 3-4, maio 1984. Disponível em: <http://www.abecin.org.br/e-books/revista-palavra-chave/> Acesso em: 26 mar. 2020.

BRÖNSTRUP, Gabriela D'Avila. **Formar especialistas para o trabalho com acervos no Brasil: o percurso de Rodolfo Garcia na constituição de “novos” saberes**. Fundação Biblioteca Nacional, 2012. Disponível em: [https://www.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/producao/pesquisa/2012/gabriela\\_d\\_avila\\_bronstrup\\_trab\\_revisado\\_0\\_0\\_0\\_0.pdf](https://www.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/producao/pesquisa/2012/gabriela_d_avila_bronstrup_trab_revisado_0_0_0_0.pdf) Acesso em: 06 maio 2020.

CAMINHA, Pêro Vaz de. **Carta a El-Rei D. Manuel sobre o achamento do Brasil**. Lisboa: Expo'98, 1997.

CARDIM, Fernão. **Tratados da Terra e Gente do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939. Série 05, Brasiliana, V. 168.

CARVALHO, Gilberto Vilar de. **Biografia da Biblioteca Nacional (1807 a 1990)**. Rio de Janeiro: Irradiação Cultural, 1994. Disponível em: [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_obrasgerais/drg1229521.pdf](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasgerais/drg1229521.pdf). Acesso em: 23 jun. 2019.

CASTRO, César Augusto. **História da Biblioteconomia brasileira: perspectiva histórica**. Brasília: Thesaurus, 2000. 287 p.

CAVALARI, Mariana Feiteiro. **A matemática é feminina?** Um estudo histórico da presença da mulher em institutos de pesquisa em matemática do estado de São Paulo. 2007. 147 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro, 2007. Disponível em: [http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNSP\\_b2d0a65c39797b4dcb7a7bda6efb8db9](http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNSP_b2d0a65c39797b4dcb7a7bda6efb8db9). Acesso em: 23 jun. 2019.

CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. **Histórico**. 2019. Disponível em: <https://www.cbdb2019.com/apresentacao> Acesso em: 05 set. 2019.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA. **O CFB**. [2020?]. Disponível em: <http://www.cfb.org.br/institucional/historico/o-cfb/> Acesso em: 11 set. 2019.

\_\_\_\_\_. **Gestões do CFB**: Laura Garcia Moreno Russo. [2020?]. 1 fotografia. Disponível em: <https://www.cfb.org.br/institucional/historico/galeria/> Acesso em: 12 set. 2019.

CHASSOT, Áttico Inácio. **A Ciência é masculina?** É sim, senhora. São Leopoldo: Unisinos, 2006.

COLÉGIO DOM PEDRO II. **Exposição Memória Histórica**. [2019?] Disponível em: [http://www.cp2.g12.br/images/comunicacao/memoria\\_historica/index.html#0](http://www.cp2.g12.br/images/comunicacao/memoria_historica/index.html#0) Acesso em: 19 ago. 2019.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência política e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.

CONSELHO NACIONAL DE PESQUISAS. **Quem é quem na Biblioteconomia e Documentação no Brasil**. Rio de Janeiro: IBDD, 1970.

COORDENAÇÃO DO APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Ensino de Biblioteconomia no Brasil**: relatório de pesquisa sobre o status quo das escolas de Biblioteconomia e Documentação, com ênfase na situação do pessoal docente. Brasília: CAPES, 1978a. v. 1. Disponível em: [http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=26757](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=26757) Acesso em: 19 mar. 2020.

\_\_\_\_\_. **Ensino de Biblioteconomia no Brasil**: relatório de pesquisa sobre o status quo das escolas de Biblioteconomia e Documentação, com ênfase na situação do pessoal docente. Brasília: CAPES, 1978b. v. 2. Disponível em: [http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=26758](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=26758) Acesso em: 19 mar. 2020.

\_\_\_\_\_. **Ensino de Biblioteconomia no Brasil**: relatório de pesquisa sobre o status quo das escolas de Biblioteconomia e Documentação, com ênfase na situação do pessoal docente. Brasília: CAPES, 1978c. v. 3. Disponível em: [http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=26759](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=26759) Acesso em: 19 mar. 2020.

CORREIO Paulistano. **Formatura dos bibliotecários do Departamento de Cultura e professorandas da Escola Normal "Padre Anchieta"**. São Paulo: Acervo Histórico FMVZ/USP, 1938. Disponível em: <http://www.acervohistorico.fmvz.usp.br/handle/123456789/183?show=full>. Acesso em: 11 set. 2019.

CÔRTE, Adelaide Ramos et al. **Bibliotecários 50 anos de regulamentação da profissão no Brasil**: 1965. Brasília: Conselho Federal de Biblioteconomia, 2015.

CRENSHAW, Kimberle. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. **University of Chicago Legal Forum**, 1989. Disponível em: <https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1052&context=uclf> Acesso em: 04 maio 2020.

CUNHA, Murilo Bastos da. Abner Vicentini: um pioneiro da Biblioteconomia brasileira. **Revista Digital biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v.12, n.2, p.217-241, maio/ago. 2014. ISSN 1678-765X. Disponível em:

[https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1612/pdf\\_70](https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1612/pdf_70) Acesso em: 19 mar. 2020.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEWEY, Melvil. **Women in Libraries: How They Are Handicapped**. 1886. In: LITWIN, Rory (Org.). **Library Daylight: Tracings of Modern Librarianship, 1874-1922**. Litwin Books: Califórnia, 2006.

\_\_\_\_\_. **Columbia Library School**. In: LITWIN, Rory (Org.). **Library Daylight: Tracings of Modern Librarianship, 1874-1922**. Litwin Books: Califórnia, 2006.

DIAS, Antônio Caetano. **O ensino da Biblioteconomia do Brasil**. 2.ed. Rio de Janeiro: IPASE, 1955. 32 p.

\_\_\_\_\_. O ensino da Biblioteconomia do Brasil. In: UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Os 80 anos da primeira Escola de Biblioteconomia do Brasil**. Rio de Janeiro, 1991. 48 p.

\_\_\_\_\_. Na Biblioteca Nacional. In: PINHEIRO, Ana Virginia; CATALDO, Fabiano; GUERRERO, Laura Klemz. (Orgs.). **100 anos de instalação da Escola de Biblioteconomia no Brasil: 1915-2015: da Biblioteca Nacional à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UNIRIO)**. **Chronos**, Rio de Janeiro, v.1, n.10, 2015.

DÓRIA, Epifânio da Fonseca. A Biblioteca Provincial de Sergipe: elementos para a sua história. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Aracaju, n. 16, Mar. 2015. ISSN 2446-4856. Disponível em: <http://www.revistaihge.org.br/index.php/revista/article/view/255/235> Acesso em: 13 jun. 2019.

DORLIN, Elsa. **Black feminism: anthologie du féminisme africain-américain, 1975-2000**. Paris: l'Harmattan, 2008.

ESPÍRITO-SANTO, Patrícia. Os estudos de gênero na Ciência da Informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 14, n. 8, p.317-332, jul./dez. 2008. Disponível em: Acesso em: 31 ago. 2017.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 13. ed. 2. reimpressão. São Paulo: Edusp, 2010. 660 p.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS, CIENTISTAS DA INFORMAÇÃO E INSTITUIÇÕES. **Jornal da FEBAB**. 1989. Disponível em: [http://www.febab.org.br/jornal\\_febab\\_agosto\\_1989.htm](http://www.febab.org.br/jornal_febab_agosto_1989.htm) Acesso em: 04 maio 2020.

\_\_\_\_\_. **Missão e histórico**. 2020. Disponível em: <http://www.febab.org.br/sobre/historico/> Acesso em: maio 2020.

FERREIRA, Maria Mary. A/O profissional da informação no mundo do trabalho e as relações de gênero. **Transinformação**, Campinas, v. 15, n. 2, p. 189-201, ago. 2003.

Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-37862003000200007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-37862003000200007&lng=en&nrm=iso) Acesso em: 01 set. 2017.

FERREIRA, Mary; BORGES, Elinielle Pinto; BORGES, Luís Cláudio. Mercado de trabalho e a desigualdade de gênero na profissão da/o bibliotecária/o. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO, GESTÃO, E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 33., 2010, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: UFPB, 2010.

FERREIRA, Mary Maria et al. As relações de classe e de gênero no mercado de trabalho do profissional bibliotecário no estado do Maranhão. In: ENCONTRO REGIONAL DE ESTUDANTES DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO, CIÊNCIA E GESTÃO DA INFORMAÇÃO, 15., 2012, Juazeiro do Norte. **Anais...** Minas Gerais: Múltiplos Olhares em Ciência da Informação, 2012.

Disponível em:

<<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/moci/article/view/2146>>. Acesso em: 23 jun. 2019.

FERREIRA, Laizlla Cristie da Silva; CORTES, Gisele Rocha. Enfrentando a violência contra as mulheres por meio da informação: o olhar dos/as estudantes de biblioteconomia. **Revista Conhecimento em Ação**, n. 2, v. 2, p. 19-44, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rca/article/view/11722/9740> Acesso em: 28 abr. 2020.

FLOOD, Alison. **Melvil Dewey's name stripped from top librarian award**. 2019.

Disponível em: <https://www.theguardian.com/books/2019/jun/27/melvil-deweys-name-stripped-from-top-librarian-award> Acesso em: 09 set. 2009.

FONSECA, Edson Nery. **A Biblioteconomia brasileira no Contexto Mundial**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1979. 112 p.

FORD, Ann. **Bringing Harassment Out of the History Books**: Addressing the troubling aspects of Melvil Dewey's legacy. American Libraries, 2018. Disponível em: <https://americanlibrariesmagazine.org/2018/06/01/melvil-dewey-bringing-harassment-out-of-the-history-books/> Acesso em: 04 maio 2020.

Forma-se hoje a primeira turma de bibliotecários do Departamento Municipal de Cultura. Folha de São Paulo, 1938. Disponível em:

<http://acervohistorico.fmvz.usp.br/handle/123456789/186> Acesso em: 27 abril 2020.

FORREST, Niara Paz Romero. **Gênero e relações de poder na Biblioteconomia: FCI e BCE -1966 – 2014**. 85 f. 2014. Monografia (bacharel em Biblioteconomia) – Faculdade em Ciência da Informação da Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: <http://bdm.unb.br/handle/10483/8590> Acesso em: 23 jun. 2019.

FOULKE, Arthur Toyé. **Mr. Typewriter**. Boston: The Christopher Publishing House, 1961. Disponível em:

<https://archive.org/details/Mr.TypewriterABiographyOfChristopherLathamSholes> Acesso em: 29 ago. 2019.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. O Controle Bibliográfico Nacional nas ações de Jannice de Mello Monte-Mór. In: MOSTAFA, S. P., SILVA, M. R. da, SANTARÉM SEGUNDO, J. E. (Org.). **Pensadores brasileiros da Ciência da Informação e Biblioteconomia**. João Pessoa: UFPB, 2015.

FUNDAÇÃO Escola de Sociologia e Política de São Paulo. *Biblioteconomia e Ciência da Informação*. 2019. Disponível em: <https://www.fespsp.org.br/graduacao/cursos/biblioteconomia-e-ciencia-da-informacao>  
Acesso em: 04 maio 2020.

GARCIA, Rodolfo Augusto de Amorim. A Biblioteca Nacional em 1932: Relatório. **Annaes da Bibliotheca Nacional**, Rio de Janeiro, V. LIV, 1939.

\_\_\_\_\_. A Biblioteca Nacional em 1933: Relatório. **Annaes da Bibliotheca Nacional**, Rio de Janeiro, V. LV, 1939.

\_\_\_\_\_. A Biblioteca Nacional em 1934: Relatório. **Annaes da Bibliotheca Nacional**, Rio de Janeiro, V. LVI, 1939.

\_\_\_\_\_. A Biblioteca Nacional em 1935: Relatório. **Annaes da Bibliotheca Nacional**, Rio de Janeiro, V. LVII, 1939.

\_\_\_\_\_. A Biblioteca Nacional em 1936: Relatório. **Annaes da Bibliotheca Nacional**, Rio de Janeiro, V. LVIII, 1939.

\_\_\_\_\_. A Biblioteca Nacional em 1937: Relatório. **Annaes da Bibliotheca Nacional**, Rio de Janeiro, V. LIX, 1940.

\_\_\_\_\_. A Biblioteca Nacional em 1938: Relatório. **Annaes da Bibliotheca Nacional**, Rio de Janeiro, V. LX, 1940.

\_\_\_\_\_. A Biblioteca Nacional em 1939: Relatório. **Annaes da Bibliotheca Nacional**, Rio de Janeiro, V. LX, 1941.

\_\_\_\_\_. A Biblioteca Nacional em 1940: Relatório. **Annaes da Bibliotheca Nacional**, Rio de Janeiro, V. LXII, 1942.

\_\_\_\_\_. A Biblioteca Nacional em 1941: Relatório. **Annaes da Bibliotheca Nacional**, Rio de Janeiro, V. LXIII, 1942.

\_\_\_\_\_. A Biblioteca Nacional em 1942: Relatório. **Annaes da Bibliotheca Nacional**, Rio de Janeiro, V. LXIV, 1944.

\_\_\_\_\_. A Biblioteca Nacional em 1943: Relatório. **Annaes da Bibliotheca Nacional**, Rio de Janeiro, V. LXV, 1945.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002. 4.ed.

GIACOMETTI, Maria Marta; VELLOSO, Maria Fátima. Bibliotecária: uma profissão feminina. **Boletim ABDF**, Brasília, v. n. 1, p. 1-88. Jan./mar., 1987.

GRAHAM, Maria. **O Diário de uma Viagem ao Brasil e de uma estada nesse país durante parte dos anos 1821, 1822, 1823**. São Paulo: Editora Nacional, 1956. Tradução de: Américo Jacobina Lacombe. 403 p.

GRINGS, Luciana. **O leigo e a especialista**: memórias da administração da Biblioteca Nacional nas décadas de 60 e 70. 2018. Tese (Doutorado em Memória Social) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

GROPP, Dorothy M. Bibliotecas do Rio de Janeiro e de São Paulo e o movimento bibliotecário da capital paulista. **Revista do Arquivo Municipal**, ano VI, v. LXVII, jul. 1940.

GROSSI, Miriam Pillar. Conventos e celibato feminino entre camponesas do Sul do Brasil. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 1, n.1, p. 47-60, 1995. Disponível em: <http://miriamgrossi.paginas.ufsc.br/artigos-novo/> Acesso em: 09 mar. 2020.

\_\_\_\_\_. Jeito de freira: estudo antropológico sobre a vocação religiosa feminina. Cadernos de Pesquisa. Fundação Carlos Chagas/Cortez Editora, Maio 1990, n.73. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1096/1101> Acesso em: 09 mar. 2020.

HABNER, June. Mulheres da elite. In: PINSKY, Carla; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). Nova história das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2012.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 61-73, jun. 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20702014000100005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702014000100005&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 25 abril 2020.

HOBBSAWN, Eric. **Era dos extremos**: o breve século XX 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 598 p.

IBGE. **O Brasil indígena**. 2010. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/o-brasil-indigena-ibge> Acesso em 21 jun. 2019.

INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS. **Patrícia Monte-Mór Alves de Morais**. [2020?]. Disponível em: <http://www.ics.uerj.br/site/index.php/docentes/docentes-antropologia/29-patricia-monte-mor-alves-de-morais.html> Acesso em: 27 ago. 2020.

JARDIM, Eduardo. **A brasilidade modernista**: sua dimensão filosófica. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

JOB, Ivone; OLIVEIRA, Dalgiza Andrade. Marcos históricos e legais do desenvolvimento da profissão de bibliotecário no Brasil. **Revista ACB**, [S.l.], v. 11, n.

2, p. 259-272, dez. 2006. ISSN 1414-0594. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/449/565>. Acesso em: 04 maio 2020.

JOBIM, Angela. **Entrevista**. 2012. Disponível em: [https://issuu.com/jornaldauniversidade/docs/ju\\_152\\_-\\_setembro\\_2012/15](https://issuu.com/jornaldauniversidade/docs/ju_152_-_setembro_2012/15) Acesso em: 28 ago. 2019.

JUVÊNCIO, Carlos Henrique. **Manoel Cícero Peregrino da Silva, a biblioteca nacional e as origens da documentação no Brasil**. 2016. 2 v. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência da Informação, Faculdade Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/22530>>. Acesso em: 23 jun. 2019.

KAMBEBA, Márcia. Literatura indígena: da oralidade à memória escrita. In: DORRICO, Julie et al (Orgs.). **Literatura indígena brasileira contemporânea: criação, crítica e recepção**. Porto Alegre: Fi, 2018. 424 p. Disponível em: <https://www.editorafi.org/438indigena> Acesso em: 02 jun. 2019.

KAUARK, Fabiana da Silva; MANHÃES, Fernanda Castro; MEDEIROS, Carlos Henrique. **Metodologia da Pesquisa: um guia prático**. Itabuna: Via Litterarum, 2010.

KRAMER, Jeannette M. A formação dos bibliotecários nos Estados Unidos. **Palavra-Chave**, n.3, outubro 1983. Disponível em: <http://www.abecin.org.br/e-books/revista-palavra-chave/> Acesso em: 26 mar. 2020.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho. In: HIRATA, Helena et al. **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo, UNESP, 2009.

KERGOAT, Prisca; PICOT, Geneviève; LADA, Emmanuelle. Ofício, profissão, “bico”. In: HIRATA, Helena et al. **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo, UNESP, 2009.

LAI-UNIRIO. **Histórico Institucional Compactado**. 2019. Acesso em: <http://www.unirio.br/acessoinformacao/arquivos/historico-compactado-institucional> Acesso em: 28 abr. 2020.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus**. Tomo I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1938.

\_\_\_\_\_. **História da Companhia de Jesus**. Tomo VII. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1949.

\_\_\_\_\_. **Artes e ofícios dos jesuítas no Brasil (1549-1570)**. Lisboa: Brotéria. 1953. Disponível em: <https://archive.org/details/arteseoficiosdos00leit/page/n3>>. Acesso em: 23 jun. 2019.

LETA, Jacqueline. As mulheres na ciência brasileira: crescimento, contrastes e um perfil de sucesso. **Estudos Avançados**, v.17 n.49, São Paulo, set./dez. 2003. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_issuetoc&pid=0103-401420030003](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0103-401420030003). Acesso em: 08 ago. 2017.

LOBÃO, Irajayna de Sousa Lage et al. Biblioteconomia: uma questão de gênero? **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 13, p. 2037-2050, dez. 2017. Disponível em: <<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/998/924>>. Acesso em: 23 jun. 2019.

LOMBARDI, Maria Rosa. Apresentação - Mulheres em carreiras de prestígio: conquistas e desafios à feminização. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, v. 47, n. 163, p. 10-14, Mar. 2017. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742017000100010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742017000100010&lng=en&nrm=iso) Acesso em: 03 maio 2020.

MILANESI, Luís. **O que é biblioteca**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. (Col. Primeiros Passos). 107p.

MACENA, Fabiana Francisca. **Madames, mademoiselles, melindrosas**: "feminino" e modernidade na revista Fon-Fon (1907-1914). 2010. 128 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010. Disponível em: [http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNB\\_b6168611fe058e64d309f30619f4fd28](http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNB_b6168611fe058e64d309f30619f4fd28) Acesso em: 18 ago. 2019.

MAGALHÃES, Basílio. A Biblioteca Nacional em 1917: Relatório. **Annaes da Bibliotheca Nacional**, Rio de Janeiro, v. XL, 1923.

\_\_\_\_\_. A Biblioteca Nacional em 1918: Relatório. **Annaes da Bibliotheca Nacional**, Rio de Janeiro, v. XLI-II, 1925.

MACKENZIE COLLEGE. **Biblioteca George Alexander**. 1929. 1 fotografia. Disponível em: <https://www.mackenzie.br/biblioteca/> Acesso em: 24 abril 2020.

MARCONI, Marina de Andrade., LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. **Bertha Lutz**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2016. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/30679> Acesso em: 25 ago. 2019.

MARTINS, Wilson. **História da inteligência brasileira**: volume V (1897-1914). 2. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1996.

MARTUCCI, Elisabeth Márcia. A feminização e a profissionalização do magistério e da Biblioteconomia. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, nov. 2007. ISSN 19815344. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/642>>. Acesso em: 23 jun. 2019.

MATOS, Maria; BORELLI, Andrea. Espaço feminino no mercado produtivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Org.). **Nova história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2012.



MENEZES, Vinícios Souza de. **A produção da Biblioteconomia lusófona nos séculos XX e XXI no acervo da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2011. 38 p. Disponível em:  
<https://www.bn.gov.br/producao/documentos/producao-biblioteconomia-lusofona-nos-seculos-xx-xxi-acervo> Acesso em: 28 abr. 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Laços perigosos entre machismo e violência. **Ciências & Saúde Coletiva**, v. 1, n. 10, p. 18-34, 2005. Disponível em:  
[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232005000100005](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232005000100005)  
Acesso em: 24 abril 2020.

\_\_\_\_\_. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. Cap. 1. p. 09-29.

MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO GABINETE DO MINISTRO. Portaria Nº 162. O Ministro de Estado dos Negócios do Trabalho, Indústria e Comércio, usando das atribuições que lhe confere o art. 570 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943, e, tendo em vista a proposta da Comissão do Enquadramento Sindical, resolve. In: CÔRTE, Adelaide Ramos et al. **Bibliotecários 50 anos de regulamentação da profissão no Brasil**. Brasília: Conselho Federal de Biblioteconomia, 2015.

MONTEIRO, Rosa; FREITAS, Vivalda; DANIEL, Fernanda. Condições de trabalho num universo profissional feminizado. **Revista Estudos Feministas**, vol.26 no.2, Florianópolis, 2018. Jun., 2018. Disponível em:  
[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2018000200219](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2018000200219)  
Acesso em: 04 maio 2020.

MONTE-MÓR, Patrícia. **Na Biblioteca Nacional**, 13 maio 2012. Facebook: Patrícia Monte-Mór. 1 fotografia. Disponível em:  
<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=3561124878624&set=a.3560948194207&type=3&theater>. Acesso em: 12 set. 2019.

MORAES, Jomar. **Guia histórico da Biblioteca Pública Benedito Leite**. São Luís: FUNC, 1973.

MORAES, Rubens Borba de. **Livros e Bibliotecas no Brasil Colonial**. Brasília: Briquet de Lemos, 2006. 2. ed.

MOSTAFA, Solange Puntel; SILVA, Márcia Regina da Silva; SANTARÉM SEGUNDO, José Eduardo. **Pensadores brasileiros da Ciência da Informação e Biblioteconomia**. João Pessoa: UFPB, 2015.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. O ensino de Biblioteconomia no Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, 14 (1):3-15, jan./jun. 1985. Disponível em:  
<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/222> Acesso em: 04 maio 2020.

\_\_\_\_\_. Avaliação do estado da arte da formação em Biblioteconomia e Ciência da Informação. **Ciência da Informação**, Brasília, 17 (1): 71-81, jan./jun. 1988. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/301> Acesso em: 04 maio 2020.

MULIN, Rosely Bianconcini. **Cultura e bibliotecas em São Paulo: o pioneirismo de Adelpha Figueiredo**. 2012. 84 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Arte e História) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2012. Disponível em: [http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UPM\\_a1ef7dffdc9562482e0f1bf65ac06313](http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UPM_a1ef7dffdc9562482e0f1bf65ac06313) Acesso em: 18 ago. 2019.

NASCIMENTO, Silvani Magali do; FERREIRA, Maria Mary; BATISTA, Ieda Cutrim. Gênero e universidade: uma abordagem na UFMA. In: PASSOS, Elizete Silva (Org.). **O gênero nas universidades do Norte e do Nordeste**. Salvador: UFBA, 1997.

NASCIMENTO, Maria Alice Rebello do. **O tecnicismo e a biblioteconomia brasileira: análise da ideologia contida em Normas, Códigos e Regulamentos da Biblioteconomia**. 1989. 304f. Dissertação (mestrado em Biblioteconomia) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Departamento de Pós-graduação em Biblioteconomia, Campinas, SP.

NASCIMENTO, Evando Batista. A Semana de Arte Moderna de 1922 e o Modernismo Brasileiro: atualização cultural e “primitivismo” artístico. **Gragoatá**, Niterói, n. 39, p. 376-391, 2. sem. 2015. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/gragoata/article/download/33354/19341> Acesso em: 03 maio 2020.

NEEDEL, Jeffrey. **Belle Époque Tropical: sociedade e cultura na elite de elite no Rio de Janeiro na virada do século**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

NEVES, Carlos de Souza. Biblioteconomia: legislação. In: **Ensino Superior no Brasil: legislação e jurisprudência**. Rio de Janeiro: MEC, s.d. 702p.

ODDONE, Nanci **Elizabeth. Ciência da Informação em perspectiva histórica: Lydia Queiroz de Sambaquy e o aporte da Documentação (Brasil, 1930-1970)**. 2004. 157 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência da Informação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Comunicação, Rio de Janeiro, 2004.

\_\_\_\_\_. ODDONE, Nanci. O IBBD e a informação científica: uma perspectiva histórica para a ciência da informação no Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 1, p. 45-56, jan./abr. 2006. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1152>>. Acesso em: 06 jul. 2017.

OLINTO, Gilda. Biblioteconomia e profissões femininas. In: Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, 18, 1997, São Luis, MA. **Anais...** São Luis, 1997.

\_\_\_\_\_. La inserción de las mujeres en la investigación científica y tecnológica en Brasil: indicios de transformación. In: CONGRESO IBEROAMERICANO DE CIENCIA, TECNOLOGÍA Y GÉNERO. 5., 2004, Ciudad de México. **Anais...** Ciudad de México: 2004. Disponível em: <http://www.cbpf.br/~mulher/> Acesso em: 09 set. 2017.

\_\_\_\_\_. Gilda. A inclusão das mulheres nas carreiras de ciência e tecnologia no Brasil. **Inclusão Social**, v. 5, n. 1, 2011. Disponível em: <http://revista.ibict.br/inclusao/issue/view/132> Acesso em: 03 maio 2020.

OLIVEIRA, Marlene; CARVALHO, Gabrielle Francinne; SOUZA, Gustavo Tanus. T. Trajetória histórica do ensino da Biblioteconomia no Brasil. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 19, n. 3, 10 dez. 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/3754> Acesso em 04 maio 2020.

PEDRO, Lúvia. **História da Companhia de Jesus no Brasil**: biografia de uma obra. 2008. 115 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2008.

PENTEADO, Noemi do Val. Adelpha Silva Rodrigues Figueiredo: a mestra bibliotecária. **Boletim Bibliográfico da Biblioteca Mário de Andrade**, São Paulo, v. 16, n.4, p. 11-14, 1967.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007. 190 p.

PINHEIRO, Williams Jorge Corrêa. A Lei 4.084 de junho de 1962, o Sistema CFB/CRB e as Escolas de Biblioteconomia: uma integração histórica e necessária ao longo dos 50 anos de regulamentação da profissão no Brasil. In: CÔRTE, Adelaide Ramos et al (Orgs.). **Bibliotecário: 50 anos de regulamentação da profissão no Brasil – 1965-2015**. Brasília: Conselho Federal de Biblioteconomia, 2015.

PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro. **Ciência da Informação entre sombra e luz**: domínio epistemológico e campo interdisciplinar. 1997. 278 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro. Fronteiras e horizontes da pesquisa em ciência da informação no Brasil. In: ALBAGLI, Sarita (Org.). **Fronteiras da Ciência da Informação**. Brasília: IBICT, 2013.

PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro; BRASCHER, Marisa; BURNIER, Sonia. Ciência da Informação: 32 anos (1972-2004) no caminho da história e horizontes de um periódico científico brasileiro. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 34, n. 3, p. 23-75, set./dez. 2005. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1084/0>>. Acesso em: 10 set. 2017

PINTO, Celi Regina Jardim. **História do Feminismo no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PIRES, Hugo Avelar Cardoso. **Relações de gênero e a profissão bibliotecária na contemporaneidade**: panorama nacional e os motivos da entrada masculina em curso majoritariamente feminino. 2016. 134 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência da Informação, Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016. Disponível em:

<<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUBD-AE6MYV>>. Acesso em: 23 jun. 2019.

POLKE, Ana Maria Athayde; CESARINO, Maria Augusta da Nóbrega; BAHIA, Maria Auxiliadora. Análise do corpo discente da Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal de Minas Gerais. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, v. 6, n. 2, 1977, p. 223-245. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/74569> Acesso em: 05 maio 2020.

PRADO, Heloisa Almeida Prado. Entrevista. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 21, n. 3/4, p. 101-106, 1988. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/brapci/v/a/11016> Acesso em: 16 set. 2017.

RASCHE, Francisca. Papéis de gênero e sua influência na formação acadêmica de mulheres estudantes de biblioteconomia em Santa Catarina p. 77- 95. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 3, n. 3, p. 77-95, ago. 2005. ISSN 1414-0594. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/330/391> Acesso em: 25 set. 2019.

RASTELI, Alessandro; CALDAS, Rosângela Formentini. Cultura letrada no Brasil colonial: bibliotecas, livros e leitura. **Páginas A&b**: arquivos e bibliotecas, Porto, n. 7, p.89-104, 2017. Universidade do Porto, Faculdade de Letras. Disponível em: <http://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasueb/article/view/2839> Acesso em: 23 abril 2019.

RIBEIRO, Arilda Ines Miranda. Mulheres Educadas na Colônia. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FILHO, Luciano Mendes de Faria; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). **500 Anos de Educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2000, p. 79-94.

RICHARDSON, Miss. Librarianship as a Profession for Women. In: LITWIN, Rory (Org.). **Library Daylight**: Tracings of Modern Librarianship, 1874-1922. Litwin Books: Califórnia, 2006.

RODRIGUES, Adelpha. Um manancial de luz. **O Noticiário Mackenzista**, São Paulo, v. 3, n. 14, abr. 1932.

RUSSO, Laura Garcia Moreno. **A biblioteconomia brasileira: 1915-1965**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1966.

\_\_\_\_\_. Entrevista. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 17, n.1/2, 1984, p.93-97. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000010871/a33f8b1fa7ad10630af3e11cc0925658/> Acesso em: 18 abril 2020.

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SABBAG, Deise Maria Antonio. **Caminho teórico-metodológico delineado pelo curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional**: aspectos teóricos que fundamentam o ensino de Organização e Representação do Conhecimento no Brasil. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2009. Relatório de Pesquisa.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem a província de São Paulo e resumo das viagens ao Brasil, província Cisplatina e missões do Paraguai**. São Paulo: Livraria Martins, 1940. Disponível em: <https://archive.org/details/viagemprovinci00sainuoft> Acesso em 23 abril 2020.

SANTOS, Laura Carvalho dos. Antônio Moniz de Souza, o 'Homem da Natureza Brasileira': ciência e plantas medicinais no início do século XIX. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 4, p. 1025-1038, dez. 2008. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-59702008000400008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702008000400008&lng=en&nrm=iso) Acesso em: 23 abril 2020.

SÃO PAULO (Município). **História**: Projeto de criação da secretaria data de 1935. 2009. Disponível em: [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/a\\_secretaria/](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/a_secretaria/) Acesso em: 10 set. 2019.

\_\_\_\_\_. **Cultura**: Biografia do patrono Rubens Borba Alves de Moraes. 2017. Disponível em: [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/bibliotecas/bibliotecas\\_bairro/bibliotecas\\_m\\_z/rubensborbademorais/index.php?p=5482](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/bibliotecas/bibliotecas_bairro/bibliotecas_m_z/rubensborbademorais/index.php?p=5482) Acesso em: 28 abril 2020.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.

SAVIANI, Dermeval et al. **O legado educacional do século XIX**. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

SCHAPOCHNIK, N. Das ficções do arquivo: ordem dos livros e práticas de leitura na Biblioteca Pública da Corte Imperial. In: ABREU, Márcia (Org.). **Leitura, História e História da Leitura**. Campinas: Mercado das Letras: Associação de Leitura do Brasil, São Paulo: FAPESP, 1999.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SCOTT, Joan. **Gênero uma categoria útil de análise histórica**. Recife: SOS corpo, 1990.

SECO, Ana Paula; AMARAL, Tânia Conceição Iglesias do. Marquês de Pombal e a Reforma Educacional Brasileira. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (Org.). **Navegando pela História da Educação Brasileira**. Campinas: HISTEDBR, 2006. Disponível em: [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/periodo\\_pombalino\\_intro.html](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/periodo_pombalino_intro.html). Acesso em: 23 jun. 2019.

SICILIANO, Mell; SOUZA, Cleiton da Mota de; METH, Clara de Mello e Souza. Sobre o que falamos quando falamos em gênero na ciência da informação? **Informação & Informação**, [S.l.], v. 22, n. 2, p. 144-165, out. 2017. ISSN 1981-8920. Disponível

em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/31447>>. Acesso em: 07 out. 2019.

SILVA, Andréa Vilela Mafra da. A pedagogia tecnicista e a organização do sistema de ensino brasileiro. **Revista HISTEDBR**, Campinas, nº 70, p.197-209, dez. 2016.

Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8644737/15765>

Acesso em: 19 maio 2020.

SILVA, Luiz Antônio Gonçalves da. As bibliotecas dos jesuítas: uma visão a partir da obra de Serafim Leite. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 13, n. 2, p. 219-237, ago. 2008. Disponível em:

<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/189/483> Acesso em: 02 jun. 2019

\_\_\_\_\_. Bibliotecas brasileiras vistas pelos viajantes no século XIX. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 39, n. 1, nov. 2010. Disponível em:

<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1288/1466>. Acesso em: 02 jun. 2019.

SILVA, Manoel Cícero Peregrino da. A Biblioteca Nacional em 1919: Relatório. **Annaes da Bibliotheca Nacional**, Rio de Janeiro, v. XLI-II, 1925.

\_\_\_\_\_. A Biblioteca Nacional em 1920: Relatório. **Annaes da Bibliotheca Nacional**, Rio de Janeiro, v. XLIII-IV, 1931.

SILVA, Franciële Garcês da; ROMEIRO, Nathalia Lima. O protagonismo da mulher na Biblioteconomia e Ciência da Informação. Florianópolis: ACB, 2018.

SILVA, Gleidson; AMORIM, Simone Silveira. Apontamentos sobre a educação no Brasil Colonial (1549-1759). **Interações**, Campo Grande, v. 18, n. 4, p. 185-196, dez. 2017. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1518-70122017000400185&lng=es&nrm=iso](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-70122017000400185&lng=es&nrm=iso) Acesso em: 04 maio 2020.

SIQUEIRA, Graciele Karine. Curso de Museus – MHN, 1932-1978: O perfil acadêmicoprofissional. 2009. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2009. 178p.

SOIHET, Rachel. A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n.15, p. 97-117, dez. 2000. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782000000300007&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782000000300007&script=sci_abstract&tlng=pt) Acesso em: 25 ago. 2019.

SOUSA, Beatriz Alves de. **O gênero na Biblioteconomia**: percepção de bibliotecários. 2014. 270 f. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Florianópolis, 2014.

SOUSA, Luana Passos de; GUEDES, Dyeggo Rocha. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. **Estud. av.**, São Paulo, v. 30, n. 87, p. 123-139, ago. 2016. Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142016000200123&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142016000200123&lng=en&nrm=iso) Acesso em: 28 abr. 2020.

SOUZA, Antonio Moniz de. **Viagens e observações de hum brasileiro, Que desejando ser útil a sua Patría, se dedicou a estudar os usos e costumes dos seos Patrícios, e os tres reinos da Natureza, em varios lugares e sertões do Brasil, oferecidas á nação brasileira.** Rio de Janeiro: Typ Americana, 1834. Disponível em: [https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/4498/1/017189\\_COMPLETO.pdf](https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/4498/1/017189_COMPLETO.pdf) Acesso em 23 abril 2020.

SOUZA, Aurelio Lopes de. A Biblioteca Nacional em 1916: Relatório. **Annaes da Bibliotheca Nacional**, Rio de Janeiro, v. XXXIX, 1920.

\_\_\_\_\_. A biblioteca Nacional em 1917: Relatório. **Annaes da Bibliotheca Nacional**, Rio de Janeiro, v. XXXIX, 1921.

SOUZA, Francisco das Chagas de. O ensino da Biblioteconomia no contexto brasileiro. Florianópolis: 1990. 116 p.

\_\_\_\_\_. As diferentes práticas bibliotecárias brasileiras e sua relação com o futuro da educação profissional. *Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis*, v.1, n.1, 1996. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/307> Acesso em 07 abr. 2020.

\_\_\_\_\_. A criação da ABEBD: expectativas e caminhos adotados. *Biblios*, Año 7, No.25-26, Jul – Dic. 2006. Disponível em: [http://abecin.org.br/data/documents/SOUZA-A\\_criacao\\_da\\_ABEED.pdf](http://abecin.org.br/data/documents/SOUZA-A_criacao_da_ABEED.pdf) Acesso em: 04 maio 2020.

\_\_\_\_\_. 50 anos de evolução do ensino de Biblioteconomia no Brasil (1965-2015). In: CÔRTE, Adelaide Ramos et al (Orgs.). *Bibliotecário: 50 anos de regulamentação da profissão no Brasil – 1965-2015*. Brasília: Conselho Federal de Biblioteconomia, 2015.

SOUZA, Josélia Barbosa de; CANÇADO, Ruth Mara Zamboni. Criação do portal de informações dos anais dos Congressos Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação – CBBDS. In: CONGRESSO NACIONAL UNIVERSIDADE, EAD E SOFTWARE LIVRE, 0., 2016, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: Uead-sl, 2016. p. 01-04. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/ueadsl/article/view/11653/10148>. Acesso em: 04 maio 2020.

TEDESCHI, Losandro Antônio. O uso da categoria gênero na história das mulheres camponesas no Brasil: uma ferramenta necessária. **Anuário de Hojas de Warmi**. n.15,2010.Disponível em: <http://docplayer.com.br/19121685-O-uso-da-categoria-genero-na-historia-das-mulherescamponesas-no-brasil-uma-ferramenta-necessaria.html> Acesso em: 04 maio 2020.

TEIXEIRA, Cíntia Maria. As mulheres no mundo do trabalho: ação das mulheres, no setor fabril, para a ocupação e democratização dos espaços público e privado. **Psic.: Teor. e Pesq.** [online]. 2009, vol.25, n.2, pp.237-244. Disponível em:

[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-37722009000200012&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-37722009000200012&script=sci_abstract&tlng=pt) Acesso em: 04 maio 2020.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

TOUSSAINT-SANSON, Adèle. **Uma parisiense no Brasil**. Rio de Janeiro: Capivara, 2003.

TRAUTMAN, Ray. **A History of the School of Library Service Columbia University**. Columbia University Press: New York, 1954. Disponível em: <https://archive.org/details/historyofthescho011560mbp> Acesso em: 09 set. 2019.

VAINSENER, Semira Adler. A Biblioteca Pública de Pernambuco. **Pesquisa Escolar Online**, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. Disponível em: <http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar> Acesso em: 13 jun. 2019.

VELLOSO, Martine Christiane Vergnes. **Direitos de mulher: afirmação e cidadania**. 2003. 103 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito Público, Universidade Estadual de Pernambuco, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2003. Disponível em: [https://attena.ufpe.br/bitstream/123456789/4823/1/arquivo7135\\_1.pdf](https://attena.ufpe.br/bitstream/123456789/4823/1/arquivo7135_1.pdf). Acesso em: 28 abr. 2020.

VILLALTA, Luiz Carlos. Os leitores e os usos dos livros na América Portuguesa. In: ABREU, Márcia (org.). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: Mercado de Letras, 1999.

WALDMAN, Thaís. À "frente" da Semana de Arte Moderna: a presença de Graça Aranha e Paulo Prado. **Estud. hist. (Rio J.)**, Rio de Janeiro, v.23, n. 45, p. 71-94, jun. 2010. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-21862010000100004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21862010000100004&lng=en&nrm=iso) Acesso em: 23 abril 2020.

WEITZEL, S. R. **Origem e fundamentos do ensino do Desenvolvimento de Coleções**: a partir da 1ª fase do Curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2009. Relatório de Pesquisa.

\_\_\_\_\_. Desenvolvimento de coleções no Curso de Biblioteconomia da Biblioteca Nacional (1915-1949). In: BIBLIOTECA NACIONAL. **Anais da Biblioteca Nacional**, v. 1, 1876, Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_. Professores e alunos fundadores, de 1915 a 1949. In: PINHEIRO, Ana Virginia; CATALDO, Fabiano; GUERRERO, Laura Klemz. (Orgs.). 100 anos de instalação da Escola de Biblioteconomia no Brasil: 1915-2015: da Biblioteca Nacional à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UNIRIO). **Chronos**, Rio de Janeiro, v.1, n.10, 2015.

WREGGE, Rachel Silveira. **A educação escolar jesuítica no Brasil-Colônia**: uma leitura da obra de Serafim Leite "História da companhia de Jesus no Brasil". 1993. 274f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação,



Campinas, SP. Disponível em:

[http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/CAMP\\_0721d862e2cfa282c835911d5621bafc](http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/CAMP_0721d862e2cfa282c835911d5621bafc) Acesso em: 23 jun. 2019.

WERNECK, Heloísa Cabral da Rocha. **Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Bibliotecários, 1942. 83 p.

YANNOULAS, Silvia Cristina. **Educar**: uma profesión de mujeres? Buenos Aires: Kapelusz, 1996.

\_\_\_\_\_. Feminização ou Feminilização? Apontamentos em torno de uma categoria. **Temporalis**, Brasília, v. 11, n. 22, p. 271-292, 4 fev. 2011. Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/1368> Acesso em: 28 abr. 2020.

\_\_\_\_\_. Introdução: Sobre o que nós, mulheres, fazemos. In: YANNOULAS, Silvia Cristina (org.). **Trabalhadoras**: análise da feminização das profissões e ocupações. Brasília: Editorial Abaré, 2013. Disponível em: [https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/31211/1/LIVRO\\_TrabalhadorasAnaliseFeminizacao.pdf](https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/31211/1/LIVRO_TrabalhadorasAnaliseFeminizacao.pdf) Acesso em: 28 abr. 2020.

ANEXO A – Listagem de alunos/as matriculados/as e formados/as no Curso da Biblioteca Nacional

Alunos diplomados de 1933 a 1936

	1933	1934	1935	1936
1	Adolfo Camara da Mota	Abdon de Carvalho Lins	Beatriz Mesquita Barros	Carlota Osório de Almeida
2	Adolfo Jácome M. Pereira Filho	Alzira Cabral Bandeira Cravo	Francisca Buarque de Almeida Filha	Herolivia Góis Cardoso
3	Aureliano Amaral	Celuta de Hanequim Gomes	Hugo Capeto Câmara	Luiz de Castro Faria
4	Cecilia Bandeira de Melo	Heloisa Cabral da Rocha Werneck	Maria Antonieta Mesquita Barros	Maria Leonora Assunção Araujo
5	Cecilia Helena de Oliveira Roxo	Lila Cavalcanti de Caracas	Verba Barbosa de Oliveira	Mario Lobo Leal
6	Inez Pacheco	Rui Afonseca de Alencar		Nair de Moraes Carvalho
7	José Bartolomeu da Silva			Renée Clarita Esperança
8	Júlia Cravo			Silvio Teixeira Braga
9	Luiz Siqueira Cavalcanti			
10	Emi Pamplona			
11	Gui José Paulo de Holanda			
12	Maria Luiza Lage			
13	Maria da Penha H. Lobo de Afonseca			
14	Otávio Calasans Rodrigues			
15	Otávio da Fonseca Machado			
16	Olavo Anibal Nascentes			
17	Oscar Luna Freire			
18	Pedro Rodrigues da Cunha			
19	Marina M. de Barros Roxo			
20	Sílvia Goulart de Andrade			
21	Walter Osório			

Fonte: Weitzel, 2015.

## Alunos diplomados de 1937 a 1939

	1937	1938	1939
1	Alba Abrantes del Vecchio	Christiana Ottoni Vieira	Áurea Iracilda de Vasconcellos
2	Alberto Gaspar Gomes	Francy Portugal	Haydéa Madei Martins
3	Célia de Melo Franco	Heloisa Soares de Azevedo	Hilton Calasans Rodrigues
4	Cecília Soares Brandão	Maria de Lourdes Araújo Pereira	Isabel de Souza Ennes
5	Helena Soares Brandão	Ruy de Gouvêa Nobre	Liette Cravo de Mattos
6	Henriqueta Pereira		Lourenço Luiz Lacombe
7	Ligia Noronha de Carvalho		Luiza América Marcondes de Almeida
8	Maria de Lourdes da Câmara Lacerda		Maria Corrêa Vallim
9	Maria Virginia Amauri de Medeiros		Maria Helena Couto Duarte
10	Maria Hugo de Andrade Braga		Maria Lágia Barreira da Fonseca
11			Paulo Poppe Figueiredo
12			Stael Alves Pequeno
13			Vera Fontainha
14			Véra Maria Porto d'Ave

Fonte: Weitzel, 2015.

## Alunos diplomados de 1940 a 1943

	1940	1941	1942	1943
1	Alfred Theodor Rusins	Acyl de Medeiros	Alcides Dias de Souza*	Cacilda Jorge
2	Aurora Barros de Araujo Vieira	Alice dos Reis Príncipe	Antônio Traverso*	Herminia Duarte Lisboa
3	Cybele de Hannequin Gomes	Antônio Caetano Dias	Carmen Flora Schnidlin Cabral	Irene de Queiroz Monteiro
4	Dulce de Albuquerque Basto	Arlette Muller	Celeste Ferraz de Magalhães	Maria Carmelita de Gouveia Rego
5	Edina Taunay Leite Guimarães	Déa de Souza Peireira	Celita Alda Castello Branco	Maria de Lourdes R. de Castro
6	Elsy Guimarães Ferreira	Flora de Araujo Jorge Whitehurst	Clara Maria Catta-Preta de Faria*	Maria Thereza de Mello e Souza
7	Heloisa Rego Freitas Fontenelle	Helio Gomes Machado	Cléa de Mello*	Marina Botelho Junqueira
8	Izá Senna Chevalier	Jaciara Bastos Clapp	Clelia Ponce*	Nellie Figueira
9	Leda Boechat	Lêda Schwartz	Deoclécio Leite de Macedo	Neuza Guimarães de Sequeira
10	Lydia de Queiroz Sambaquy	Lia Darcy	Diva de Souza Carvalho*	Orsely Guimarães Ferreira
11	Lygia da Fonseca Fernandes da Cunha	Lidia Maria de Oliveira Combacau	Ercília Baker de Andrade Botelho	Regina Helena Halfeld Magalhães
12	Manoel Adolpho Wanderley	Maria Laura Meira Menezes de Oliva	Esther Moreira Lima	Sylvia Constant de Andrade Fraenkel
13	Maria Antonieta de Magalhães Requião	Maria Regina do Valle	Helena Maria da Costa Azevedo	
14	Maria da Gloria Tavares de Lacerda	Maria Rosière	Hermance de Andrade Pinto	
15	Maria Eugênia Quaresma	Maria Teixeira de Sá Campos	Julia Godois Vianna	
16	Maria Helena da Fonseca Costa Couto	Marilia Socci Cabral	Lêda Reis	
17	Mercedes de Carvalho	Marina São Paulo de Vasconcellos	Maria Amália de Faria*	
18	Regina Maria Pederneiras	Nadir Teixeira de Castro	Maria de Lourdes Rodrigues de Almeida	
19	Regina Maria Pires de Sá	Nidia Dantas	Maria de Lourdes Rodrigues de Almeida	

20	Ruth Libanio Villela	Norma Richard Pinheiro	Maria Elisa Pimenta Batista*	
21	Ruth Maia Dantas	Sylvia Guedes Martins Costa	Marietta Latorre	
22	Thereza Esther Rodrigues Pereira	Vera do Amaral Moura	Marilia Goulart Penteado	
23			Marilia Pedrosa	
24			Marina Baker de Andrade Botelho	
25			Mary Socci Camalier	
26			Miridan Paranaguá Zander	
27			Nelson Joaquim Baptista*	
28			Otavia Regis Konder	
29			Rosalina C.M. de Almeida Motta*	
30			Sylvio do Valle Amaral*	
31			Vera Miranda Monteiro*	
32			Yedda Fleury Leite	
33			Yvonne Rasina*	
34			Zelia Gama de Miranda	

Fonte: Weitzel, 2015.

\*Alunos aprovados que fizeram o exame de segunda época provenientes do ano letivo de 1941.

## Alunos diplomados de 1946 a 1949

	1946	1947	1949
1	Aida Magalhães Bifone	Aida Roca Dieguez	Alice Alves de Souza
2	Aida Monteiro Furtado	Arnaldo Paiva de Pino	Amelia de Figueiredo Bravo
3	Carmen Campos Costa	Cacilda Basilio de Souza Reis	Candida Monteiro de Castro Pedroza
4	Dinayre Saraiva Guedes Pereira	Déa Santos de Araujo Coutinho	Catharina Ayres de Lima
5	Dulce Leite Gomes de Pinho	Déa Santos de Araujo Coutinho	Cléa Vasconcellos da Fonseca
6	Dulce Lontra Netto	Dóra Lifchitz	Clelia Maria de Mello e Silva
7	Eleonora Roth dos Santos	Dulce Lima Soci	Dalba Maria Tavares
8	Elza Fontoura de Andrade	Edson Nery da Fonseca	Daniel Berni
9	Elza Futuro	Helenyr Fontoura de Andrade	Darcilia de Freitas Mendes
10	Eulina Cláudio da Silva	Renato Gaudie Ley Linhares	Emilia Machado de Bustamante
11	Glauce Martins do Pilar		Enoe Borges Martins Conceição
12	Xavier Placer		Etelvina Clementina S. Lima da Cunha
13			Evelyn Aguiar Pontes
14			Francisco das Chagas P. da Silva
15			Giselda Fonseca Lima
16			Helena de Azevedo e Mello Fogaça
17			Heloisa Machado de Bustamante
18			Heloisa Maria L. Monteiro
19			Hermínia Natividade Rego Barros
20			Inah da S. Oliveira

Fonte: Weitzel, 2015.

ANEXO B – Reportagens de Jornal sobre a primeira turma formada em Biblioteconomia pelo Departamento de Cultura de São Paulo

**Departamento Municipal de Cultura**

**A collação de grau dar-se-á á noite, no Palacio do Trocadero — Rezada mista em acção de graças**

Realizaram-se hoje as solenidades de formatura da primeira turma de bibliothecários da Escola de Bibliotheconomia, do Departamento de Cultura da Prefeitura da Capital. A's 8 horas, na Basilica de São Bento, frei

ma, Alés Medeiros, Alice Bittencourt Neto, Amalia Voigtlaender, Anna F. Gomes, Anna Silveira Pedreira, Antonio Dolorenzo Neto, Armando Felinto da Silva, Braulio Prego, Calvino Bandolfo M. Homem de Mello, Carmelita

margo, José Fernandes Moreno, José Bento de Faria Ferraz, José Soares de Souza, Joazez Benedicto Cordeiro, João Pedro da Veiga Pacheco, Lisette Toledo Ribeiro, Lucia Moraes Barros Cardim, Lygia Searamelli, Maria Antonia Pentendo Medici, Maria Aparecida Medeiros Kerberg, Maria Amelia Alves de Moura, Maria José Mairalles de Oliveira, Maria José de Freitas, Maria José Leza Fonseca, Maria Leonor Voigtlaender, Maria Eugenia Mendes de Almeida Franco, Maria Christina Ferreira dos Santos, Maria Aparecida Sampaio, Maria Carolina Moraes, Maria Antonietta Ferraz, Maria de Lourdes A. Fagundes, Nair Alves Gama, Noemmi Lentino, Oz Pascoal, Olinda Hempel, Ophelia Ferraz do Amaral, Octavio do Amaral Vieira, Raul Hermann Charlier, Sarah Lima Corrêa, Virginie Buff, Zilda de Almeida Sampaio, Zizi Moreira,



*Grupo formado á saída do templo catholico*

Francisco celebrou missa em acção de graças, á qual compareceram todos os diplomandos. O sr. Francisco Pati, director do Departamento de Cultura, e outras pessoas gradas.

A's 21 horas, haverá sessão solenne no Palacio do Trocadero, durante a qual serão entregues os diplomas aos seguintes bibliothecarios, que constituem a primeira turma: Afrá de Li-

Graci Bonilha, Celia Marinho de Azevedo, Cecília Eppinghaus, Clotilde Antunes de Araújo, Elza Leite e Silva, Elza S. de Paula, Emma E. Anders, Edmea Leite Pinto, Erina Assumpção Vieira, Francisco José de Almeida Azevedo, Folco Masucci, Genoveva Godinho Troyano, Guilomar Carvalho Franco, Heleisa de Almeida Prado, Haydê Hallier, Israel Gil, Iamenia C. C.

**Tomará posse amanhã o novo prefeito de Petropolis**

RIO, 20 (H.) — O sr. Carlos de Magalhães Bastos, membro do Conselho de Economia e Finanças do Estado do Rio, tendo accedido o convite do inter-

**Causa ap o futuro da**

**Segundo o "Manchester Italia e da Allemanha co**

LONDRES, 20 (H.) — O *Manchester Guardian*, escreve hoje: "Parece que o estado de Inceps leva a Italia e a Allemanha a r em Munich de garantir "a neu rantia continua a ser uma simj apparecerá completamente, ou er quando o problema da soberania

21-12-38 - Folha

**F.M.V.Z./USP**

## Formatura dos bibliothecarios do Departamento de Cultura e professorandas da Escola Normal "Padre Anchieta"



O "clichê" mostra, ao alto, a mesa que presidiu á collação de grau das professorandas na Escola Normal "Padre Anchieta", que apparecem ao centro. Em baixo: grupo de bibliothecarios recém-diplomados pelo Departamento de Cultura

Realizaram-se, hontem, as cerimoniaes da formatura da primeira turma de bibliothecarios, do Departamento Municipal de Cultura.

Às 8 horas, na Basilica de S. Bento, foi rezada missa, em acção de graças, sendo celebrante frei Francisco. Ao officio religioso compareceram todos os diplomandos, o dr. Francisco Paes, director do Departamento de Cultura e pessoas das familias dos novos bibliothecarios.

Às 21 horas, realizou-se, no "Trocadero", a sessão solenne de entrega de diplomas aos seguintes bibliothecarios: — Afra de Lima, Aléa Medeiros, Alice Bittencourt Neto, Amalia Viogtiaender, Anna F. Gomes, Anna Silveira Pedreira, Antonio Delorenzo Neto, Armando Felinto da Silva, Braulio Prego, Calvino Randolpho M. Homem de Mello, Carmelita Grassi Bonilha, Celia Marinho de Azevedo, Cecilia Eppin-

ghaus, Clotilde Antunes de Araujo, Elsa Leite e Silva, Elsa S. de Paula, Emma E. Andres, Edméa Leite Pinto, Erlina Assumpção, Yveira, Francisco José de Almeida Azevedo, Foleo Masucci, Geneveva Godinho Troyano, Gulomar Garvalho Franco, Heloisa de Almeida Prado, Haydée Haillier, Israel Gil, Ismenia C. Camargo, José Fernandes Moreno, José Bento de Faria Ferraz, José Soares de Sousa, Juarez Benedicto Cordelero, João Pedro da Veiga Pacheco, Lisette Toledo Ribeiro, Lucia Moraes Barros Cardim, Lygia Scaramelli, Maria Antonia Penteado Medici, Maria Apparecida Medeiros Kerberg, Maria Amelia Alves de Moura, Maria José Meirelles de Oliveira, Maria José de Freitas, Maria José Lessa Fonseca, Maria Leonor Voigtlaendes, Maria Eugénia Mendes de Almeida Franco, Maria Christina Ferreira dos Santos, Maria Apparecida Sambaio, Maria Caro-

lina Moraes, Maria Antonietta Ferraz, Maria de Lourdes A. Fagundes, Nair Alves Gama, Noemia Lentino, Ox Pascoal, Olinda Hempel, Ophelia Ferraz do Amaral, Octavio do Amaral Vieira, Raul Hermann Charlier, Sarah Lima Corrêa, Virginie Buff, Zilda de Almeida Sampaio, Zizi Moreira.

### PROFESSORANDAS DA ESCOLA NORMAL "PADRE ANCHIETA"

Realizou-se, egualmente, hontem, no Theatro Municipal, a collação de grau das professorandas deste anno, pela Escola Normal "Padre Anchieta".

Às 9 horas, na Basilica de S. Bento, foi rezada missa, em acção de graças, sendo officiante d. Polycarpo Armstalden, que dirigiu conselhos ás diplomandas.

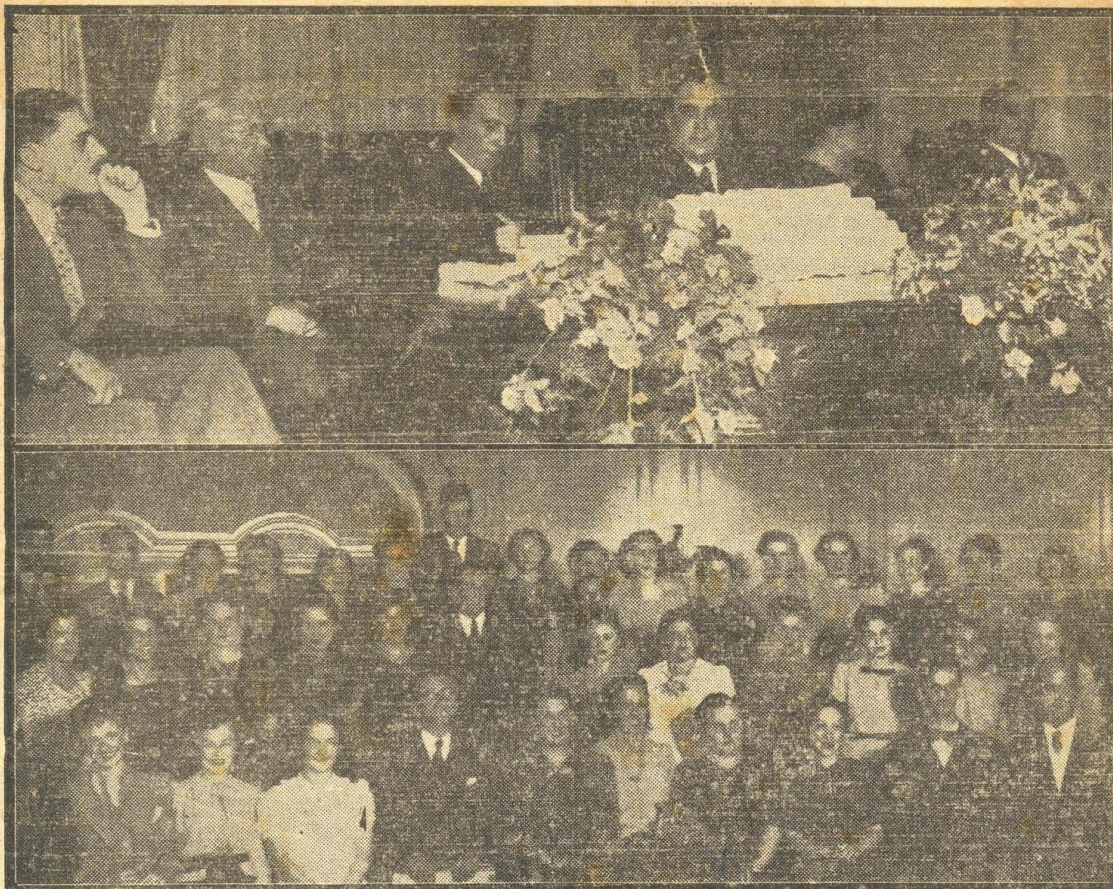
A entrega de diplomas, realizada no Municipal, revestiu-se de solennidade, sendo paranympo o prof. Armando Gomes de Araujo.

21-12-38 - Correio Paulistano



## ESCOLA DE BIBLIOTHECONOMIA

A formatura da primeira turma de alumnos da Escola de Bibliotheconomia



Conforme estava anunciado, realizou-se hontem, ás 21 horas, no palacio Trocadero, á praça Ramos de Azevedo n.º 4, a cerimonia da collação de grau da primeira turma de alumnos da Escola de Bibliotheconomia criada pelo Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal.

Os nossos clichés reproduzem dois flagrantes colhidos durante aquella solennidade; vemos, no de cima, um aspecto da mesa que presidiu a sessão, á qual compareceram o sr. director do Departamento de Cultura, autoridades estadauae e municipaes e lentes da escola, e no debaixo, um grupo formado pelos alumnos e alumnas da turma que concluiu o curso e da qual foi orador o sr. José Soares de Souza.

21-12-38 - Estado de São Paulo

FMVZ/USP

# NOTÍCIAS DIVERSAS

## Escola de Bibliotheconomia

### A formatura da primeira turma de alumnos da Escola de Bibliotheconomia

Realisa-se hoje, no palacio Trocadero, a cerimonia da collação de grau da primeira turma de alumnos que concluíram o curso da Escola de Bibliotheconomia, em boa hora criada pelo Departamento de Cultura da Prefeitura de S. Paulo.

Quando do apparecimento dessa escola, houve espiritos scepticos ou mal informados que duvidaram da iniciativa, mas, agora, que esse estabelecimento apresenta apreciaveis resultados, nenhuma pessoa bem intencionada poderá negar o valioso concurso que elle presta a nossa cultura.

A bibliotheconomia era uma materia quasi desconhecida em nosso paiz, e dahi a estranheza com que muitos acolheram esse empreendimento que, hoje, representa um importante complemento á cultura do povo paulistano. Coube ao nosso Estado collocar-se na vanguarda, fundando pela primeira vez no Brasil uma Escola de Bibliotheconomia.

Os conhecimentos humanos atingiram um tão alto grau de desenvolvimento nos dias actuaes, que sobre o assumpto apparentemente menos importante, ha sempre uma variedade infinita de livros e de noções fragmentadas pelas mais diversas obras.

Entretanto, diante das estantes atulhadas de livros, ver-se-ia o leitor embaraçado, se não dispuzesse de processos modernos de classificação e catalogação, de onde a criação de uma sciencia, de caracter eminentemente pratico: a bibliotheconomia.

Numa sala forrada de livros, a util sciencia da bibliotheconomia encaminhará para as mãos do consultante, com a maior rapidez possível, a obra desejada. Sem isso, teríamos a confusão, o embaraço e a rotina.

As bibliothecas publicas não preencheriam cabalmente os seus fins, se não possuissem funcionarios instruidos, com a competente capacidade technica para tornar accessivel a todos a tarefa da consulta. Cada individuo que vae a uma bibliotheca publica, é como um operario em busca de um instrumento de trabalho. Mas nem sempre elle sabe escolher a ferramenta mais adequada ás suas necessidades. É necessario descobrir o que mais lhe convem e applicá-lo de acórdio com as suas condições particulares. Nisso não reside só uma sciencia, como tambem uma arte, — arte tanto mais nobre quanto obscuro e impessoal é o papel do bibliothecario, nas elaborações lentas, de cultura e vocações intellectuaes, para as quaes indirecta mas decisivamente concorre.

Já não se póde, portanto, duvidar da importancia e do merito da Escola de Bibliotheconomia. Essa Escola, apenas com dois mestres, muito conseguiu realizar no primeiro anno da sua vida. Nesse primeiro periodo, a professora d. Adelpha Rodrigues de Figueiredo, espirito culto, pedagoga perfeita e formada pela Universidade de Columbia, orientou a Escola pelos diversos systemas de classificação existetnes, tornando os seus alum-

nos aptos para organizar uma bibliotheca pelos processos mais modernos. Os dois cursos seguintes, sobre a Historia do Livro e Bibliothecographia, foram leccionados pelo dr. Rubens Borba de Moraes, bibliophilo competente e senhor de um profundo conhecimento do assumpto, adquirido na Europa.

De muitos alumnos inscriptos, apenas cincoenta chegaram a concluir o curso. A metade, desde o começo, abandonou as aulas; uns, porque não quisessem accumular mais essa tarefa ás suas multiplas actividades; e outros, talvez, porque não avaliassem devidamente a eficiencia da carreira e o proveito que della poderiam tirar na vida pratica. Os que chegaram até o fim, sentem-se satisfeitos e plenamente recompensados da sua perseverança, pois a bibliotheconomia abriu-lhes um novo caminho na existencia, habilitando-os para uma profissão digna e elevada, em que sentirão o regosijo de servir a um povo avido de cultura, ao mesmo tempo que contribuindo, na medida das suas forças, para o desenvolvimento cultural do paiz.

\*

Realisa-se hoje, ás 21 horas, no Palacio Trocadero, á praça Ramos de Azevedo n.º 4, nesta capital, a cerimonia da collação de grau dos formandos da primeira turma da Escola de Bibliotheconomia do Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal.

Pela manhan, ás 8 horas, os componentes dessa turma farão rezar missa em acção de graças, na igreja de São Bento.

Collarão grau os alumnos: Afrânio de Lima, Aléa Medeiros, Alice Bittencourt Neto, Amalia Voigtlander, Anna F. Gomes, Anna Silveira Pereira, Antonio Delorenzo Neto, Armando Feitosa da Silva, Bráulio Fregio, Calvino Randalpho M. Homem de Mello, Carmelita Grassi Bonilha, Celia Marinho de Azevedo, Cecilia Eppinghaus, Clotilde Antunes de Araújo, Elza Leite e Silva, Elza Silveira de Paula, Emma Emilia Anders, Edméa Leite Pinto, Eriana Assumpção Vieira, Francisco Jose de Almeida Azevedo, Folco Alves col, Genevêva Godinho, Emanoel, Guilomar Carvalho Franco, Heloisa de Almeida Prado, Haydée Haldler, Israel Gil, Ismeria C. Camargo, José Fernandes Moreno, José Bento de Faria Ferraz, José Soares de Souza, Juarez Benedicto Cordero, João Pedro da Veiga Pacheco, Lisette Toledo Ribeiro, Lucia Moraes Barros Cardim, Lygia Scaramelli, Maria Antonia Pentendo Medici, Maria Aparecida Medeiros Kerberg, Maria Amelia Alves de Moura, Maria José Meirelles de Oliveira, Maria José de Freitas, Maria José Lessa Fonseca, Maria Leonor Voigtlander, Maria Eugenia Mendes de Almeida Franco, Maria Christina Ferreira dos Santos, Maria Aparecida Sampayo, Maria Carolina Moraes, Maria Antonietta Ferraz, Maria de Lourdes A Fagundes, Nair Alves Gama, Noemia Lentino, Ox Paschoal, Olinda Hempel, Ophelia Ferraz do Amaral, Octavio do Amaral Vieira, Raul Hermann Charlie, Sarah Lima Corrêa, Virginia Buff, Zilda de Almeida Sampayo e Zizi Moreira.

21-12-38 - Estado  
FMVZ/USP

APÊNDICE A - Trabalhos acadêmicos sobre as bibliotecárias mencionadas nesta pesquisa

### **ADELPHA FIGUEIREDO**

MULIN, Rosely Bianconcini. **Cultura e bibliotecas em São Paulo: o pioneirismo de Adelpha Figueiredo**. 2011. 84 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Arte e História) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2011. Disponível em: <http://tede.mackenzie.br/jspui/handle/tede/1839> Acesso em: 18 abril 2020

### **ANGELA DA COSTA FRANCO JOBIM**

JORNAL da Universidade. **Perfil: Belo enredo**. Entrevistada: Angela da Costa Franco Jobim. 2012. Disponível em: [https://issuu.com/jornaldauniversidade/docs/ju\\_152\\_-\\_setembro\\_2012/15](https://issuu.com/jornaldauniversidade/docs/ju_152_-_setembro_2012/15) Acesso em: 18 abril 2020.

### **BERNADETE SINAY NEVES<sup>1</sup>**

SANTOS, Jaires Oliveira; BARREIRA, Maria Isabel de Jesus. Os bibliotecários baianos: compreendendo a evolução de uma profissão. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 8, n. 1, p. 68-80, 20 abr. 2017. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/105788> Acesso em: 18 abril 2020.

BARRETO, Angela Maria; BARREIRA, Maria Isabel de Jesus Sousa. **Fragmentos de uma preciosa memória: Esmeralda Aragão e a Biblioteconomia na Bahia**. Salvador: EDUFBA, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ufba/122> Acesso em: 18 abril 2020.

### **CÉLIA ZAHER**

CIÊNCIA da Informação. Entrevista: Celia Ribeiro Zaher. Entrevistada: Celia Ribeiro Zaher. Entrevistadora: Rosali Fernandez de Souza. **Ciência da Informação - Vol 24, número 1**, 1995. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/604/606> Acesso em: 18 abril 2020.

SOUZA, R. F. de. Celia Ribeiro Zaher personalidade da área de informação no Brasil e no exterior. In: MOSTAFA, S. P., SILVA, M. R. da, SANTARÉM SEGUNDO, J. E. (Org.). **Pensadores brasileiros da Ciência da Informação e Biblioteconomia**. João Pessoa: UFPB, 2015.

### **ETELVINA LIMA**

SOUZA, Jourglade de Brito Benvindo. Uma mulher mineira: a construção de um ideal. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 5, mar. 2008. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/553/334> Acesso em: 18 abril 2020.

FIUZA, Marysia Malheiros. Percorrendo o currículo de Etelvina Lima. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 5, nov. 2007. Disponível em:

---

<sup>1</sup> Grafado em alguns momentos como: Bernadette Sinay Neves ou Bernadeth Sinay Neves.

<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/554/335> Acesso em: 18 abril 2020.

MACEDO, Vera Amália Amarante. O legado de uma mestra: trabalhos de Etelvina Lima. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 5, nov. 2007. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/555/336> Acesso em: 18 abril 2020.

CESARINO, Maria Augusta da Nobrega; CALDEIRA, Paulo da Terra. **Últimas palavras**: entrevista realizada no dia 04 de agosto de 1998. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/27/337> Acesso em: 18 abril 2020.

### HELENA SEVERO

CAZES, Leornado. **Helena Severo vai priorizar a Reforma do Prédio da Biblioteca Nacional**: nova presidente da instituição afirma que vai manter projetos do seu antecessor. *Biblio Carta Capital*, 2016. Disponível em: <https://biblio.cartacapital.com.br/helena-severo/> Acesso em: 18 abril de 2020.

CONSELHO REGIONAL DE BIBLIOTECONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO - 8ª REGIÃO. **Mudança na Presidência Da Biblioteca Nacional Tem Sido Feita De Forma Desrespeitosa**. 2019. Disponível em: <http://www.crb8.org.br/mudanca-na-presidencia-da-biblioteca-nacional-tem-sido-feita-de-forma-desrespeitosa/> Acesso em: 18 abril 2020.

PUBLISHNEWS. **Escolhida em maio, Helena Severo finalmente assume a Biblioteca Nacional**. 2016. Disponível em: <https://www.publishnews.com.br/materias/2016/08/15/escolhida-em-maio-helena-severo-finalmente-assume-a-biblioteca-nacional> Acesso em: 17 jul. 2019.

### JANNICE MONTE-MÓR

AMADEU, Liana. Palavras sobre Jannice Monte-Mór. **Boletim CRB-7**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 3, p. 3, 2005. Disponível em: [http://www3.crb7.org.br/wp-content/uploads/2018/07/V30\\_n3\\_jul-set2005.pdf](http://www3.crb7.org.br/wp-content/uploads/2018/07/V30_n3_jul-set2005.pdf). Acesso em: 03 mar. 2019.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. O Controle Bibliográfico Nacional nas ações de Jannice de Mello Monte-Mór. In: MOSTAFA, S. P., SILVA, M. R. da, SANTARÉM SEGUNDO, J. E. (Org.). **Pensadores brasileiros da Ciência da Informação e Biblioteconomia**. João Pessoa: UFPB, 2015.

GRINGS, Luciana. **O leigo e a especialista**: memórias da administração da Biblioteca Nacional nas décadas de 60 e 70. 2018. Tese (Doutorado em Memória Social) – Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

### LAURA RUSSO

CONSELHO REGIONAL DE BIBLIOTECONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO - 8ª REGIÃO. Prêmio de Biblioteconomia Paulista Laura Russo. In: \_\_\_\_\_. **Biblioteconomia Paulista: construindo Caminhos**. São Paulo: Guanabara Koogan Ltda, 2011.

\_\_\_\_\_. Entrevista. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 17, n.1/2, 1984, p.93-97. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000010871/a33f8b1fa7ad10630af3e11cc0925658/> Acesso em: 18 abril 2020.

### LENNYRA FRACCAROLI

PASQUIM, Franciele Ruiz. **Lenyra Camargo Fraccaroli (1908-1991) na História da Literatura Infantil brasileira: contribuições de uma bibliotecária educadora**. 2017. 237 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/152400> Acesso em: 26 out. 2018.

CONSELHO REGIONAL DE BIBLIOTECONOMIA DO ESTADO DE SÃO PAULO - 8ª REGIÃO. Perfis: Lenyra Camargo Fraccaroli (1906-1991). In: \_\_\_\_\_. **Biblioteconomia Paulista: construindo Caminhos**. São Paulo: Guanabara Koogan Ltda, 2011.

### LIA TEMPORAL MALCHER

125 ANOS do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Lia Temporal Malcher. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, vol. 3, p.6-7. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/arquivogeral/galeria-dos-diretores-do-agcrj> Acesso em 18 abril de 2020.

### LYDIA SAMBAQUY

ODDONE, Nanci Elizabeth. **Ciência da informação em perspectiva histórica: Lydia de Queiroz Sambaquy e o aporte da Documentação (Brasil, 1930-1970)** 2004. 161 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro / Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/handle/123456789/691> Acesso em: 18 abril 2020.

### MARIA ALICE BARROSO

MIRACEMA, Tadeu. Maria Alice Barroso: uma miracemense de coração. 2016. Disponível em: <http://blogdotadeumiracema.blogspot.com/2016/10/maria-alice-barroso-uma-miracemense-de.html> Acesso em: 09 jul. 2019.

PREFEITURA Municipal de Miracema. Grande Homenagem a Maria Alice Giudice Barroso Soares. 2018. Disponível em: [http://www.miracema.rj.gov.br/ver\\_noticia.php?n=1406](http://www.miracema.rj.gov.br/ver_noticia.php?n=1406) Acesso em: 17 jul. 2019.

### MARIA GRAHAM

GRAHAM, Maria. **O Diário de uma Viagem ao Brasil e de uma estada nesse país durante parte dos anos 1821, 1822, 1823**. São Paulo: Editora Nacional, 1956. Tradução de: Américo Jacobina Lacombe. 403 p.

GARCIA, Rodolfo Augusto de Amorim. Maria Graham no Brasil. **Annaes da Bibliotheca Nacional**, Rio de Janeiro, V. LX, 1938.

### MIRIAM BOTASSI

TELES, M. A. A. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999. p. 164-165.

WOLFF, Cristina Scheibe; ZANDONÁ, Jair; MELLO, Soraia Carolina de. **Mulheres de luta: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985)**. Curitiba: Appris, 2019. p. 513.

Infogente. **Miriam Botassi, a Bibliotecária que fundou o CIM**. 2010. Disponível em: <http://infogente-biblio.blogspot.com/2010/05/miriam-botassi-bibliotecaria-que-fundou.html>  
Acesso em: 08 mar 2020.

## APÊNDICE B – Principais fatos históricos da Biblioteconomia brasileira

